

Meyke Vilas Boas Pinto

**PRÁTICAS INFORMACIONAIS PARA
A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA:**
um estudo de caso sobre os atores sindicais da
Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte

Belo Horizonte

Escola de Ciência da Informação da UFMG

ECI

02:364.262

P659p

2004

2004

Meyke Vilas Boas Pinto

PRÁTICAS INFORMACIONAIS PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA:
um estudo de caso sobre os atores sindicais da Rede Municipal de
Ensino de Belo Horizonte

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Escola de
Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais,
como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da
Informação. Trabalho realizado com bolsa CNPQ.

Área de concentração: Informação gerencial e tecnológica

Orientadora: Prof^a. Marta Pinheiro Aun

U.F.M.G. - BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA



187840406

NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA

Belo Horizonte

Escola de Ciência da Informação da UFMG

2004



**Dedico este trabalho a todos os trabalhadores em
educação, que fazem de sua luta, uma grande
vitória!**



UFMG

**Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**

FOLHA DE APROVAÇÃO

“PRÁTICAS INFORMACIONAIS PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS ATORES SINDICAIS DA REDE MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE”

Meyke Vilas Boas Pinto

Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de “Mestre em Ciência da Informação”, linha de pesquisa “Informação Gerencial e Tecnológica (IGT)”.

Dissertação aprovada em: 13 de julho de 2004.

Por:

Prof. Dra. Marta Pinheiro Aun –ECI/UFMG (Orientadora)

Prof. Dra. Regina Maria Marteleto –ECI/UFMG

Prof. Dra. Juliana do Couto Bemfica –FUMEC

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI

Prof. Lídia Alvarenga
Coordenadora

Versão final Aprovada por

Prof. Marta Pinheiro Aun
Orientadora

AGRADECIMENTOS

A Deus que abriu todas as portas e me sustentou durante todo o curso.

À minha orientadora Professora Marta Pinheiro Aun pelo interesse, pela paciência e pela oportunidade de aprendizado durante a elaboração deste trabalho.

Aos professores Juliana do Couto Bemfica, Regina Maria Marteleto e Jorge Tadeu de Ramos Neves por terem aceito o convite de integrar a banca examinadora e trazer suas contribuições a este trabalho.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação pelos ensinamentos, em especial, pelas valiosas contribuições, à Regina Maria Marteleto e à Helena Maria Tarchi Crivellari.

A todos os funcionários da Escola de Ciência da Informação, em especial à Maria Goreth Gonçalves Maciel e Viviany Maria Braga de Carvalho.

Aos diretores e funcionários do Sind-UTE/MG Rede Municipal de Belo Horizonte pelo empenho em fornecer documentos e pela disponibilidade em dar entrevistas.

À minha família que me apoiou em todo o tempo e acreditou na minha capacidade.

A todos os colegas de curso e amigos que foram companheiros durante esse tempo de aprendizado.

RESUMO

A pesquisa direcionou-se pelas questões referentes a partilha social da informação e do conhecimento na sociedade, tendo, como principal objetivo, analisar como os atores sindicais da educação da Rede Municipal de Ensino Belo Horizonte percebem e organizam suas práticas informacionais, para construção da cidadania. Empiricamente, foi realizado um estudo de caso em um sindicato, por ser esse um espaço onde os atores sociais criam formas de partilhar e construir conhecimentos e informações. Os procedimentos metodológicos envolveram pesquisa bibliográfica e, na pesquisa de campo, técnicas de observação e de entrevista semi-estruturada, além da análise de vários documentos. Os resultados obtidos apontam para a relevância da interação entre os atores sociais como forma de promover uma ampla partilha da informação e do conhecimento na sociedade.

ABSTRACT

The issues concerning the social sharing of information and knowledge in the society guided this research; its main objective is to analyze how education unionist actors of the Municipal Education Net of Belo Horizonte perceive and organize their information practices in order to build citizenship. Empirically, a case study was accomplished in a union because it is the place where social actors create ways of sharing and building knowledge and information. The methodological procedures involved bibliographical research. To the field research, it was used observation and non-structured interview techniques, besides the analysis of several documents. The achieved results point out the relevance of interaction among social actors as a way of promoting a wide sharing of information and knowledge in the society.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Aspectos relacionados às práticas informacionais dos atores sociais	50
Figura 2 – O sujeito da informação e os fatores intervenientes na construção de sua identidade	71
Figura 3 – Inserção do Sind-UTE/MG no campo dos movimentos sindicais	73
Figura 4 – Os dirigentes sindicais e à construção da cidadania	117
Figura 4 – A rede de contato dos dirigentes da Subsede	131
Quadro 1 – Categorias e subcategorias de análise	94
Quadro 2 – Resultados das campanhas salariais da Subsede	102
Quadro 3 – Necessidades de informação dos dirigentes entrevistados	120
Quadro 4 – Fontes de informação dos dirigentes entrevistados	122
Quadro 5 – Fatores dificultadores do acesso à informação	135

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O PAPEL DA INFORMAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	16
2.1	Tecnologias da informação: potencial de inclusão ou de exclusão?	18
2.2	O papel da Ciência da Informação ao discutir a questão da exclusão na Sociedade da Informação	26
2.3	Informação como construção dos sujeitos sociais	30
3	PRÁTICAS INFORMACIONAIS PARA A CIDADANIA	36
3.1	Do fenômeno informacional às práticas informacionais	37
3.2	Espaços de interação e práticas informacionais	42
3.3	O papel das redes de relações dos atores sociais	44
4	O SUJEITO DA INFORMAÇÃO: COMPETÊNCIA PARA CONSTRUIR HISTÓRIA PRÓPRIA.....	51
4.1	O sujeito, suas interações e suas relações simbólicas	52
4.2	O sujeito cidadão: consumo e modos de fazer	55
4.3	O sujeito sindical: o trabalho e a construção da identidade	64
5	O MOVIMENTO SINDICAL COMO ESPAÇO PARA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA	72
5.1	O sindicalismo e a construção da cidadania dos trabalhadores	73
5.2	O movimento sindical no Brasil: do sistema corporativista ao novo sindicalismo	77
5.3	A trajetória do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação – Sind-UTE/MG	84

6 AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS DOS TRABALHADORES DA REDE MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE	88
6.1 A cidadania dos trabalhadores da Rede Municipal de Belo Horizonte	95
6.1.1 O papel da subsele Rede Municipal de Belo Horizonte para a cidadania dos trabalhadores.....	95
6.1.2 Estratégias para construção da cidadania	103
6.2 Percepções dos sujeitos sobre a construção da suas próprias histórias	113
6.3 Necessidades de informação e estratégias de busca	118
6.3.1 Percepções dos sujeitos sobre suas necessidades de informação.....	118
6.3.2 Fontes de informação a que os atores recorrem	120
6.3.3 Percepções dos atores sobre os espaços de interação e construção de conhecimentos	123
6.3.4 As redes de contatos a que os sujeitos recorrem	129
6.4 Fatores dificultadores no acesso à informação	132
7 CONCLUSÃO	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146
ANEXO 1 – DOCUMENTOS CONSULTADOS	152
ANEXO 2 – EVENTOS QUE CONSTITUÍRAM-SE EM OBJETO DE OBSERVAÇÃO DESSA PESQUISA.....	153
ANEXO 3 – ROTEIRO DE ENTREVISTA	154

1 – INTRODUÇÃO

A escolha do tema desta pesquisa deu-se a partir de nosso interesse por questões relacionadas às transformações decorrentes do desenvolvimento das novas tecnologias da informação, em especial, a questão da partilha social da informação e do conhecimento na sociedade. Ou seja, como os atores sociais são incluídos nos processos de gestão da informação ou ficam à margem do mesmo. As pessoas excluídas acabam por ser facilmente massa de manobra de elites que dominam, em escala mundial, os mecanismos de produção e disseminação da informação. Por conseqüência, os atores que excluídos desses processos têm cerceado o exercício pleno da cidadania.

Encarnação (1999) afirma que os atores sociais trabalham os conhecimentos com base em suas experiências comuns vividas em locais específicos. Assim, para ela, os pesquisadores interessados no tema podem observar aspectos importantes desse fenômeno na sociedade contemporânea, quando voltam seu foco de análise para espaços delimitados de construção de significados e sentidos.

Para entender esses processos de uma forma mais localizada, optamos por realizar um estudo de caso em uma entidade específica ligada aos movimentos de lutas sociais onde se compõe um espaço de partilha e construção social de informações e conhecimentos. Isso porque, a partir desses movimentos organizados, os atores sociais podem criar formas de partilha e construção de conhecimentos e informações como uma alternativa às formas excludentes de disseminação massificada de informação que predominam na atual sociedade.

A relevância de realizar um estudo sobre esse tema justifica-se, visto que, o direito de cidadania ou o direito de ser cidadão é indiscutível. É por meio de sua efetivação que se fundamenta a garantia dos demais direitos em contextos democráticos. No entanto, esse direito não é outorgado pelo Estado ou por outrem. A cidadania precisa ser conquistada e construída pelos próprios atores sociais. Para tanto, a inclusão nos processos de produção e disseminação da informação torna-se essencial.

Diversos artigos têm priorizado a importância da informação para a construção da cidadania. Esse tema é predominante na coletânea de artigos de uma revista que se destaca na área da Ciência da Informação. Trata-se da revista *Informação e Sociedade*, v. 11, n. 2. Dentre os artigos da coletânea merece destaque o artigo de Marteleto e Ribeiro (2001, p. 77) para quem “a construção da cidadania inclui como pressuposto a aquisição compartilhada de conhecimento e emprego das informações, vindas de diferentes fontes, para suporte à ação dos agentes, grupos e entidades no âmbito dos movimentos sociais”. Portanto, a contribuição da informação para a construção da cidadania depende da interação entre os atores sociais em contextos localizados.

Essa posição é reforçada por Harris (2002) que destaca a crescente importância das comunidades formadas a partir de interesses e necessidades comuns no contexto da Sociedade em Rede¹. Isso porque, a formação dessas comunidades afeta a natureza da cidadania, uma vez que novas questões passam a integrar essa problemática como identidade, diferenças, individualismo, controle e exclusão social. Sendo que, para os que estão mais excluídos, essas comunidades têm potencial de desempenhar um papel de maior significância para “a promoção da cidadania plena e ativa” (HARRIS, 2002, p. 215). Função que se torna efetiva à medida que os atores sintam-se motivados a lutar por seus direitos e vejam, na ação comunitária, a forma de garanti-los.

Essa questão tem tido destaque reconhecido na área da Ciência da Informação, sendo um indicador disso o crescente número de artigos disponíveis sobre o assunto e o fato de que “*Informação para Cidadania*” foi escolhido como tema principal do XIX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação realizado em Porto Alegre no ano 2000. Nesse evento foram apresentados artigos que destacaram a importância da informação e da leitura para a construção da cidadania. Dentre esses artigos, destacamos os autores Marques Júnior; Pimenta; Faria (2000, p.3) que abordam o tema da informação como pressuposto básico para o exercício da cidadania, uma vez que é “por meio dela que o cidadão (no sentido individual e coletivo) tem condições de conhecer e cumprir seus deveres, bem como de entender e reivindicar seus direitos”.

Nesse intuito, esse estudo traz contribuições para a área da Ciência da Informação, por meio da aplicação dos conceitos sobre a interação entre os atores sociais para a construção de conhecimentos e significados próprios. Conhecimentos e significados que possibilitam

¹ Segundo Castells (2001), a Sociedade em Rede é caracterizada pela tendência dominante na sociedade de que as funções e os processos sejam organizados em torno de redes, as quais têm nas tecnologias da informação a base para expandirem-se por toda a estrutura social. Essas redes são formadas por alianças entre atores ou instituições com base em interesses políticos, financeiros ou semelhantes.

aos atores construírem suas próprias histórias, ou seja, tornam-se capazes de conquistar seu espaço como indivíduos iguais na sociedade.

Outra contribuição que essa pesquisa traz para a área decorre da efetivação de um estudo prático sobre as teorias defendidas na literatura referentes a centralidade da informação para a construção da cidadania, de forma a pensar como essa centralidade tem de fato ocorrido na sociedade. Além disso, a aplicação de outros conceitos, como o de processos de disseminação da informação, dos canais de comunicação, dos fatores intervenientes, das barreiras e das mediações do processo de recepção, possibilita a constatação dos fatores intervenientes (facilitadores e dificultadores) nesse processo.

Para tanto, propusemos, como problema de pesquisa, **verificar como as práticas informacionais têm contribuído para a construção da cidadania dos atores sindicais da educação da Rede Municipal de Belo Horizonte**. Para entender como isso acontece no contexto específico dos trabalhadores da educação, estabeleceu-se como objetivo principal desta pesquisa, **analisar como os dirigentes sindicais em suas interações com os trabalhadores da Rede Municipal de Belo Horizonte percebem e organizam suas práticas informacionais, para construção da cidadania**. E especificamente:

- ✓ identificar as fontes de informação (formais ou não) utilizadas com maior frequência pelos dirigentes sindicais;
- ✓ verificar como a direção do Sindicato identifica as demandas das bases;
- ✓ identificar os conhecimentos, as experiências e as vivências que os diretores sindicais consideram importantes para atuação no Sindicato;
- ✓ identificar os fatores (facilitadores e dificultadores) que influenciam a forma como os diretores sindicais organizam suas práticas informacionais; e,
- ✓ verificar como ocorre a criação de novos significados e conhecimentos utilizados na construção da cidadania dentro dos espaços de interação entre direção e base.

O **pressuposto norteador** que fundamentou a proposição desses objetivos foi que **em espaços de interação contextualizados, a informação pode contribuir para a construção da cidadania**. Diante disso, optamos por realizar um estudo de caso por

acreditarmos que esse nos permitiria atingir em profundidade alguns aspectos relacionados ao nosso problema de pesquisa. De acordo com Bogdan e Biklen (1994), estudos desse tipo consistem na observação detalhada de indivíduos, grupos (indivíduos que partilham uma identidade, passam tempo juntas e interajam, em seu dia-a-dia), locais ou acontecimentos específicos.

Nesta pesquisa, a observação de um caso em especial nos permitiu aproximar dos sujeitos pesquisados. Para Laville e Dionne (1999, p.176), o uso da técnica da observação “revela-se certamente nosso privilegiado modo de contato com o real: é observando que nos situamos, orientamos nossos deslocamentos, reconhecemos as pessoas, emitimos juízos sobre elas”. Assim, por meio da observação dos atores sindicais no contexto do Sind-UTE/MG pôde-se situar as teorias em um contexto prático, reordenar conceitos, compreender a forma como os atores percebem o mundo a sua volta e analisar essas percepções frente as teorias estudadas.

A escolha do Sind-UTE/MG como objeto de pesquisa empírica decorreu da necessidade de delimitar um espaço onde os atores desenvolvem suas práticas de informação; e, por serem os sindicatos, *a priori*, espaços que possibilitam a construção da cidadania dos trabalhadores. Ou seja, por constituírem-se em locais onde esses atores podem perceber e lutar pela concretização de seus direitos e deveres como cidadãos.

Nossa proposta de estudar esse Sindicato específico deu-se a partir do interesse pelos movimentos sociais em geral. Esse interesse começou durante experiências como funcionária na Secretaria de Estado do Trabalho, onde tivemos contato com diversas entidades ligadas aos movimentos sociais, que atuavam no convênio com o Fundo de Amparo do Trabalhador. Desde então, procuramos nos aprofundar sobre o assunto e, ao realizarmos pesquisa bibliográfica, nosso interesse começou a direcionar-se para o movimento sindical. A partir de então, a escolha do Sind-UTE decorreu de pesquisas sobre o tema e pela oportunidade de ler, durante o curso de mestrado, sobre o movimento dos trabalhadores em educação que resultou na criação do Sind-UTE, trabalho que despertou nossa atenção sobre a entidade.

Devido às restrições relacionadas ao tempo e recursos restritos para realização da pesquisa proposta, optamos por focar o estudo em apenas uma subsede do Sindicato. Assim, escolhemos a Subsede Rede Municipal de Belo Horizonte que logo nos primeiros contatos, revelou-se um campo extremamente vasto de pesquisa com grande diversidade de dados

relevantes. Essa Subsele foi a escolhida por sua importância como uma das subselees mais atuantes e representativas junto à categoria do Sind-UTE/MG.

Cabe ressaltar ainda que, a experiência por que passa um pesquisador no processo de construção de seu objeto de estudo envolve a necessidade de realizar diversas escolhas teóricas e metodológicas na coleta de dados, na redação e exposição dos conhecimentos adquiridos no processo. Por esse motivo, ao nos propormos a construir nosso objeto de pesquisa, fizemos algumas escolhas específicas, de forma a optar pelo uso de linhas teóricas e metodológicas em detrimento de outras abordagens possíveis.

No que concerne à metodologia, destacamos que a pesquisa proposta poderia ter sido abordada por diversas formas de estudo. No entanto, o caminho da pesquisa qualitativa por nós escolhido nos pareceu, diante do embasamento teórico-metodológico que consultamos, ser o mais apropriado para alcançar os objetivos a que nos propusemos.

Esse ponto de vista é defendido por Minayo (1994), que destaca o fato de que o caráter essencialmente qualitativo, intrínseca e extrinsecamente ideológico, é uma das peculiaridades das pesquisas realizadas no âmbito das Ciências Sociais. Isso porque o objeto das Ciências Sociais é histórico, o que caracteriza seu aspecto dinâmico e mutável, de forma a possuir uma “consciência histórica”, ou seja, “tanto os indivíduos como os grupos e também os pesquisadores são dialeticamente autores e frutos de seu tempo histórico” (MINAYO, 1994, p. 21). Ou seja, o objeto da pesquisa qualitativa é complexo, mutável, possui uma grande amplitude histórica, cultural, política e ideológica que não pode ser contemplado em dados ou fórmulas estatísticas, levando em conta o grau de aprofundamento que requer um estudo dessa natureza.

Finalizando, destacamos que este trabalho foi desenvolvido em sete capítulos. Após esta introdução, os demais capítulos foram assim estruturados:

O capítulo 2 tratou de conceituar e teorizar sobre os aspectos relacionados à importância da informação na sociedade contemporânea. Destacam-se alguns temas importantes para esta pesquisa como a existência de desigualdade na partilha social da informação e a influência disso no exercício da cidadania pelos atores sociais.

O capítulo 3 trata de aprofundar alguns conceitos fundamentais de nossa pesquisa como o conceito de práticas informacionais, espaços de interação e redes sociais de contatos formadas pelos atores em suas relações na sociedade.

O capítulo 4 aborda questões relativas a como se dá a construção da identidade do sujeito da informação em especial em seus papéis como cidadão, consumidor e trabalhador.

O capítulo 5 traz uma descrição geral do movimento sindical no Brasil, e uma síntese da história do Sind-UTE, na visão de alguns autores que pesquisaram a entidade e à luz de alguns documentos por nós pesquisados.

O capítulo 6 apresenta algumas considerações sobre a metodologia de análise, a síntese dos dados obtidos na pesquisa empírica, assim como a análise dos mesmos.

O último capítulo foi dedicado à apresentação das conclusões e considerações finais sobre as principais questões levantadas ao longo de todo o trabalho, bem como de algumas sugestões para realização de estudos futuros.

2 - O PAPEL DA INFORMAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Os avanços tecnológicos decorrentes da interface entre microeletrônica, informática e telecomunicações acarretaram grandes modificações, em especial, na capacidade de armazenamento de informações e no desenvolvimento de mecanismos de disseminação de informações em âmbito mundial, de forma a alterar significativamente o processo sócio-político, econômico bem como o acesso ao conhecimento pela sociedade. Esses avanços dão lugar, de acordo com Lastres e Ferraz (1999), ao surgimento de um novo paradigma: o paradigma Tecno-Informacional que contempla uma série de inovações técnicas, organizacionais e institucionais com impactos na economia e na sociedade de forma geral. No entanto, esses impactos não são uniformes, pois há desigualdade no acesso às tecnologias criadas e às informações que são vinculadas nas mesmas.

Como destacam Aun (2001), Castells (2001), Lastres e Ferraz (1999), empresas multinacionais oriundas dos países denominados desenvolvidos marcam presença na direção desses avanços tecnológicos e na gestão dos mecanismos de disseminação de informações. Isso nos leva a questionar sobre quais informações estão sendo disseminadas, quem são os atores que estão incluídos nesse processo e quem são os que estão à margem do mesmo. Observa-se, também que, norteando as transformações em curso na atual sociedade, predomina a ideologia neoliberal, em defesa do mercado como o principal agente definidor dos rumos da economia em âmbito nacional e mundial.

Nossa maior preocupação, no recorte do tema escolhido é observar o nível de influência que a informação centralizada exerce sobre os diferentes espaços que deveriam vivenciar práticas informacionais específicas. Assim, vamos nos aprofundar pelo cenário da economia mundial para conhecermos o nível de influência do contexto sobre as diferentes práticas.

No amplo desenvolvimento de redes tecnológicas de disseminação da informação, destacam-se, dentre as multinacionais, as chamadas “empresas **.com**”. Castells (2001) afirma que a difusão das tecnologias da informação acarretou uma corrida entre empresas,

como IBM, Apple e Microsoft, que atingiram o mercado internacional e inverteram relações de poder. Isso porque essas empresas passaram a concorrer no mercado de ações com os grandes industriais e banqueiros que dominavam o poderio econômico até então.

A concentração de poder nas mãos de poucos e o predomínio das formas excludentes de disseminação da informação afetam de forma significativa os países em desenvolvimento, como o Brasil, com populações, em sua maioria excluídas do sistema educacional. Isso pode ser visto nos resultados do Censo 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE². Os dados sobre educação mostram que cerca de 24 milhões de pessoas, 16% da população total, ainda não são alfabetizadas e estão excluídas do sistema educacional do país.

Nesse contexto, torna-se emergente a formação de redes de contatos estabelecidas pelos atores sociais. O seu papel torna-se muito importante. Formando redes, esses atores buscam organizar-se por meio de programas ou até mesmo por meio de intervenções dispersas, com vistas na minimização dessa exclusão histórica no país e que se acentua cada vez mais pela dificuldade de acesso às redes digitais.

A Ciência da Informação, como área interdisciplinar do conhecimento³, contempla, entre seus objetos de estudo, a observação dos diferentes fenômenos da Sociedade da Informação, pelo olhar informacional. Destaca-se que a origem e o desenvolvimento da área da Ciência da Informação têm sido perpassados pelo desenvolvimento das tecnologias da informação, sendo que os diferentes aspectos envolvidos nesse processo constituem-se em foco de interesse de estudo na área.

Tendo em vista o caráter interdisciplinar da área, a ênfase dada ao conceito de acesso à informação, neste trabalho, será entrelaçada aos conceitos de comunicação e de conhecimento, no contexto de uma sociedade excludente onde as tecnologias da informação são supervalorizadas.

² Informações disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/02122003censoeduchtml.shtm>. Acesso em 25 de dezembro de 2003.

³ A interdisciplinaridade pressupõe uma certa interação entre várias disciplinas com contribuições recíprocas entre as diferentes áreas. Saracevic (1996) afirma que os fenômenos que envolvem a informação e a comunicação na sociedade contemporânea são complexos e, por esse motivo, não podem ser resolvidos no âmbito de uma única disciplina, mas demandam enfoques interdisciplinares. De acordo com o autor, na Ciência da Informação, a interdisciplinaridade partiu da variedade de formações dos pesquisadores que se dedicaram ao estudo dos fenômenos informacionais. Salienta que os campos que desenvolveram de forma mais aprofundada as relações interdisciplinares com a Ciência da Informação foram: a Biblioteconomia, a Ciência da Computação, a Ciência Cognitiva e a Ciência da Comunicação.

2.1 Tecnologias da informação: instrumento de inclusão ou de exclusão?

Os impactos do desenvolvimento das tecnologias da informação e de sua aplicação para a formação de uma infra-estrutura de redes nacionais e transnacionais têm sido discutidos por diversos autores. A seguir, estaremos abordando alguns aspectos destacados pelos mesmos, devido à importância desse tema para o entendimento do contexto onde os atores sociais desenvolvem suas práticas informacionais bem como da influência desse contexto sobre a forma como esses atores participam dos processos de produção e disseminação da informação na sociedade.

WERSIG (1993) destaca as principais transformações ocorridas na sociedade contemporânea no que se refere à forma como os atores sociais lidam com o conhecimento no contexto de mudança de paradigma, tanto na dimensão filosófica como na tecnológica.

A primeira transformação, apontada pelo autor, refere-se à despersonalização do conhecimento em decorrência do desenvolvimento extraordinário das tecnologias da informação e dos meios de comunicação de massa, como bancos de dados *on line*, CD-ROM, correio eletrônico, videoconferências, discos óticos, sistemas multimídia. Essas novas tecnologias possibilitam o armazenamento, a disseminação e a transferência de conhecimento em quantidades crescentes, sobrepondo-se ao conhecimento personificado baseado na experiência e na tradição localizada no tempo e no espaço.

A segunda refere-se à crise de credibilidade do conhecimento desenvolvido na sociedade atual, processo que se seguiu à preocupação com a chamada explosão informacional. Isso ocorre porque a maior parte desse conhecimento, que não se restringe ao conhecimento científico, dificilmente pode ser provada e, por vezes, sequer é compreendida por todos, mas precisa ser aceita pela crença nos argumentos em que se baseia. Problema que é ampliado no que se refere ao conhecimento manipulado e transformado por processamento tecnológico de dados.

Em decorrência do grande volume do saber acumulado na sociedade em seu desenvolvimento histórico, o autor aponta uma terceira mudança, que diz respeito à

crescente fragmentação nas diferentes áreas do conhecimento. Essa fragmentação é sentida na oposição entre disciplinas, no uso de metodologias diversas, bem como na aplicação de tecnologias, métodos e teorias diferenciadas. O resultado disso é o parcelamento do conhecimento em certos grupos sociais.

Assim, o problema da crescente segmentação e fragmentação de conhecimentos nos mais diversos campos de estudo dificulta a inserção da sociedade como um todo nos processos de produção do conhecimento. Isso porque tal fragmentação está refletida em formas diversificadas de apresentação e, portanto, em uma gama excessiva de qualificações requeridas para acessar e lidar com essas diferenciações. Problema que se agrava, visto que, no momento atual, o mais importante não é apenas ter acesso à informação ou possuir um conjunto de habilidades tecnológicas, mas fundamentalmente ter capacidade de adquirir múltiplas qualificações e conhecimentos, capacidade essencial à inclusão dos atores nos processos segmentados de produção do conhecimento.

Além disso, o autor destaca que os processos de fragmentação do saber afetam também a área da Ciência da Informação. Isso porque esse campo de estudo tem sido abordado por disciplinas fragmentadas, o que conduz a uma série de deficiências metodológicas e teóricas, de forma a dificultar a produção do conhecimento na área.

A última transformação, destacada pelo autor, refere-se ao crescente processo de racionalização do conhecimento e à ênfase nas ciências que utilizam o cálculo e a tecnologia como método científicador e cujos resultados geram produtos detentores de valor de mercado. Essa tendência caracteriza o saber como empiricamente generalizável, passível de ser representado por uma argumentação comprovadora e de ser de uma natureza tal que, em princípio, todos possam acompanhá-lo.

Diante dessas transformações, o autor chama atenção para um dilema enfrentado pelas pessoas na sociedade. Trata-se do fato de que, com a hegemonia das novas tecnologias da informação na sociedade, o conhecimento está se tornando cada vez menos baseado na tradição e na experiência pessoal. Outro aspecto a ser considerado é que cresce a quantidade de conhecimentos a serem legitimados, cujo crivo é um desafio para as mais diferentes áreas do saber.

No que se refere ao desenvolvimento das tecnologias da informação, Lastres e Ferraz (1999) tratam especificamente das mudanças decorrentes do crescimento cada vez mais

acelerado dos setores intensivos em informação e conhecimento na sociedade atual. Destacam a complexificação e a aceleração dos processos de geração e difusão dos novos conhecimentos e das tecnologias da informação.

Além disso, ressaltam avanços decorrentes dessas transformações. Trata-se da crescente flexibilidade que os processos produtivos assumem, além do aumento da capacidade de controle e de administração desses processos. Outro avanço é o aprofundamento do nível dos conhecimentos tácitos, que se referem às competências individuais, cuja natureza relaciona-se aos processos de aprendizagem que se desenvolvem, em especial, nos contextos específicos de interação social.

Outro fator destacado por eles é a capacidade cada vez maior de codificação de conhecimentos e a maior velocidade, confiabilidade e baixo custo de transmissão, armazenamento e processamento de enormes quantidades dos mesmos e de outros tipos de informação, que passam a ser passíveis de serem comercializados.

Os autores apontam, também, significativas transformações “nas formas de gestão e de organização empresarial [...]” bem como “no perfil dos diferentes agentes econômicos, assim como dos recursos humanos, passando-se a exigir um nível de qualificação muito mais amplo dos trabalhadores” e, finalmente, “as exigências de novas estratégias e políticas, novas formas de regulação e novos formatos de intervenção intergovernamental”. (LASTRES; FERRAZ, 1999, p. 35).

Para Du Castel (1995), todas essas mudanças, novas crenças e valores têm causado algumas contradições. Para ele, o termo “tecnologias da informação” designa muito mais procedimentos do que componentes técnicos. Tais procedimentos enfatizam o armazenamento, o tratamento e a disponibilização de dados, o que o autor denomina “mecanização da informação”, cabendo aos indivíduos que acessam tais dados atribuir sentido aos mesmos.

No entanto, o autor afirma que a extração de conteúdos significativos pelos atores sociais é dificultada pela grande abundância de informações disseminadas por meio das tecnologias criadas “para comunicar”. Além disso, a distribuição de conhecimentos na sociedade passa a estar relacionada à massificação e à desigualdade de inserção dos atores nesse processo.

De acordo com esse ponto de vista, Sfez (1996) afirma que vivenciamos a propagação de uma idéia errônea de que a aceleração dos processos de comunicação, possibilitada pelas tecnologias da informação e pelo desenvolvimento das redes de comunicação como referido anteriormente, proporciona uma circulação de informação generalizada. Entretanto, o que ocorre, na verdade, é a disseminação da informação já produzida. Isso dificulta a construção de significados e conhecimentos por parte de grupos sociais, cujo grau de dificuldade em lidar com tecnologias complexas é significativo.

A idéia de que a informação poderia ser igualmente distribuída por uma comunicação que apenas a transmitisse, pareceria não somente um erro, disfarçado em utopia, mas um perigo real. Isso equivale a atribuir um poder total a um circuito pretensamente “claro” e democrático, reforçando, com suas vantagens, uma tecnologia que impulsiona à construção de “**máquinas de comunicar**” cada vez mais sofisticadas e, portanto, cada vez mais restritivas. (SFEZ, 1996, p.6).

De acordo com o autor, o problema da partilha social da informação agrava-se com a ampliação das possibilidades de manipulação informacional pelo uso da mídia. Essa manipulação deve-se à sobreposição do valor da disseminação à própria produção dos conteúdos.

Considerando o argumento do autor, Aun (2000) destaca que o modelo de sociedade, baseado na centralidade da informação e do conhecimento, perpassa por uma série de questões e traz transformações relevantes que afetam o processo de construção da cidadania:

A posição da informação na sociedade coloca-nos diante de uma multiplicidade de problemas de ordem política, cultural, tecnológica, econômica e de regulamentação, fatores de grande influência no processo de construção da cidadania. (AUN, 2000. p. 30).

Dessa forma, de acordo com o pensamento da autora, as transformações recentes decorrentes da aceleração da circulação das informações afetam, de forma profunda, os modos como os atores sociais são capazes de fazerem-se sujeitos históricos aptos a pensar e conduzir suas vidas. O problema é que isso está ocorrendo em sociedades historicamente caracterizadas pela exclusão de parcelas expressivas da população como a brasileira.

No cerne deste debate, destaca-se a questão da inclusão na chamada Sociedade da Informação. Esse é um tema que tem despertado o interesse seja no âmbito da Ciência da Informação como de áreas correlatas, em especial, no que concerne aos processos excludentes de produção e disseminação da informação e das tecnologias. Outro tema relevante é o problema que diz respeito à manutenção de antigas formas de concentração de poder pelas grandes corporações oriundas dos países desenvolvidos, agora pelo domínio das redes digitais e de amplos estoques informacionais.

Aun (2001) questiona se as transformações, marcadamente caracterizadas pelo aumento da quantidade de informações transmitidas, estocadas e utilizadas, têm acarretado o surgimento de novas hierarquias em substituição às antigas formas de dominação e exclusão. Preocupa-se também em saber se as condições desiguais de inserção nos processos de produção e disseminação da informação comprometem a construção da cidadania dos atores sociais. Problema que, segundo ela, traz novos desafios e possibilidades a serem exploradas. Nesse sentido, nem todas as pessoas são integradas à Sociedade da Informação podendo dela usufruir, por não saberem interpretá-la, acessá-la e interagir com as novas tecnologias, criando suas próprias rotas de navegação pelas redes de transmissão de conhecimentos.

Espaços, anteriormente específicos de busca e de construção informacional, como os sindicatos, colocam-se de forma pasteurizada devido à centralidade dos meios de difusão e acesso à informação, criando dependência geradora de desigualdade.

Um dos principais fatores que contribui para existência de desigualdades na inserção dos atores sociais nos processos de gestão da informação decorre do fato de que essa passa a ter valor econômico. Em decorrência disso, a comunicação da informação não ocorre de “forma homogênea nem integradora, pois à medida que são agregados valores à informação, a tendência é que se diminuam as relações de comunicação, criando a possibilidade de ‘encapsulamento de estoques’ o que compromete o acesso”. (AUN, 2001, p.30).

Marteleto (1998) afirma que o problema dos meios excludentes de produção e disseminação da informação e do conhecimento relaciona-se à representação que os atores fazem com respeito ao caráter não democrático dos fluxos de informações. Phipps (2000) ilustra esse tipo de pensamento. Afirma que, no contexto de grande desenvolvimento das tecnologias da informação, uma disseminação democrática das tecnologias da informação torna-se essencial para alcançar uma inserção mais igualitária da população no processo. Para tanto,

aponta a necessidade de capacitação de muitos grupos sociais para o uso das novas tecnologias, já que as mesmas passaram a alterar significativamente a forma de organização da sociedade.

A autora apresenta também algumas tendências relacionadas a esse processo de transformação. A primeira refere-se ao fato de que a confidencialidade e a segurança de dados passa a ser um problema relevante. A segunda tendência é o problema da redução da participação democrática em contraposição à crença de que as tecnologias da informação podem encorajar a maior participação nas tomadas de decisões. A última tendência trata-se do fato de que o acesso e a capacidade de uso das TICs passa a ser fundamental para inserção social, de forma a requerer uma ação integrada entre governo, mercado e sociedade civil.

No entanto, a capacitação necessária à inclusão digital não é suficiente para que a inserção nos processos de produção e disseminação de informações e de tecnologias seja efetivada. Sfez (1996) afirma que o excesso de informação massificada, que circula nos canais de comunicação, compromete o caráter inclusivo do processo de produção e disseminação do conhecimento e esvazia, por meio de um distanciamento hierarquizado das relações de poder estabelecidas, a possibilidade de diversos atores intervirem direta ou indiretamente nos modos de gestão desses fluxos informacionais.

Nessa mesma linha de pensamento, Mattelart (1996) afirma que os fluxos internacionais de informação e comunicação têm implicações econômicas, políticas e culturais representadas nas relações de força entre as grandes potências que dominam o ramo das indústrias de telecomunicações.

O autor questiona o desequilíbrio do fluxo unilateral de comunicação oriundo dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento. Esse desequilíbrio implica disparidades tanto na forma de inserção dos atores nos processos de disseminação da informação, quanto na capacidade dos mesmos em determinar quais os conteúdos técnicos, tecnológicos e científicos circulam no intitulado “livre” fluxo informacional.

Ao analisar essa questão, Santos (1987) afirma que a distribuição econômica e geográfica da informação, concentrada nos centros de poderio econômico é que dificulta uma inserção igualitária na chamada nova ordem informacional. Isso porque, apesar da grande quantidade de informações disponíveis, a maior parte da população tem dificuldade em

acessar e interpretar essas informações, em decorrência das desigualdades de poder que envolvem os processos de gestão da informação. Ou seja, os atores oriundos de países considerados desenvolvidos têm inserção privilegiada nos processos de produção e disseminação de tecnologias, de informações e de recursos que lhes garantem a manutenção de sua posição privilegiada.

Como vimos, a concentração de poder nas mãos de poucos perpetua as desigualdades dos fluxos de informação de mão única e coloca em xeque o discurso neoliberal de que a “nova ordem da informação” ou a “nova ordem tecnológica” promoverá um fluxo e um acesso igualitário de informações em todo o mundo.

Do ponto de vista de Lojkine (1995), a dificuldade de comunicação de informações que tenham potencial de promover a inserção nos processos de produção de conteúdo e de disseminação de informações e conhecimentos, deve-se ao fato de que o desenvolvimento das tecnologias da informação não reduziu os confrontos de poder na sociedade.

Segundo o autor, há duas alternativas que definem os processos de disseminação da informação. A primeira trata-se da concepção elitista, tecnocrática e excludente, que reserva a informação estratégica à elite privilegiada. A segunda refere-se à concepção autogestionária e democrática de produção social de informação, que visa a inclusão e a independência dos sujeitos sociais. Essa última será abordada ao longo dessa pesquisa, quando trataremos da construção de conhecimentos e significados decorrentes da interação entre os atores sociais como alternativa aos processos excludentes de gestão da informação.

Ao realizar uma pesquisa sobre o processo de desenvolvimento das novas tecnologias da informação e sua implantação nas grandes empresas, o autor obteve resultados que são interessantes para pensar os processos privilegiados e excludentes de produção das tecnologias e dos recursos informacionais. Ele comprovou que a concepção elitista e tecnocrática é predominante no acesso à informação nas sociedades capitalistas. Os resultados da pesquisa constataram que, na aplicação das novas tecnologias, perpetuam-se o que o autor denomina “círculos viciosos das novas tecnologias da informação”.

Os círculos viciosos das Novas Tecnologias da Informação (NTI), nas grandes empresas capitalistas geridas segundo a lei do lucro, são, ao mesmo tempo, diferentes e dimanantes do mesmo obstáculo estrutural: a ausência de uma verdadeira descentralização, de um verdadeiro questionamento da estrutura piramidal de poder informacional, malgrado as recomposições – cada vez mais sistemáticas – do trabalho dos operadores. (LOJKINE, 1995, p. 151)

A permanência da estrutura piramidal de poder informacional, a que o autor refere-se, decorre do fato de que não há um esforço para inclusão de todos no processo. Somente a uns poucos é reservado o privilégio de intervir nos processos de produção e disseminação dos conhecimentos essenciais à manutenção das relações de poder já estabelecidas. Ou seja, o que ocorre, na verdade, é que surgem novas formas de divisão do trabalho e de alienação, pois as novas tecnologias acabam por aumentar as exigências do trabalho, o controle sobre o tempo do trabalhador e passam a requerer dos operários o desenvolvimento de novas competências sem alterar, no entanto, a estrutura hierárquica vigente.

Por termos escolhido os dirigentes sindicais como atores e sendo o objetivo principal desta pesquisa, analisar como os dirigentes sindicais em suas interações com os trabalhadores da Rede Municipal de Belo Horizonte percebem e organizam suas práticas informacionais, observaremos se a estrutura piramidal de poder de concentração informacional tem prevalecido sobre o objetivo de construção da cidadania.

Lojkine conclui então afirmando, que a desigualdade de inserção no processo de gestão das novas tecnologias e das informações continuará até que todos os cidadãos tomem consciência de que a tomada de decisões estratégicas, sejam essas econômicas ou políticas, não cabe somente a uma elite de dirigentes e ponham em prática a concepção autogestionária e democrática da produção social da informação. Até que isso ocorra, a transformação da estrutura de poder vigente não passará de uma utopia, perpetuando o círculo vicioso das novas tecnologias da informação.

A busca de alternativas aos processos excludentes de disseminação da informação, de forma a minimizar as desigualdades existentes, envolve os diferentes setores da sociedade. A seguir, discutiremos como a Ciência da Informação pode contribuir para a proposição de um projeto inclusivo de gestão da informação.

2.2 O papel da Ciência da Informação ao discutir a questão da exclusão na Sociedade da Informação

O problema dos processos excludentes de produção e disseminação da informação é uma questão que necessita ser aprofundada pelos pesquisadores da área da Ciência da Informação. O papel da Ciência da Informação, em discutir esse problema e propor alternativas, é relevante, tendo em conta dois fatores principais. O primeiro refere-se à questão da exclusão de diversos setores da população das decisões que envolvem as diretrizes do projeto da Sociedade da Informação. O segundo, relacionado ao primeiro, trata-se das consequências dos diversos mecanismos excludentes dessa nova sociedade para a continuidade das desigualdades de inserção dos atores sociais nos processos de gestão da informação.

Saracevic (1996) destaca alguns fatores que são pertinentes para aprofundar essas questões. O primeiro deles é o fato de que a Ciência da Informação “está inexoravelmente ligada à tecnologia da informação”. O outro fator importante é que “a CI é, juntamente com outras disciplinas, uma participante ativa e deliberada na evolução da sociedade da informação”. (SARACEVIC, 1996, p. 42). Ou seja, a Ciência da Informação desempenha um papel essencial no projeto da denominada Sociedade da Informação.

De acordo com este ponto de vista, Bemfica (2002) afirma que a idéia da Sociedade da Informação teve grandes impactos na origem e evolução da Ciência da Informação. Essa relação deveu-se ao fato de que o foco dado à mídia digital, como suporte tecnológico que permite o fluxo de informação independente de fronteiras e legislações nacionais, passou tanto a impactar as políticas econômicas dos governos, quanto a incorporar os temas estudados no campo científico. A autora destaca que os debates ocorridos, em especial, no campo da Biblioteconomia, concorreram para a criação de uma nova ciência: a Ciência da Informação.

A importância atribuída às tecnologias da informação e comunicação, em especial àquelas qualificadas com o adjetivo “novas”, fez com que a temática da informação passasse a freqüentar discursos científicos, como a ciência econômica, a ciência política, as ciências administrativas, e ensejou o surgimento da Ciência da Informação. (BEMFICA, 2002, p.2).

Assim, para a autora, essa associação histórica da Ciência da Informação ao desenvolvimento das tecnologias da informação incorpora a esse campo de estudo perspectivas analíticas sobre as implicações sociais decorrentes do uso e do consumo dessas tecnologias. Outra questão refere-se às conseqüências das novas relações de poder que se estabeleceram a partir da delegação de funções estatais para grandes corporações privadas, principalmente, às empresas-redes como ressalta Castells (2001).

Observa-se que o discurso da Ciência da Informação aparece impregnado da ideologia neoliberal que, segundo Anderson (1996), foi primeiramente defendida por Friedrich Hayek, em seu texto “O Caminho da Servidão”, escrito em 1944⁴. O texto é de um “ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como ataque à liberdade, não somente econômica, mas também política”. (ANDERSON, 1996, p. 9).

Para Freitas (2003), essa ideologia está presente no discurso da Sociedade da Informação e, até mesmo, predomina na produção científica dos autores da Ciência da Informação. Essa conclusão baseia-se em uma pesquisa que realizou, cujo objeto foram diversos textos da área da Ciência da Informação. Os resultados obtidos demonstram que no discurso da área sobre a atual condição da informação, estão cada vez mais presentes idéias disseminadas pela ideologia neoliberal. Assim, em muitos textos pesquisados, a informação é vista como um recurso de produção, uma mercadoria. Alguns dos autores pesquisados afirmam que, pelo fato de ter se tornado um recurso estratégico para as empresas, a informação substitui a centralidade do capital na economia. Muitos chegam a afirmar que as conseqüências sociais dessa nova ordem econômica centrada na informação são “inevitáveis”.

A autora constatou, também, que os conteúdos construídos no contexto de interação entre os atores sociais e os conhecimentos desenvolvidos nas culturas locais não são valorizados nos textos produzidos na área. Ou seja, o que se observa, na maioria dos estudos realizados na área, é a “ascensão da discursividade econômico-gerencial privatizante e o

⁴ Para o Anderson (1996), a crise capitalista, após 1973, possibilitou que a teoria de Hayek ganhasse grande número de adeptos. Os governos que a abraçaram, inicialmente o governo da Inglaterra em 1979, o dos Estados Unidos em 1980, o da Alemanha em 1982 e posteriormente grande parte dos países do continente Europeu, tinham como meta principal a estabilidade monetária e para isso realizaram contenção de gastos sociais, reformas fiscais com vistas na redução de impostos sobre o capital, de forma a sofrer um significativo aumento da taxa de desemprego e agravamento das desigualdades de renda nessas sociedades. No fim da década de 80 e início da década de 90, a maioria dos países da América Central e da América Latina passaram a vivenciar governos de orientação neoliberal. No entanto, os problemas que afetaram os países europeus, em decorrência da política neoliberal, também desencadearam uma série de dificuldades para esses países em desenvolvimento, sem que as promessas de revitalização econômica se cumprissem. Ao contrário, na esfera social, as desigualdades existentes foram aprofundadas.

correspondente descenso da discursividade do público e do cultural”. (FREITAS, 2003, p.1). Assim, a maioria desses textos tem como foco a valorização da técnica em detrimento dos conhecimentos construídos nas comunidades locais. Alguns chegam a defender a crença de que tais comunidades não podem resistir, muito menos concorrer com os impactos decorrentes dos grandes avanços tecnológicos em curso. Afirmam que as mudanças promovidas pelos países e empresas que dirigem os rumos da economia são inevitáveis e que as comunidades locais não têm poder para impedir essas mudanças ou para alterar as conseqüências das mesmas.

A autora ressalta que o discurso neoliberal tem influenciado a forma como os autores da área da Ciência da Informação trabalham seus principais conceitos por um prisma economicista e fatalista, como os conceitos informação e conhecimento que passam a deter um caráter mercantil e elitizado na produção da área.

Bemfica (2002, p.55), por sua vez, afirma que, no discurso da Sociedade da Informação, os conceitos de informação, comunicação e conhecimento “estão, necessariamente, condicionados pelas tecnologias” e incorporam a concepção que vê as tecnologias da informação como motor de mudança social. Destaca que as transformações decorrentes do desenvolvimento dessas tecnologias decorrem de um projeto neoliberal de sociedade: a sociedade da informação e sua infra-estrutura tecnológica.

Ponto de vista compartilhado por Aun (2001), que afirma que os fluxos informacionais têm proporcionado muito mais a massificação informacional do que uma real democratização de conteúdos. Assim, a democratização do processo de disseminação da informação está condicionada à transformação sócio-econômica das próprias sociedades, consideradas politicamente democráticas:

A sociedade [...] baseada na informação é caracterizada pelo esforço dos governos de se preservar uma sustentabilidade econômico-social, pois ela surge com o vislumbrar de novas oportunidades de emprego, de educação a distância e aprendizagem ao longo da vida, suporte ao desenvolvimento de bons serviços públicos de informação, acesso e concessão de recursos para todos e de coesão social para as diferentes regiões do mundo. (AUN, 2001, p. 51)

O desafio é proporcionar aos diferentes grupos sociais capacitação para que possam desenvolver processos de aprendizado contínuo buscando a inserção dos mesmos no sistema educacional. Fatores que têm influência direta nas oportunidades que os atores

terão de serem incorporados à Sociedade da Informação bem como de terem garantidos seus direitos. Para tanto, é essencial que esses atores possam alcançar representatividade real nas redes de produção e disseminação da informação, de forma a possibilitar-lhes a comunicação de seus conteúdos, conhecimentos, cultura e especificidades. Esse desafio retoma o valor das redes de relações sociais, como defendem Marteleto (1998) e González de Gómez (1996). Isso porque, por meio dessas redes de contatos, os atores contróem uma alternativa aos processos excludentes de gestão da informação existentes na Sociedade da Informação.

Deve-se, para tanto, levar em conta o problema, levantado por Cardoso (1996), de que as mudanças no modo de entender e aplicar o conhecimento foram, na verdade, marcadas pelo distanciamento dos princípios iluministas, de que a razão traria solução para os problemas sociais. Ao contrário do esperado, o desenvolvimento da ciência e das tecnologias não foi acompanhado pelo desenvolvimento social.

Nesse contexto, a autora ressalta, como desafio para a área da Ciência da Informação, a necessidade de propor ações com intuito de possibilitar uma inserção informacional mais igualitária dos atores sociais e contribuir para a diminuição das disparidades e contradições existentes na sociedade atual. Disparidades e contradições que estão agravando-se com a implantação das políticas neoliberais, em especial, nos países onde existem desigualdades sociais excessivas.

Para tanto, é de grande importância o entendimento de que a Ciência da Informação tem sido influenciada pelo discurso neoliberal presente no discurso da Sociedade da Informação. Discurso que vê como inevitáveis as conseqüências dos mecanismos excludentes de produção e disseminação de informação bem como dos processos elitizados de gestão das tecnologias da informação.

Nesse sentido é importante o estudo dos reais impactos da informação e das tecnologias da informação na sociedade contemporânea. E, a partir dessa reflexão, propor estudos que visem aprofundar as questões relacionadas à inserção dos atores no processo de gestão da informação, ao valor das comunidades locais na produção de conteúdos, de suas crenças e de sua cultura, com vistas na promoção de uma Sociedade Inclusiva da Informação. Esse questionamento pode trazer avanços para a área, de forma a evoluir para

uma produção de textos mais críticos em relação aos chavões neoliberais⁵, que passaram, muitas vezes, de forma inconsciente, a integrar o discurso da área.

2.3 Informação como construção dos sujeitos sociais

Ao longo do processo de constituição histórica da área da Ciência da Informação observamos que o conceito de informação tem recebido diversas conotações. Assim, para compreender a informação enquanto uma construção social, apresentaremos o pensamento de autores que trabalham esse conceito relacionado aos conceitos de comunicação e conhecimento.

Buckland (1991) foi um dos primeiros autores a pretenderem sistematizar o conceito de informação. O autor apresenta três vertentes que considera importantes para o estudo do fenômeno informacional. A primeira refere-se à informação como processo ou ato de comunicar algo. A segunda visualiza a informação como conhecimento e redutora de incertezas. A terceira vê a informação como coisa, ou seja, trata-se de dados e documentos informativos.

Observa-se uma tendência, na área, de enfatizar a terceira vertente sugerida pelo autor. Marteleto (1992) afirma que essa tendência de pensar a informação enquanto “coisa” mostra-se presente, em especial, nos estudos que focam a aplicação das tecnologias da informação. Nesse contexto, predomina a concepção que limita a informação a objetos, a documentos ou a dados que devem ser armazenados, estocados e gerenciados.

⁵ Freitas (2003) ressalta que chavões do discurso neoliberais podem ser encontrados na maioria dos textos produzidos na área da Ciência da Informação no Brasil. Alguns exemplos ilustrativos são: a) a sociedade da informação elege uma nova ordem mundial [...]; b) as consequências que a globalização impõe a sociedade são inevitáveis [...]; c) a tecnologia impõe um ritmo nunca visto na história do mundo [...].

Entretanto, a autora questiona essa visão da informação como algo isolado do contexto social ou externo ao sujeito. Isso porque, para ela, a informação não é uma “coisa”, facilmente isolável para efeito de análise, e nem pode ser dissociada do contexto da ação em que ocorre. Ao contrário, a informação é eminentemente situacional, tomando conotação diferente de acordo com a posição sócio-econômica dos sujeitos, nos processos comunicacionais em que se encontram envolvidos, com poder maior ou menor sobre o significado e a posse legítima dos meios para absorvê-la.

Nesse sentido, a informação passa a ser um elemento dinâmico, que perpassa as mais diversas interações entre os atores sociais. Ultrapassa, então, o elemento estanque da informação como “coisa”, destinada ao registro da tradição, tornando-se, para a autora, muito mais um elemento que possibilita aos atores sociais atribuir sentidos à realidade, acessar os signos, significados, construir interpretações e conhecimentos a respeito do real. A ênfase aqui está na comunicação dinâmica da informação para construção de novos sentidos, significados e conhecimentos, no contexto que envolve os atores sociais.

A visão de uma “informação coisificada” originou-se nos primeiros estudos realizados no âmbito da Biblioteconomia, disciplina que tem grande contribuição para a área da Ciência da Informação como relatado por Dias (2002). Além disso, ressalta a importância de pensar os principais conceitos, os limites de atuação e a trajetória por que vem passando a área desde sua criação.

O autor destaca a importância da Ciência da Informação e da Biblioteconomia. Especialidades que possuem métodos e interesses de pesquisas peculiares, mas que se agregam em torno de uma questão comum: o acesso à informação. O entendimento do processo de formação dessas duas sub-áreas é fundamental, uma vez que a Ciência da Informação trata-se de uma ciência relativamente nova, ainda em processo de consolidação, e que, por esse motivo, passa por um processo contínuo de redefinição e ampliação de seu âmbito de atuação. Processo, que segundo o autor, desenvolveu-se em três etapas principais.

O primeiro movimento, iniciado por profissionais com atuação específica em bibliotecas especializadas, decorreu de uma dissidência da Biblioteconomia. Tinha como objetivo designar uma nova área de atuação, devido ao fato de que o termo Biblioteconomia caracterizava um campo mais generalista e não atendia às necessidades específicas dos usuários de informação especializada, ou seja, aqueles que necessitariam aplicar um

conhecimento mais específico para trabalhar a informação e não eram atendidos pela Biblioteconomia e suas instituições.

A segunda etapa levou à criação do termo “Documentação”, quando profissionais da área acrescentam novos elementos à biblioteconomia especializada, a fim de atender especificamente aos usuários de centros de documentação. Posteriormente, o termo Documentação mostrou-se inadequado àqueles cientistas da informação aplicados ao desenvolvimento da pesquisa na área, passou-se então a utilizar o termo Ciência da Informação, entendida como uma concepção mais geral, que desde então abrange a área como um todo. Nesse sentido, deve-se entender a Ciência da Informação como “um campo de conhecimento onde vai-se encontrar várias especialidades (Biblioteconomia, Arquivologia, Documentação) inclusive a Ciência da Informação propriamente dita, ou seja, em seu sentido estrito”. (DIAS, 2002, p. 91).

Esse processo histórico nos auxilia no entendimento das razões porque os primeiros estudos na área focaram a informação enquanto “coisa”, pois era vista como documentos, registros e dados que constituíam as necessidades de informação das pessoas, sendo que o papel dos profissionais da informação era encontrar a melhor forma de compreender e suprir essas necessidades. E, embora a área tenha ampliado seu escopo de atuação com o advento das tecnologias da informação, diversos estudos ainda focam somente os aspectos da informação quantificável e passível de ser armazenada.

Smit, Tálamo e Kobashi (2003, p.3) destacam que a Ciência da Informação carece de maior explicitação do “corpo conceitual utilizado na análise e produção discursiva da área”. Isso porque não há um consenso entre os pesquisadores da área sobre os principais conceitos que a compõem, a despeito de haver diversos esforços nesse sentido. Tendo em conta essas considerações, a seguir, serão apresentadas as idéias de alguns autores que contribuíram para nosso entendimento do conceito de informação e de sua relação com os conceitos de comunicação e de conhecimento.

Le Coadic (1996, p.5) conceitua informação como uma mensagem registrada que comporta um sentido ou significado, ou seja, é “um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual”. Para ele, a relação entre informação e conhecimento ocorre quando há um estado de anomalia ou uma lacuna na estrutura de conhecimento do indivíduo sobre determinado assunto e, a partir daí, busca-se a informação que vai corrigir essa anomalia.

Para explicar a relação entre informação e comunicação, o autor apresenta a teoria da comunicação de Shannon e Weaver. Esses autores pensam a informação como redutora de incertezas constituindo-se em uma mensagem que procede de um emissor para um receptor. Com base nisso, Le Coadic (1996, p.13) afirma que a comunicação constitui-se em um “processo intermediário que permite a troca de informações entre as pessoas”.

Esse processo ocorre, de acordo com Cardoso (1996), por meio do entendimento das dimensões pessoal e coletiva da informação. Essas dimensões dependem uma da outra de forma que a comunicação de uma informação desenvolvida de forma pessoal é essencial para que a informação tenha algum valor social e coletivo:

Pois, inexistente informação independente de sua transmissão ou compartilhamento, que se faz pelo processo de comunicar (colocar em comum), bem como é impossível um ser humano (na acepção completa da expressão) desconectado da herança cultural comum ao grupo ao qual pertence. [...] Neste sentido, também a entenderemos como *instituinte* da cultura, ao revelar novas alternativas possíveis para a ação, que se cristalizam em práticas e serem reconsideradas, reinterpretadas, reformuladas *ad infinitum*, dando ocasião ao aparecimento e consolidação de outras manifestações culturais. (CARDOSO, 1996, p. 72)

Assim, para a autora, o valor da informação está em ser transmitida, comunicada, compartilhada e inserida no processo de construção coletiva do conhecimento e da cultura na sociedade. Ou seja, para que tenha impacto social, o conhecimento precisa ser compartilhado a fim de contribuir para proposição de ações alternativas, com o intento de modificar conceitos impregnados pela cultura vigente e que perpetuam as desigualdades na sociedade.

Marteletto (1998, p.78) questiona a linearidade processual atribuída ao que ela denomina “a tríade informação-conhecimento-comunicação”, ou seja, “a passagem de informação ao estado de conhecimento e a comunicação adequada desse conhecimento como material informacional”. Esses termos são assim associados, quase que automaticamente, tanto pelo senso comum, quanto pelo pensamento científico. Mas esse tipo de associação linear, desconsidera o fato de que a ação informacional dos atores sociais é influenciada pelas diferenciações entre as posições dos atores no espaço social. As desigualdades, presentes na relação discursiva, formam e informam as disputas simbólicas e os embates discursivos, que influenciam a forma como os atores lidam com a informação.

Nesse sentido, a informação relaciona-se às práticas e representações dos sujeitos em suas vivências e interações sociais, dentro de espaços e contextos culturais específicos. Por meio de suas vivências e interações, os atores sociais informam-se, comunicam-se, produzem conhecimentos e compõem matrizes de leitura e interpretação do mundo vivido. Isso ocorre em um espaço de embate discursivo e de disputa de sentidos denominado, por Marteleto (2002, p. 114), como o espaço das “comunidades interpretativas”.

Para González de Gómez (1996, p.59), o termo “informação” refere-se às estruturas de significado ou a um recorte na produção de sentido. Já o termo “conhecimento” trata-se de um domínio ou apreensão de um objeto do saber. Assim, a relação entre informação e conhecimento é “especificada pelas ações e relações sociais que lhe dão ancoragem espaço-temporal”. É, portanto, a partir dessas ações e relações sociais que os atores sociais constroem tempos e espaços informacionais, vivenciam experiências que agregam novos conhecimentos a suas bases de conhecimento e dão significados e sentidos a essas vivências.

No que se refere à relação entre informação e comunicação, a autora afirma que os modos de produção e de articulação de informações, significados ou sentidos variam de acordo com os diferentes contextos sociais de sua geração e comunicação. Variam também conforme os atores envolvidos, seus objetivos, intencionalidades e capacidade de formar redes de contatos com outros atores sociais.

Finalizando, destacamos que os aspectos aqui discutidos contribuem para avançar no sentido de pensar a informação como um elemento dinâmico, inserido em um contexto social e cultural, onde os atores desenvolvem processos comunicacionais e constroem conhecimentos. Assim, busca-se ultrapassar a visão segmentada da “informação coisificada”, envolvendo uma série de considerações que nos auxiliam a entender a informação como uma construção social que permite aos atores interpretar ou atribuírem sentidos à realidade.

Assim, esse capítulo procurou fazer uma discussão de alguns aspectos básicos relacionados ao tema da pesquisa. O primeiro aspecto discutido refere-se ao contexto de mudanças nas relações de poder na sociedade resultantes do desenvolvimento das tecnologias da informação. O segundo refere-se ao problema da gestão dos fluxos informacionais e às implicações das desigualdades de inserção nos processos de produção e disseminação das novas tecnologias da informação, além de sua influência na construção de conhecimento e da cidadania dos atores sociais. O terceiro diz respeito ao papel das

comunidades locais, onde ocorrem as interações entre os atores sociais, em especial, o papel das redes de relações sociais como alternativa aos processos excludentes de disseminação da informação visto que possibilita a construção de conhecimentos e significados próprios.

3 – PRÁTICAS INFORMACIONAIS PARA A CIDADANIA

A informação contribui para transformar e aprimorar o conhecimento dos atores sociais, além de possibilitar-lhes atribuírem sentido à realidade e agirem sobre ela. Para Sveiby (1998), o conhecimento deve ser orientado para a ação; é construído e transmitido socialmente dentro de uma tradição cultural, tendo em si uma qualidade dinâmica de estar em constante mutação.

Wersig (1992), por sua vez, destaca que a informação é conhecimento para ação. Essa afirmação nos ajuda a compreender como a informação pode cooperar para a transformação da realidade dos atores na sociedade. Ou seja, a informação, como elemento dinâmico, possibilita a transformação do estado do conhecimento e mesmo das estruturas sociais.

De acordo com esse autor, o conhecimento dá suporte a ações específicas em situações também específicas. Para ele, as pessoas devem fazer melhor uso possível de seus conhecimentos, em seu cotidiano. Nesse contexto, a informação torna-se um veículo de transferência de conhecimento, quando há uma lacuna de conhecimento a ser preenchida para resolver uma situação-problema imediata. Dessa forma, a informação vem acrescentar ao conhecimento prévio do indivíduo de forma a capacitá-lo para a ação.

Nessa mesma linha de pensamento, Medeiros (2000) e Robredo (2003) destacam que o processo de apropriação da informação modifica as estruturas do cotidiano, à medida que o sujeito toma consciência de algo e decide agir ativamente para modificá-lo. Assim como a origem do termo latino *informare* que significa o ato de dar forma ou aparência a algo, a informação é capaz de provocar mudanças cognitivas e sociais, por enriquecer o conhecimento individual e coletivo.

Para que as informações e os conhecimentos sejam potencializadores de mudanças, é fundamental que os mesmos sejam trabalhados pelos atores sociais. Nesse contexto, destaca a importância dos espaços de interlocução que favorecem as trocas de informações

e a construção de conhecimentos, capacitando-os para o exercício de práticas de cidadania, com potencial de alterar as estruturas de seu cotidiano.

Além disso, para entender como a informação contribui para mudar a realidade, é preciso pensar também quem é esse sujeito que orienta o conhecimento para a ação, tema que será abordado no próximo capítulo, bem como em que contexto esse processo ocorre, o que será explorado a seguir.

3.1 Do fenômeno informacional às práticas informacionais

A informação é vista como um fenômeno social, cujo valor tem sido cada vez mais reconhecido na sociedade (MARTELETO, 1998). No meio acadêmico, a importância desse fenômeno se expressou de forma mais contundente com a formação de uma nova ciência: a Ciência da Informação. Ciência que vem se desenvolvendo grandemente no País tanto em âmbito teórico quanto em termos de número de cursos e alunos interessados ⁶.

Araújo (1998, p.22) conceitua informação como “uma prática desenvolvida em um contexto social”. Para chegar a esse conceito, a autora leva em conta a centralidade do fenômeno informacional na sociedade e o fato de que ele é constantemente reconstruído pelo sujeito a partir de uma dada realidade social e de significados próprios. Também a considera como uma prática realizada por um sujeito cognitivo-social, visto que desenvolve ações de atribuição e comunicação de sentido às informações com as quais tem contato:

⁶ Pinheiro (2000) relata que o primeiro curso de mestrado em Ciência da Informação foi criado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em 1970, seguido pela Universidade de São Paulo em 1972 e pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1976.

De acordo com os dados disponíveis no portal da CAPES, www.capes.gov.br (acesso em 29 de janeiro de 2004), as instituições de ensino superior no país que atualmente possuem cursos de mestrado reconhecidos pelo Ministério da Educação são PUCCAMP/ SP, UFBA/ BA, UFSC/ SC, UNESP/MAR/ SP. As instituições de ensino superior no país com cursos de mestrado e doutorado reconhecidos pelo Ministério da Educação são UNB/ DF (criado em 1992), UFMG/ MG (criado em 1997) e UFRJ/ RJ (criado em 1994).

Considerar o fenômeno informacional sob essa perspectiva é admitir que o mesmo é um processo constantemente reconstruído pelo sujeito do conhecimento, a partir de uma determinada realidade social e de significados pessoais. Informar-se, portanto, não é um processo finalizado quando o sujeito do conhecimento recebe/usa informação. Tal processo é algo aberto/inacabado e, como tal, sempre propício a reestruturações; caso contrário não poderíamos criar novas informações, uma vez que as informações existentes representariam a realidade de forma completa. (ARAÚJO, 1998, p. 22)

O sujeito cognitivo-social, por sua vez, trabalha a informação com base em um sistema de conceitos que constituem seu modelo de mundo, de forma a selecionar a informação dentro de um contexto social. Esse contexto refere-se às vivências históricas das comunidades que o indivíduo incorpora em seus conhecimentos e partilha com os demais, em uma dinâmica de intercâmbio de saberes. De acordo com a autora, o sujeito da informação é cognitivo, porque “produz conhecimento e é também social, pois participa de uma comunidade de discurso, que se estrutura a partir da sociedade”. (ARAÚJO, 1998, p. 20)

Assim, o fenômeno informacional não pode ser isolado de seu contexto social. É na sociedade que os sujeitos atribuem sentido às informações e constroem significados e conhecimentos que instrumentalizam suas ações de intervenção na realidade que os cerca. Esse pensamento é reforçado pela afirmação de Encarnação (1999, p. 32) de que o contexto sócio-cultural “é fundamental para a interpretação dos conteúdos e para a construção dos significados”. Completando o seu pensamento, Marteleto (1992, p.87) afirma que a informação permeia as práticas sociais e históricas dos atores, sendo em si mesma uma prática que embasa as relações sociais, em um “contexto sócio-cultural de produção de discursos, representações e valores que informam cada existência, fornecendo a cada sujeito um modelo de competência (cognitiva, discursiva, existencial)”. Ou seja, é a informação como prática que agrega os conhecimentos e competências que promovem capacitação para vida em sociedade.

O conceito de informação como prática social realizada por um sujeito cognitivo social é importante para entender que a informação não se limita a um registro ou a um simples dado que pode ser armazenado, organizado e disseminado. A informação implica atribuição de sentido de forma que os atores apropriam-se de significados externos, reestruturam os mesmos, atribuindo-lhes sentidos próprios de acordo com seu arcabouço de vida.

Ao pensar esses processos de reapropriação de sentidos e significados pelos atores sociais, é que podemos introduzir um elemento essencial para a pesquisa a que nos propusemos, o conceito de “**práticas informacionais**”.

A definição de práticas informacionais mais adequada aos fins deste trabalho foi formulada por Marteleto (1992, p. 12) em sua tese de doutorado “Cultura, Educação e Campo Social; discursos e práticas de informação”, que a considera como os “mecanismos pelos quais os significados, símbolos e signos são transmitidos por meio de aparelhos simbólicos [...] e se internalizam nos indivíduos gerando hábitos e práticas, ou seja, gerando a estrutura da sua vida cotidiana.” É, portanto, por meio de suas práticas informacionais, que os atores formam seus modos de pensar e de agir dentro de uma cultura e de locais específicos, onde interagem e constroem suas experiências e vivências comuns. Ou seja, por meio dessas práticas, os atores elaboram, rejeitam ou apropriam-se de significados, valores e representações que lhes possibilitam construir seus próprios dispositivos informacionais, a partir de experiências vividas.

Partindo do conceito de Marteleto, Silva (2001, p.45) destaca que as práticas informacionais “congregam tanto o movimento de mensagens quanto processos de significação”. Assim, os atores atribuem sentidos às informações recebidas em seus processos de significação de forma a ampliar e renovar suas práticas de informação. Para a autora, cabe aos atores apropriarem-se das mensagens e conteúdos que são comunicados, transferidos e disseminados nos discursos da mídia e atribuírem sentido aos mesmos, de forma a gerar conhecimentos, para transformar a realidade social.

Já Araújo (1998) considera que, os sujeitos constroem suas práticas informacionais ao estabelecerem circuitos comunicacionais em suas formações sociais. Essas práticas envolvem ações de recepção, de geração e de transferência de informação, sendo que é por meio dessas práticas que os atores elaboram suas construções de sentidos, seus confrontos e suas negociações, em um tipo de jogo social no qual a informação está sempre presente nas ações e objetivos dos atores e na formação de uma consciência crítica da realidade.

A construção do conhecimento parte do pensar crítico sobre o mundo vivido por atores que estabelecem sentido para a informação, a partir de um sistema de significados próprios construídos socialmente. Tanto as ações humanas como um todo, quanto as práticas informacionais, especificamente, não estão unicamente baseadas em valores e objetivos

imediatos, mas sim em razões culturais e simbólicas, ou seja, “ao fazer isso, o homem constrói um ordenamento cultural/simbólico para suas ações”. (ARAÚJO, 1998, p. 156)

Ao questionar como ocorre a inter-relação entre práticas de informação e práticas de cidadania na sociedade, a autora percebe que aquelas práticas precisam ir além da simples disseminação da informação. Entende que é necessário contemplar, também, os processos de construção de sentidos e significantes por parte dos atores sociais, isso porque somente a disseminação da informação não é suficiente para garantir o exercício da cidadania.

É através desse processo que a informação pode se constituir em recurso para a cidadania. Consideramos que as práticas informacionais em um contexto de cidadania se estruturam em outros modelos que tendem em se constituir apenas em disseminação de informação, ou seja, em comunicação da informação de forma pronta e acabada, onde se dá a redução dos sujeitos emissores em simples repetidores de informação e dos sujeitos receptores em meros consumidores. (ARAÚJO, 1998, p. 159)

Faz-se necessário, portanto, que os atores ampliem os aspectos relativos à incorporação, interpretação e reconstrução das informações recebidas em seu cotidiano. Dessa forma, como uma prática informacional, a recepção passa a ser caracterizada por uma participação ativa do receptor, não só na seleção das informações, mas na busca ativa, no compartilhamento e na análise crítica das mesmas.

Além disso, as práticas informacionais de geração e transferência da informação devem ser pautadas pela “atribuição de sentidos renovados a partir de processos diversificados e democráticos.” (ARAÚJO, 1998, p. 164). Assim, são caracterizados pela intenção de socializar a informação e pela reapropriação dos significantes transferidos, a fim de agregar valor aos mesmos, para aprofundar o processo de conscientização necessário ao exercício de práticas de cidadania.

Destaca-se ainda que as práticas informacionais realizadas pelos atores sociais são influenciadas pelas experiências cotidianas, pelos conceitos familiares, mediado pelos meios em que convive (na escola e/ou no trabalho), pelos partidos políticos, associações, sindicatos (a que pertence ou comunga com as idéias) e demais influências que afetam a vida ou a cultura local em que o ator se insere. Isso porque, é dentro do contexto social, em seu cotidiano e por meio de suas competências culturais, que os atores constroem sua identidade, gradualmente, de forma a impulsionar novas ações, seja deles mesmos, seja de

outros atores. É também, nesse contexto, que os atores fazem suas interpretações, elaboram suas mediações e constroem suas práticas informacionais.

Em seus estudos de recepção, Martín-Barbero (1987) criou o conceito de mediação, como uma reação à corrente funcionalista que considera o sujeito receptor da informação como passivo e manipulado pelo sujeito emissor. Propôs três espaços em que os atores realizam suas mediações: a cotidianidade, a temporalidade social e as competências culturais. Para ele, a temporalidade social é que constitui a cotidianidade, por um contínuo recomeço. Já as competências culturais decorrem da história de vida das pessoas, de suas experiências e das culturas locais.

Desse modo, a recepção precisa ser pensada além do espaço da comunicação em termos dos fluxos de informações, dos efeitos e das reações que produz. Desse modo, amplia-se o problema para o campo da cultura, abrangendo conflitos, mestiçagens, contradições e resistências que mobilizam formas de apropriação e de réplica, por parte dos atores sociais. Processos que expressam-se de forma crítica, positiva e criativa em reelaborações culturais que se constituem em uma:

[...] reelaboração simbólica, por agregação de valores de outras fontes, e adequação desses valores aos parâmetros de sua própria identidade cultural, que torna possível a superação das limitações das dependências econômico-cultural. A mestiçagem cultural latino-americana expressa-se pela elaboração de uma nova cultura decorrente da interação das culturas rurais, urbanas, raciais, locais, regionais, nacionais e transnacionais. (LIMA FILHO, 1992. p.136).

Portanto, é em suas relações sociais que os sujeitos constroem significados, novos sentidos sociais e realizam suas reelaborações culturais, perpassados pelas diversas mediações em suas experiências cotidianas. Mediações que contribuem para a formação do sentido de pertencimento desses atores em suas comunidades e para, a partir das mesmas, a constituição de um papel ativo desses atores em suas relações sociais, com o propósito de poderem exercer de forma plena sua cidadania.

Como o foco deste trabalho de pesquisa é a observação do processo de construção da cidadania por meio da elaboração de significados e sentidos a partir das práticas informacionais dos atores sociais práticas estas contextualizadas nos espaços de informação abordaremos, a seguir, o processo constitutivo desses espaços.

3.2 Espaços de interação e práticas informacionais

Trataremos por espaço de interação, o contexto onde os atores sociais trabalham a informação como prática social capaz de construir significados e conhecimentos com potencial transformador de suas próprias realidades.

Nos espaços de interação, os atores apropriam-se do ou rejeitam os sentidos e os valores elaborados culturalmente, por meio de múltiplas reelaborações, ou seja, é na “dimensão sócio-cultural de realização e expressão que se desenvolvem práticas de informação, bem como a possibilidade de ampliação e renovação dessas práticas”. (MARTELETO, 1992, p. 14)

As práticas de informação desenvolvidas nesses espaços de interação colocam-se como alternativa aos processos de exclusão sócio-econômica, cultural e educacional bem como, de forma similar, opõem-se aos mecanismos que favorecem as desigualdades de acesso às tecnologias da informação, suas redes elitizadas e seus fluxos de informação privilegiados. São espaços alternativos porque permitem o desenvolvimento de confrontos simbólicos entre atores que ocupam posições distintas nas relações de poder vigentes na sociedade. Atores que, desse modo passam a ter a possibilidade de, não somente ter acesso às tecnologias, mas de fazer das mesmas veículos de expressão que possam colocar em pauta seus interesses e opiniões:

A promoção de espaços de interlocução entre diferentes esferas do conjunto social – o Estado, o mercado e a sociedade – relacionados aos valores da solidariedade, direito à igualdade e diferença, cria situações de confronto simbólico, nas quais se afirmam as condições de construção de uma “democracia cultural”, ou possibilidade de expressão política e imaginária de agentes diferentemente posicionados no espaço social. Nesses foros comunicacionais de natureza pública, fluem informação e constroem-se significados que levam a uma leitura das potencialidades do conhecimento produzido pelos coletivos sociais em sua conformação em redes, e não apenas enquanto agregados e estoques informacionais. (MARTELETO e RIBEIRO, 2001, p. 64).

As autoras destacam que a interlocução entre os atores sociais nos fóruns de debate da sociedade possibilita-lhes, além do intercâmbio de informações e da troca de experiências, a

expressão de suas disputas simbólicas. São simbólicas porque representam símbolos e significantes subjetivos que desempenham papéis cruciais no cotidiano desses atores.

Essa possibilidade de intercâmbio ultrapassa os impactos que as informações, estocadas nos bancos de dados ou as que circulam na mídia, podem gerar na realidade desses atores. Isso porque passa a dar lugar ao alcance de resultados que beneficiem as comunidades em que esses agentes estão inseridos. Nesses espaços, os fluxos informacionais ultrapassam a simples recepção de “informações prontas” e possibilitam a ação criadora e compreensiva na relação do ator com a informação. É ação criadora, visto que gera novos conhecimentos, e compreensiva, já que possibilita múltiplas reelaborações da realidade.

Assim, os espaços construídos ou reconstruídos no cotidiano dos atores possibilitam a reflexão, a ampliação e a renovação de conhecimentos, a complementação entre visões segmentadas e formas de leitura diferenciadas. Abrem espaço para a formação de redes de interação humanas que, para as autoras, são foros comunicacionais potenciadores de novos conhecimentos na sociedade. Fóruns de debate, onde os atores elaboram de forma não linear suas práticas informacionais, realizam acordos, trocam experiências, compartilham aprendizados e gerenciam seus conflitos, com vistas em obter capacitação para fazerem-se sujeitos de suas próprias histórias.

Para Marteleto (1992), esses espaços de informação são formados em espaços instituídos e simbólicos⁷, de expressão formal ou não, onde são construídas leituras e interpretações que formam o espectro informacional experienciado pelos atores, de forma que possam interagir em suas redes de relações humanas, as que eles constroem em seu cotidiano. Essas relações, por sua vez, desempenham um papel essencial na própria formação do espectro informacional desses atores, tornando-se constituinte de seus valores e de sua identidade cultural.

⁷ São simbólicos no sentido de não serem demarcados por valores ou objetivos utilitários e imediatos, mas por símbolos e significados subjetivos que contribuem para a formação do sujeito histórico social.

3.3 O papel das redes de relações dos atores sociais

Como vimos no tópico anterior, os espaços da informação potencializam a inserção dos atores sociais em diversas redes de relações. Em decorrência disso é pertinente o estudo de como ocorre o processo de formação e desenvolvimento dessas redes na sociedade.

Em um estudo sobre redes conceituais, Freire (2003) propõe-se a construir uma rede de conceitos a partir da Sociologia, da Filosofia da Ciência, da Comunicação e da Ciência da Informação, para apreender e explicar um evento da comunicação no campo científico. Nesse contexto, a autora ressalta conceitos que são interessantes para pensar os processos de formação de redes de relações entre os atores sociais.

O primeiro conceito que a autora apresenta é o conceito de urdidura, “o conjunto de fios dispostos no tear paralelamente ao seu cumprimento, e por entre os quais passam os fios da trama”. (FREIRE, 2003, p. 3). Ou seja, trata-se do padrão que une a tecedura dos fios no tear.

Para a autora, esse padrão pode refletir uma visão de mundo de um grupo, uma vez que, pela inserção de novos atores e de suas relações (urdidura dos fios) é tecida uma rede a partir da qual outros indivíduos ou grupos podem vir a encontrar e entrelaçar outras relações. Assim, nessa constante tessitura, a rede torna-se ainda mais inclusiva e interrelacionada, de modo a aumentar seu caráter abrangente. Esse processo pode ser comparado à forma como são tecidos os fios de um tapete. O tecelão busca indícios de um padrão para urdir os fios em várias direções. Da mesma forma, as redes de conceitos e as redes de relações sociais não se desenvolvem em uma direção pré-estabelecida, mas vão formando-se durante o processo de construção do conhecimento nos grupos e nas comunidades onde os atores interagem.

O mesmo processo de construção ocorre com as redes de contatos, nas quais os atores sociais trocam experiências e conhecimentos e realizam múltiplas reelaborações de significados e sentidos sócio-culturais. Reelaborações essas que formam novas competências e criam novos conhecimentos a partir de vivências que ultrapassam o próprio

indivíduo como ser isolado. É por meio de suas relações com outros atores que um indivíduo “vê a si mesmo e a sua autoconsciência no contexto mais amplo da evolução histórica.” (ELIAS, 1994, p.34). Esse processo dá-se em um contexto de interação denominado pelo autor como “Redes de Relações”.

Segundo o autor, para compreender a rede formada pelos sujeitos sociais, é preciso entender primeiro as relações nas quais eles estão envolvidos e como essas relações são construídas de forma a romper a barreira que envolve o indivíduo, e que o coloca em oposição ao mundo exterior. Para ele, essa barreira apresenta-se como “[...] uma forma específica de consciência moral responsável pela sensação que temos de um muro invisível entre os mundos ‘interno e externo’, entre indivíduo e indivíduo, entre o ‘eu’ e o ‘mundo’”. (ELIAS, 1994, p. 100)

O autor, assim como Freire (2003), utiliza a metáfora de uma rede de tecido, onde fios isolados ligam-se uns aos outros formando um todo, para entender o tipo de inter-relação que forma as redes de relações humanas. No entanto, o autor destaca que as redes de relações humanas, diferentemente do padrão formado por fios entrelaçados em determinado tecido, nunca são estáticas. Essas redes estão “em constante movimento, como um tecer e destecer ininterrupto de ligações. É assim que, efetivamente, cresce o indivíduo, partindo de uma rede de pessoas que existiam antes dele para uma rede que ajuda a formar”. (ELIAS, 1994, p. 35)

É por meio de uma contínua e dinâmica interação com os outros, que o indivíduo forma suas “idéias, convicções, afetos, necessidades e traços de caráter” que o capacitam para a vida em sociedade. (ELIAS, 1994, p. 36). Quando nasce, sua família de origem encontra-se envolvida em diversas redes de relações e, ao longo do tempo, o indivíduo vai formando suas próprias redes e envolvendo-se em outras já existentes, em uma cadeia que, para o autor, é infindável.

Com base na metáfora utilizada pelo autor, Encarnação (1999, p. 47) vem reforçar esse conceito quando afirma que, ao formarem suas redes de relações, “as pessoas vão se vinculando ininterruptamente, formando longas cadeias de atores, estando sempre ligadas a outras por laços invisíveis, por relações de trabalho, propriedade, afeto e outros”. Para ela, os atores estão ligados por meio de uma identidade de valores e concepções de mundo. Além disso, ela destaca que os valores compartilhados em suas redes de relações, bem como o fato de que a organização dessas relações estão em constante mudança, o que caracteriza a flexibilidade da configuração dessas redes.

Por se tratarem de redes de relações onde os atores interagem constantemente, trocando informações e experiências, a autora destaca ainda o caráter relacional das mesmas que, nesse sentido, passam também a possuir um perfil comunicacional e informacional. A comunicação da informação, dos conhecimentos e das vivências dos atores em suas interações mostra-se fundamental nos processos de constituição e reconfiguração dessas redes.

Outro ponto destacado pela autora é o fato de que as redes possibilitam a expressão da identidade dos atores e a ação dos mesmos para transformação de sua própria realidade. Isso porque, nas redes e em suas relações que constroem, as pessoas não precisam ser necessariamente condicionadas em termos de poder econômico-social e podem criar alternativas para seus problemas, “considerando que através das relações e das situações criadas nesses intercâmbios elas se posicionam com mais flexibilidade na vida social”. (ENCARNAÇÃO, 1999, p.50).

Outra questão importante refere-se ao fato de que os atores envolvidos nos processos de comunicação exercem diferentes papéis nessas redes e ocupam posições diversas nos campos estabelecidos na sociedade. Essa diversidade possibilita um enriquecimento dos processos comunicacionais, da construção de sentidos e de conhecimentos para transformação da realidade social vivida pelos mesmos.

Para Marteleto (1992), nas atividades desenvolvidas por atores com papéis já demarcados na rede, a observação desses movimentos de interação ultrapassa os fluxos de transferências lineares de informações, de forma a avaliar as condições de constituição dinâmica do fenômeno informacional. Assim, os atores assumem papéis diferenciados, podendo exercer desde um só papel a vários papéis, no decorrer das constantes reconfigurações por que passam as redes.

Os papéis desempenhados pelos atores independem de sua condição econômico-social, diferentemente de sua posição nos campos econômico, social, político, cultural e outros campos predominantes na sociedade. Posição que, por sua vez, cria forte dependência. Isso porque o primeiro refere-se a relações mais tênues formadas por atores que têm interesses e objetivos comuns. O segundo diz respeito às relações estabelecidas em espaços institucionalizados e, portanto, mais rígidas.

Ao introduzir o pensamento de Bourdieu, Ortiz (1983) ressalta que, nos campos existentes na sociedade, as posições dos agentes se encontram a priori fixadas e as relações existentes não são formadas com vistas em alcançar interesses comuns, mas são manifestações de relações de poder:

O campo se define como o locus onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão. Por exemplo, o campo da ciência se evidencia pelo embate em torno da questão da autoridade científica; o campo da arte, pela concorrência em torno da questão da legitimidade dos produtos artísticos. (ORTIZ, 1983, p.19)

A despeito da existência de conflitos, as desigualdades entre os atores tendem a perpetuar-se a partir de uma ordem simbólica e ideológica que estabelece sistemas hierarquizados de relações sociais. Sistemas baseados em uma distribuição desigual do poder material e simbólico acumulado, de forma a determinar a posição que os atores ocupam nessa hierarquia. Essa desigualdade causa um confronto simbólico e permanente entre esses atores. Isso porque as relações de poder estabelecidas são interiorizadas enquanto subjetividade, ou seja, são representadas por meio de um sistema de símbolos que são “instrumentos por excelência de interação social enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, que tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para reprodução da ordem social”. (BOURDIEU, 1989c, p.10)

Assim, a rígida estrutura dos sistemas de relações sociais simbólicas, produzida e reproduzida nos campos institucionalizados, cede espaço para disputas relacionadas às estruturas de poder e de dominação. Disputas que Bourdieu (1974, p. 176) situa “no âmbito de um tipo determinado de relações sociais, que adquirem seu verdadeiro valor quando referidos às relações de força que os tornam possíveis e sociologicamente necessários”.

Em suas redes de relações, os atores interagem na forma de cooperação recíproca. No entanto, existem relações de poder estabelecidas, independentes da ação desses atores, que se constituem em relações conflituosas entre atores. Isso porque os mesmos ocupam posições diversas nos campos social, religioso, econômico, político, dentre outros.

Para Marteleto (2000), os conceitos de rede e campo estão relacionados e são analiticamente próximos. Essa proximidade decorre do fato de que as posições ocupadas pelos atores nas estruturas institucionalizadas da sociedade acabam por afetar, diretamente ou não, os papéis que desempenham nas redes de contato que participam. Então, mesmo

que tais papéis possam variar conforme a configuração que a rede tomar, eles estão relacionados às posições desses atores nos campos institucionalizados:

Os conceitos de rede e campo têm proximidades analíticas, pois ambos referem-se ao espaço social das relações entre indivíduos movidos por objetivos comuns. Entretanto, enquanto o primeiro refere-se aos ambientes informais de interações fracamente institucionalizados, o segundo é aplicado ao estudo das esferas institucionais formais ou consagradas do universo social como a religião, a economia, a política, dentre outras. (MARTELETO, 2000, p. 84)

Ao estudar as redes de movimentos sociais, a autora propõe um modelo interpretativo de análise de redes e dos fenômenos informacionais enquanto fenômenos sociais que pode nos ajudar a compreender o modo como cada sujeito se situa em relação à sua posição no campo (esferas institucionais formais) e seu papel nas redes (interações cotidianas entre atores, independente de suas posições no campo). Para isso, a autora propõe três planos complementares de análise: os contatos, os conhecimentos e os sentidos que circulam nas redes de relações sociais.

O primeiro nível de análise proposto, referente às *redes sociais de contatos* visa tanto identificar os elos, as relações e as interações entre os agentes que formam essas redes sociais de contatos, quanto situar esses atores e as instituições a que estão vinculados no campo a que pertencem. No caso específico desta pesquisa, o campo ao qual os atores estudados pertencem é o campo dos movimentos sociais, mais especificamente, o movimento sindical. No contexto desses movimentos, os atores buscam interagir em redes de contatos a fim de trocarem informações e experiências que contribuam para solucionar seus problemas e atender suas necessidades.

O segundo plano de análise, concernente às *redes de conhecimentos*, pretende avaliar as redes formadas no cotidiano para troca de conhecimentos. Tal troca ocorre, nesse caso, tanto por confronto, como pela complementação entre o conhecimento científico e o senso comum, nas comunidades interpretativas⁸ formadas pelos atores sociais em suas redes de contatos. Esse plano contribui para a análise realizada, porque as redes de relações formadas pelos atores sindicais desempenham um papel essencial para a construção dos conhecimentos dos mesmos.

⁸ Marteleto (2002, p. 114) conceitua comunidades interpretativas como “espaços e tempos de composição e estranhamento entre variadas formas de conhecimento para transformação social.”

O terceiro nível de análise, referente às *redes de sentidos*, propõe-se a analisar as redes em que os atores sociais circulam informações, sentidos e símbolos próprios dos grupos e comunidades, bem como a forma como esses atores constroem coletivamente significados em suas redes. Nesse sentido, as ações, as representações e as interações dos agentes constituem-se em mediações cognitivas e comunicacionais em suas redes. Esse plano de análise também tem uma contribuição relevante para nossa pesquisa, pois, em suas interações, os atores sindicais podem criar sentidos e significados que lhes são próprios, bem como símbolos que os identificam como parte de um grupo específico de trabalhadores na área da educação. Além disso, na história de constituição da classe, observa-se a construção coletiva da identidade e da cidadania desses trabalhadores.

Esse modelo pode ser utilizado para análise de redes de relações formadas tanto em ambientes formalizados como em contextos informais, já que permite sistematizar como ocorrem as interações entre os atores sociais em suas redes de contatos, entender como se dá o intercâmbio de conhecimentos e a construção de significados comuns. Ou seja, o modelo propõe-se a fornecer elementos para análise da forma como os atores sociais trabalham suas práticas informacionais em suas redes de relações sociais, potencializadas pelos espaços de interação, em suas comunidades interpretativas, o que procuraremos verificar com os sujeitos analisados por esta pesquisa.

Finalizando este capítulo, destacamos, como principais tópicos abordados, a concepção de informação como uma prática desenvolvida em um contexto social; e o de práticas informacionais como a maneira pela qual os atores trabalham significados, símbolos e conhecimentos, por meio de suas redes de relações sociais, formadas nos espaços de interação, que os instrumentalizam a fim de que tornem-se capazes de gerir suas próprias vidas. Foi abordada também a relação existente entre os conceitos de rede e campo, uma vez que, os mesmos atores podem desempenhar papéis distintos, em suas redes de relações, e posições fixas, nas estruturas institucionalizadas da sociedade. Por último, destacou-se como os três planos de análise – o plano das redes sociais de contatos, o plano redes de conhecimentos e o plano redes de sentidos – podem ser utilizados nesta pesquisa, tendo em vista o entendimento das relações desenvolvidas entre os atores sociais.

A figura 1 sintetiza os diversos aspectos relacionados às práticas informacionais dos atores sociais. Essas práticas envolvem os espaços de interação e as redes de contatos, a partir dos quais, os atores sociais realizam uma série de processos comunicacionais, com vistas no exercício de sua cidadania.

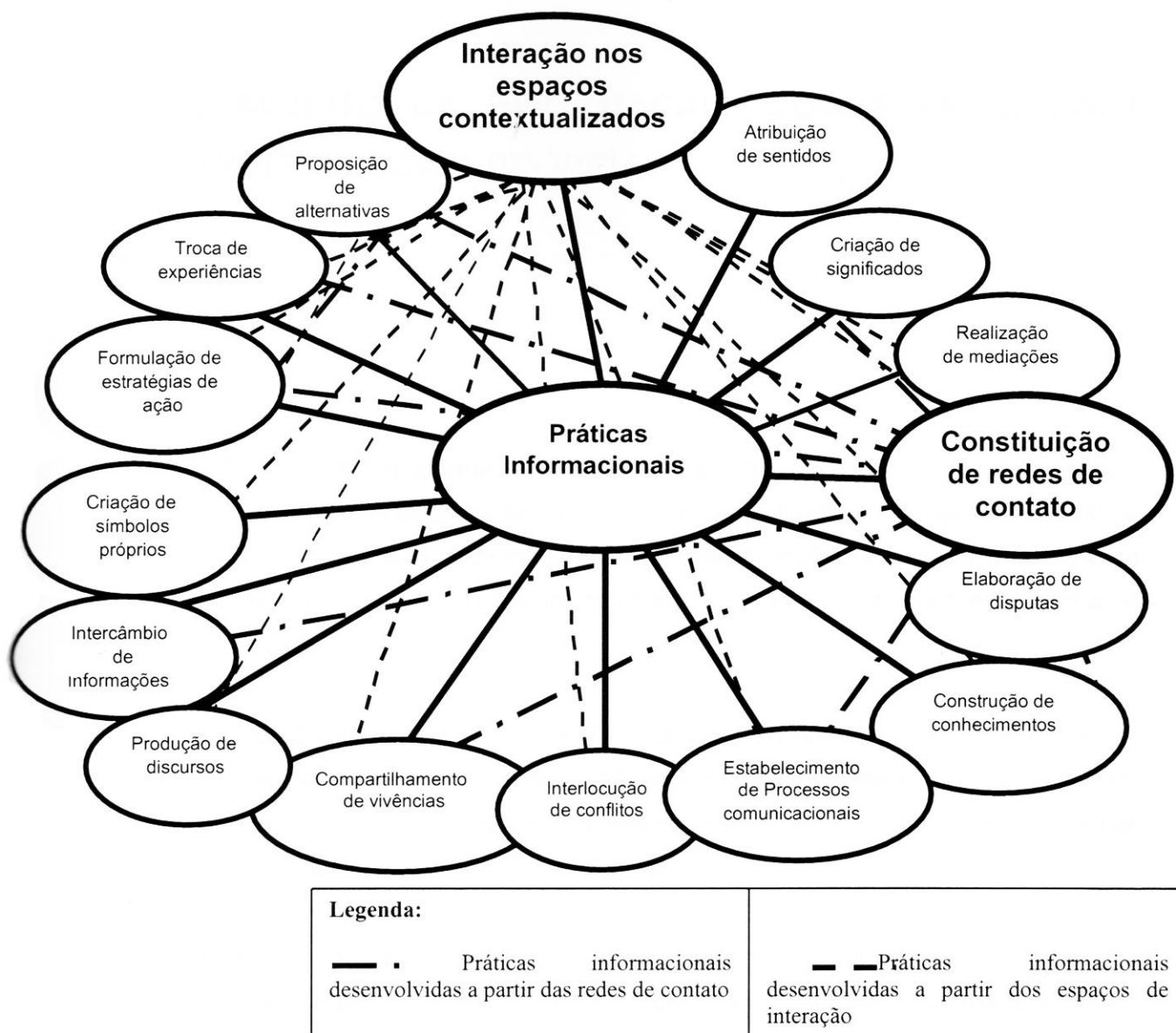


FIGURA 1 – Aspectos relacionados às práticas informacionais dos atores sociais

Assim, em primeiro lugar os atores desenvolvem suas práticas informacionais em seus espaços de interação. Nesses espaços, eles trocam informações, compartilham e criam conhecimentos, trabalham seus conflitos, realizam mediações, formulam discursos, atribuem sentidos e significados à realidade.

Em segundo lugar, os atores desenvolvem suas práticas informacionais em suas redes de contato afim de trocar experiências e informações com outros atores e propor alternativas e estratégias de ação para transformação da sociedade.

4 – O SUJEITO DA INFORMAÇÃO: COMPETÊNCIA PARA CONSTRUIR HISTÓRIA PRÓPRIA

Para entender o sujeito da informação é importante estudar a relação entre o ator social e seus processos de interpretação, suas mediações, seus modos de construção e seus estilos de uso. Isso porque o processo de construção da própria história é feito por uma série de encontros e desencontros entre o sujeito, os objetos e as estruturas que o envolvem e as realidades que toma como “estilos próprios”.

Os processos cotidianos que envolvem os atores sociais respondem por seus modos de ver o mundo, de relacionar-se com ele e de transformá-lo. A capacidade de exercer influência sobre a realidade decorre da capacidade desses atores de construir suas próprias histórias de vida, suas identidades e sua cidadania.

Na sociedade contemporânea, ocorre um processo de hibridização cultural que marca as várias formas de apropriação do externo nos contextos locais. Apesar disso, ainda persistem diferenças culturais regionalizadas. Em decorrência dessas mudanças, o cidadão contemporâneo é caracterizado por múltiplas identidades e pertencimentos, de forma a estar inserido em espaços múltiplos de participação. A partir dessas diferentes possibilidades de participação, são forjadas novas relações que ultrapassam os contextos locais onde vive. (GARCIA CANCLINI, 1996; CERTEAU, 1994).

Assim, consideramos importante refletir sobre temas relacionados ao sujeito da informação, tendo como enfoque algumas considerações de autores situados no bojo das Ciências Sociais, da Comunicação e da Informação.

4.1 O sujeito, suas interações e suas relações simbólicas

O processo de construção da identidade dos sujeitos sociais passa pelo reconhecimento da identidade do outro. Também passa pelas interações que estabelecem na sociedade em que estão inseridos.

Para Touraine (1998, p. 81), a partir de suas vivências sociais, o sujeito “recebe um conteúdo social concreto e, conseqüentemente, pode se tornar um princípio de organização democrática da vida social e também um princípio de formação de uma ação coletiva”. Ou seja, o ator social não somente assimila valores construídos na sociedade, mas contribui para o processo de constituição dos mesmos. Processo que ocorre pela passagem do isolamento do sujeito para o reconhecimento do outro como alguém que também está em busca de sua própria identidade. Assim, o indivíduo deixa sua situação de isolamento para assumir a relação entre indivíduos reconhecidos, ou mais exatamente, que se reconhecem mutuamente como sujeitos. Para o autor:

O indivíduo só pode se constituir sujeito autônomo por meio do reconhecimento (*recognition*) do Outro. Reconhecer o Outro não consiste em descobrir nele, como em mim mesmo, um Sujeito universal, nem aceitar sua diferença, mas reconhecer que nós fazemos, com materiais e em situações diferentes, o mesmo tipo de esforço para combinar instrumentalidade e identidade. (TOURAINÉ, 1998. p. 81).

Portanto, é quando reconhece a condição de sujeito do outro que o ator social quebra seu isolamento e passa a dialogar, a interagir, a integrar-se, a construir suas redes de relações e a encontrar o seu lugar, a sua função e o seu reconhecimento na sociedade. A construção da identidade ocorre a partir da tomada de consciência de que é diferente de todos os outros e, ao mesmo tempo, como sujeito, é igual a todos, ou seja, em sua condição de igualdade de oportunidades como sujeito social; e, de sua diversidade, como sujeito único na sociedade e detentor de interesses próprios.

Esse processo de construção da identidade decorre, segundo o autor, de uma definição estratégica de ação na sociedade, do reconhecimento de que os sujeitos possuem

particularidades culturais e psicológicas e da combinação de igualdade e diversidade. Atitude que parte da capacidade e do direito de “cada indivíduo de combinar livremente sua participação no universo instrumental com a manutenção, a reintegração e reconstrução permanente de sua identidade”. (TOURAINÉ, 1998. p. 93).

Na relação com o outro, a bagagem cultural e social do indivíduo tem um papel fundamental, visto que interfere na forma como essas relações são construídas e como se desenvolvem. Bourdieu (1989c) reflete sobre o ator social e seus processos de apropriação de discursos e de criação de discursos alternativos. Para ele, os discursos carregam um poder simbólico que só permanece se reconhecido como tal, pelos que lhe estão sujeitados. Assim, esses discursos relacionam-se às estruturas de poder e de dominação, que formam a estrutura de um sistema de relações sociais que são, por sua vez, relações simbólicas. Em decorrência disso, esse poder é exercido por “sistemas simbólicos” dentro de um campo delimitado: o campo do poder.

Além disso, a interação dos atores sociais em diversos campos (intelectual, econômico, político, religioso etc.) influencia a formação de seu *habitus* que, para o autor, define a relação que os atores têm com o mundo que os envolve. Ao utilizar esse conceito, o autor refere-se a um conhecimento ou uma bagagem do indivíduo que envolve as “capacidades criadoras, ativas, inventivas, do *habitus* e do agente (que a palavra *hábito* não diz), embora chamando a atenção para a idéia de que este poder gerador não é o de um espírito universal [...], é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital”. (BOURDIEU, 1989a. p. 61).

O *habitus* abrange todo capital ou toda a “bagagem” intelectual, emocional e espiritual que o sujeito acumula durante toda a sua vida, por meio de suas relações com o mundo externo. É ele que influencia a forma de agir e os estilos de vida que o ator assume na sociedade, bem como a forma como ele se relaciona com o outro.

Certeau (1994 p. 41) destaca como em seus “modos de usar” ou em suas “práticas cotidianas de fazer”, os atores agem, reagem, assimilam valores e “se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural” aponta, também, um distanciamento, entre a produção sócio-cultural e o uso dessa produção. Considera o uso como um local de produção secundária, quando o sujeito manipula e apropria-se dessas produções e atribui as mesmas funções diversas do planejamento original.

A apropriação, pelo sujeito, engloba os usos que o mesmo faz da linguagem, da leitura e do espaço físico construído. No que se refere à linguagem, o autor destaca a forma como os atores criam linguagens próprias e fazem usos alternativos “das culturas difundidas e impostas pelas ‘elites’ produtoras da linguagem” para comunicar-se e estabelecer relações em suas comunidades de pertencimento. (CERTEAU, 1994. p. 40).

No que concerne à apropriação da leitura pelo sujeito-leitor, o autor vê a leitura como “foco exorbitado da cultura contemporânea e de seu consumo”. (CERTEAU, 1994. p. 48). Assim, os leitores apropriam-se da cultura, interferem na construção da mesma e a transformam em um espaço de produção. É por meio dessa apropriação, que o sujeito-leitor exerce o seu potencial de criação e realiza suas próprias interpretações e leituras do fatos e das realidades que o envolvem.

Em último lugar, no que diz respeito à relação do sujeito com os espaços físicos que permeiam as cidades, o autor ressalta que o sujeito ultrapassa os limites que as determinações do objeto fixam para seu uso. Ou seja, o pedestre inventa novas trilhas e caminhos que desconsideram os elementos espaciais. Assim, o sujeito, em sua relação com os espaços construídos da cidade, faz um movimento de apropriação desses espaços e por meio de suas escolhas e usos, amplia, anula, altera, distorce ou fragmenta, de forma a criar o novo:

Cria assim algo descontínuo, seja efetuando triagens nos significantes da “língua” espacial, seja deslocando-os pelo uso que se faz deles. Vota certos lugares a inércia ou ao desaparecimento e, com outros, compõe “torneios” espaciais raros, acidentais ou ilegítimos. Mas isso já introduz a uma retórica da caminhada. (CERTEAU, 1994. p. 178).

Assim, os espaços físicos são apropriados pelo sujeito, que atribui aos mesmos significados simbólicos e estabelece as formas de usá-los, inclusive aqueles espaços que ele destinará ao não uso. Ou seja, certos locais serão rejeitados pelos atores a quem são destinados. Isso porque os mesmos não utilizaram tais espaços da forma planejada por seus criadores e nem mesmo lhes concederão qualquer outro uso que lhes pudessem atribuir.

Dessa forma, a maneira de fazer, de caminhar, de falar ou de ler formam o “estilo de uso” ou o “modo de ser” permeado por lembranças, nomes, atribuições de sentidos e funções, que marcam a identidade do sujeito social.

Na sociedade, essa relação com o outro, descrita por Touraine (1998), e com a realidade que o cerca, caracterizada por Certeau (1994) ocorre, muitas vezes, de forma conflituosa. No entanto, é em meio ao conflito que o indivíduo busca constituir sua identidade como sujeito cidadão de direitos, como veremos a seguir.

4.2 O sujeito cidadão: consumo e modos de fazer

Ser cidadão não é somente ter direitos e deveres reconhecidos por lei, mas sim poder exercê-los efetivamente. A cidadania difere não só entre diferentes sociedades, como também, entre indivíduos diversos, dentro de uma mesma sociedade. Essa diferenciação decorre, principalmente, do âmbito de conscientização e de acesso aos direitos e deveres:

“Se por um lado, considera-se cidadão todo e qualquer indivíduo que faça parte de uma dada sociedade e ao qual se atribuem direitos e deveres, por outro lado, somente a consciência e o exercício desses direitos e deveres fazem do indivíduo um cidadão. Assim, o exercício da cidadania ocorre por meio de conquistas graduais entre o ato do reconhecimento e do exercício da mesma. Há, portanto, uma gradação da cidadania, até que possa considerá-la efetiva e plena, relativamente ao próprio indivíduo mas afetando a sociedade na qual ele se insere” (BARROS, 2000, p.1).

Para alcançar graus mais altos de cidadania, os atores sociais precisam intervir ativamente no processo de conquista da igualdade social. “A cidadania não é um processo acabado e sim a ser construído pela participação direta e indireta dos cidadãos, enquanto sujeitos políticos que desenvolvem a prática da reivindicação, de apropriação de espaços e da pugna de fazer valer seus direitos”. (PINHEIRO, 2000, p. 11).

Guarinello (2003) destaca que a noção de cidadania que hoje conhecemos é um fenômeno único na história da humanidade. Acredita que as práticas de cidadania vividas na antigüidade clássica, no mundo greco-romano, podem auxiliar os atores que vivem, nos dias

de hoje, a realizarem uma projeção do que seja a cidadania desejável. Um grau de cidadania desejável envolve um sentimento comunitário que vise à inclusão de toda a população. Ou seja, que possibilite a todos o exercício dos direitos políticos, civis e econômicos.

O autor destaca ainda que o problema da universalização da cidadania também era vigente na época. Isso porque as práticas de cidadania exercidas, no que o autor denomina cidades-estados, eram excludentes. Naquele contexto, não se almejava uma cidadania universal. Atenas e Esparta são exemplos dessas cidades-estados que englobavam comunidades fechadas onde eram considerados cidadãos somente os homens livres que não necessitavam exercer trabalhos e que pudessem dedicar-se aos debates políticos e filosóficos. Ou seja, excluindo os membros dessas comunidades que compartilhavam ritos, crenças e costumes próprios “não havia indivíduos plenos e livres, com direitos e garantias sobre sua pessoa e bens”. (GUARINELLO, 2003, p. 35).

Enquanto, etimologicamente, a palavra deriva da noção de cidade: o cidadão é o burguês habitante do burgo (cidade), politicamente, o conceito consolida-se com a Revolução Francesa (1789). Inspirou-se na proclamação dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. O clássico documento foi aprovado no dia 26 de agosto de 1789, pela Assembléia Constituinte, no contexto inicial da Revolução Francesa. Seus princípios iluministas tinham como base a liberdade, a igualdade perante a lei, a defesa inalienável da propriedade privada e o direito de resistência à opressão.

Embora a cidadania moderna tenha ampliado o número de seus membros com direito à participação na escolha de seus representantes, esse processo de representação restringiu o processo de participação direta desses membros. Assim, a cidadania “teve seu raio de ação reduzido, pois a decisão política foi transferida aos eleitos e representantes”. (ARAÚJO 1998, p. 6).

Foi com o advento do Estado liberal, que o conceito de cidadão, tal como hoje se entende, se consolidou. Suas principais características são ainda defendidas hoje, pelas sociedades democráticas. Em especial, a defesa do direito à igualdade de oportunidades ou de desenvolver diferenças. No entanto, a cidadania liberal foi caracteristicamente excludente. Segundo Mondaini (2003, p. 131), a despeito da cidadania liberal ter dado o grande passo para o rompimento com a figura do súdito detentor de deveres e não de direitos frente ao monarca, ela foi uma cidadania diferenciada entre cidadãos detentores de posses e os que

não possuíam bens materiais. Assim, “o direito à representação política, a possibilidade de poder fazer representar em um dos três poderes [...] executivo, legislativo e judiciário era vedada aos não-proprietários”.

A evolução histórica dos direitos civis, políticos e sociais foi relatada por Marshall (1967) em seu clássico *Cidadania, Classe Social e Status*, que descreve o contexto da sociedade inglesa do final do século XIX e início do século XX. Na Inglaterra, os primeiros direitos a serem reconhecidos foram os civis, como, por exemplo, a liberdade individual, de expressão, de língua, de fé e de propriedade. Em seguida, vieram os direitos políticos de participação nas esferas governamentais, com estabelecimento do voto universal. Por último, foram reconhecidos os direitos sociais relacionados ao bem-estar social, pela garantia de acesso à bens sociais como educação e saúde.

O autor destaca ainda que, nos sistemas capitalistas, a cidadania pressupõe uma igualdade de direitos capaz de conviver com a desigualdade do sistema de classes sociais. No entanto, essa convivência só se torna possível se essa desigualdade não for total ou excessiva, o que seria incompatível com o exercício da cidadania, gerando uma série de problemas sociais como violência física e ameaça ao direito de propriedade.

Nesse contexto, a cidadania é definida como “um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*”. Mesmo que esses direitos e obrigações não sejam padronizados nas diversas sociedades, pode-se dizer que há “uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual o sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração pode ser dirigida”. (MARSHALL, 1967, p. 76).

Tendo consciência da discrepância existente entre o direito à igualdade de direitos e a desigualdade de condições vigente na sociedade, o autor busca averiguar o impacto da cidadania sobre a desigualdade social.

A igualdade implícita no conceito de cidadania, embora limitada em conteúdo, minou a desigualdade do sistema de classe, que era, em princípio, uma desigualdade total. Uma justiça nacional e uma lei igual para todos devem, inevitavelmente, enfraquecer e, eventualmente, destruir a justiça de classe. A desigualdade, portanto, embora necessária, pode tornar-se excessiva. (MARSHALL, 1967, p. 77).

Embora os homens sejam iguais em status, não o são necessariamente em poder. Isso ocorre porque os mesmos exercem seus direitos como cidadãos em uma sociedade capitalista que é, em princípio, uma sociedade desigual. No entanto, a preservação das desigualdades econômicas excessivas torna-se mais difícil, embora não se objetive um grau de igualdade absoluta, “pelo enriquecimento do status da cidadania. Já que não há tanto lugar para tantas desigualdades, e há maior probabilidade de que sejam contestadas”. (MARSHALL, 1967, p. 109). Isso ocorre porque, ao tomar consciência de seus direitos como cidadãos, os atores sociais passam a questionar a concentração, seja de recursos econômicos, seja de serviços ou de informações. Assim, os atores se mobilizam e se organizam, em suas comunidades locais, com a finalidade de lutar para atingir o pleno exercício da cidadania.

Tendo como pressuposto a necessidade de construção contínua da cidadania, neste trabalho, consideraremos a definição de cidadania elaborada por Demo (1995), em seu livro “Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida”. O conceito elaborado por esse autor se baseia na construção da cidadania, por meio das lutas e conquistas dos atores sociais organizados. O autor conceitua cidadania como “competência humana⁹ de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada”. (DEMO, 1995, p. 1).

Para o autor, cidadão é o sujeito emancipado, aquele que constrói, por meio de suas vivências e ações, sejam estas individuais ou coletivas, o seu “lugar” como indivíduo “igual” (não discriminado) na sociedade. Sendo que, para isso, “alguns componentes são cruciais, como educação, organização política, identidade cultural, informação e comunicação, destacando-se acima de tudo, o processo emancipatório”. (DEMO, 1995, p. 6). A necessidade premente de emancipação, apontada pelo autor, decorre dos tipos predominantes de cidadania nas sociedades contemporâneas: a *cidadania tutelada* e a *cidadania assistida*.

Cidadania tutelada expressa o tipo de cidadania que a direita (elite econômica e política) cultiva ou suporta, a saber, aquela que se tem por dádiva ou concessão de cima, tendo como consequência a reprodução indefinida da mesma elite histórica. [...] Cidadania assistida expressa a forma mais amena de pobreza política, porque já permite a elaboração do embrião da noção de direito que é o direito à assistência. No entanto, a assistência em lugar da emancipação leva a manutenção do sistema produtivo e a desigualdade de oportunidades. (DEMO, 1995, p.6)

⁹ Bittencourt (2004) conceitua competência humana como um conjunto de atributos associados a qualificações, habilidades e capacidades pessoais, conhecimentos teóricos e práticos que dão base para aquisição de conhecimentos futuros, experiências vivenciadas e redes de relacionamentos. O desenvolvimento dessa competência ocorre por meio de um processo de aprendizado acumulativo, em contextos sociais de interação entre atores diversos, em que os indivíduos desenvolvem suas próprias identidades e tornam-se capazes de agirem ativamente para construir seus próprios futuros.

A passagem da *cidadania tutelada* (fruto de uma relação com o Estado paternalista) ou da *cidadania assistida* (fruto de uma relação com o Estado previdência) para a *cidadania emancipada* (decorrente da independência frente ao Estado, que passa a exercer um papel de coordenador) ocorre por meio da conquista, pelos atores sociais, da competência de construir sua própria identidade cidadã.

O processo emancipatório constitui um fenômeno profundo e complexo, de teor tipicamente político, e que supõe, concretamente, a formação de um tipo de competência, ou seja, de saber fazer-se sujeito histórico capaz de pensar e conduzir seu destino. [...] Trata-se de uma competência humana essencial, que é a de fazer-se sujeito, negando aceitar-se como objeto. Incompetência é ser excluído sem perceber, aceitar a injustiça sem reagir, permanecer massa de manobra como se fosse condição histórica normal. A cidadania tem, por isso, como primeiríssima tarefa um desafio negativo: destruir a pobreza política. Sem isto, o excluído continua trabalhando e vivendo para outros, em função dos outros, a serviço dos outros, submisso às elites. [...] O segundo passo será construtivo. Após desfazer a pobreza política emerge a competência para propor alternativa. [...] O terceiro passo aponta para a necessidade da organização política coletiva. A capacidade de associar-se representa, na verdade, o início da competência histórica prática, porque determina as condições concretas de inovação e intervenção. O sujeito emancipado luta pelos próprios direitos, porque faz parte de sua competência perceber que direito não é dado, mas conquistado. Quem não luta pelos próprios direitos, permanece massa de manobra. (DEMO, 1995, p.133)

Assim, o pleno exercício da cidadania requer a conscientização dos sujeitos de seu papel político na sociedade, a capacitação para propor alternativas à realidade existente e a motivação para organizarem-se para a luta. Portanto, conquistar a capacidade de construir sua independência é um processo de aprendizado. Processo que o sujeito desenvolve por meio de suas experiências cotidianas de enfrentamento dos problemas e injustiças existentes na sociedade vigente, de forma a associar-se com os outros para propor alternativas inovadoras de intervenção social.

A condição de cidadão é construída no cotidiano por meio de ações dos próprios sujeitos sociais. Não é uma dádiva, precisa ser conquistada, reclamada pelos que têm direito a exercê-la. Ou seja, não basta ser garantido em lei de que todos têm as mesmas responsabilidades ou deveres bem como direitos iguais de acesso aos bens e serviços. É necessário que haja consciência dos avanços e das dificuldades que se interpõem para a efetivação da lei, bem como disposição e recursos para lutar pela mesma:

A cidadania, sem dúvida, se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito, enraizado na cultura. É, talvez, nesse sentido, que se costuma dizer que a liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista, uma conquista a manter.

Ameaçada por um cotidiano implacável, não basta à cidadania ser um estado de espírito ou uma declaração de intenções. Ela tem o seu corpo e os seus limites como uma situação social, jurídica e política. Para ser mantida pelas gerações sucessivas, para ter eficácia e ser fonte de direitos, ela deve se inscrever na própria letra das leis, mediante dispositivos institucionais que assegurem a fruição das prerrogativas pactuadas, sempre que haja recusa, o direito de reclamar e ser ouvido. A cidadania pode começar por definições abstratas, cabíveis em qualquer tempo e lugar, mas para ser válida deve poder ser reclamada. A metamorfose dessa liberdade teórica em direito positivo depende de condições concretas, como a natureza do Estado e do regime, o tipo de sociedade estabelecida e o grau de pugnacidade que vem da consciência possível dentro da sociedade civil em movimento. (SANTOS, 1987, p.8).

Assim, o aprendizado da cidadania perpassa pela formação de uma cultura de luta. Isso ocorre quando os sujeitos deixam a postura passiva para exercerem um papel ativo, tendo a consciência enraizada de fazerem-se ouvidos e de fazerem valer seus direitos. Para o autor, um dificultador que se interpõe à formação da pugnacidade ou capacidade combativa, necessária à constituição do cidadão integral, é a perda da centralidade, nas sociedades ocidentais, do papel de cidadão para o de consumidor. A predominância dessa visão segmentada do papel do ator social decorre da ênfase dada pelo modelo político-econômico vigente no país. Modelo que acabou por resultar tanto na incorporação das massas ao consumo, despertando-as para a necessidade, o interesse e a vantagem do mesmo, quanto no desestímulo do exercício da cidadania.

O acesso à informação constitui-se em um dos requisitos fundamentais para que os atores sociais analisem de forma crítica o grau de cidadania que efetivamente exercem. Essa conscientização é que pode trazer uma retomada do papel central da cidadania na sociedade atual. O problema é que, mesmo vivendo em uma sociedade informacional, na visão do autor, a maioria tem, dificuldade em compreender as informações disseminadas. “Isso é assim para a maioria da população, desprovida de meios para uma análise crítica de sua própria situação”. (SANTOS, 1987, p.15). A informação fabricada é econômica e geograficamente distribuída, de forma a concentrar-se nos centros de poder. Além disso, mesmo os processos que buscam disseminar essas informações acabam por acarretar uma sobrecarga de informações irrelevantes ou distorcidas:

Em lugar do cidadão surge o consumidor insatisfeito [...]. Sua dependência em relação a objetos limita sua vocação para obter uma individualidade e reduz a possibilidade dos encontros interpessoais diretos e enriquecedores, por que simbólicos em sua própria origem. A comunicação entre as pessoas é freqüentemente intermediada por coisas. Freqüentemente os movimentos de massa também se esgotam em coisas, tendo uma lógica mais instrumental que existencial. [...] uma visão mais abrangente das coisas e dos fenômenos acaba por ser negada aos cidadãos comuns, em vista da concentração da mídia, da sobrecarga de informações irrelevantes e da tendência a apenas ampliar certos aspectos da

realidade, cuja escolha para a exibição pública é com frequência ligada ao mundo da política e dos interesses. (SANTOS, 1987, p.17).

Para o autor, a troca de informações úteis à construção da cidadania ocorre nos espaços de interlocução em que os sujeitos são enriquecidos uns pelos outros nos seus encontros interpessoais, o que pode levar à formação de grupos interativos com potencial para desenvolver uma cultura cidadã. Isso porque, mesmo que as informações vinculadas pela mídia detenham uma conotação de democraticamente distribuídas, não têm, muitas vezes, valor emancipatório. Já por meio da interação e da organização dos sujeitos, são disseminados conhecimentos e informações que contribuam para a desalienação e emancipação dos mesmos, à proporção que formam, no entendimento de Demo (1995), competência histórica prática para serem sujeitos emancipados. Essas idéias vêm ao encontro do ponto de vista de alguns autores já citados como Marteleto (1992), Encarnação (1999) e Sfez (1996).

Na visão de Santos (1987), o mesmo cotidiano que se constitui em lugar de alienação, é, também, o *locus* da descoberta, onde os sujeitos podem recusar-se a reproduzir os comportamentos que lhes são impostos na sociedade de massa. Dessa forma, os atores deixam sua postura passiva para agirem ativamente em seu contexto social.

A alienação acaba por gerar o seu próprio contraveneno, a desalienação. O homem alienado é como se lhe houvessem manietado, para roubar-lhe a ação, e imposto barreiras à visão, para cegá-lo. Seus olhos são fechados para a essência das coisas. Mas nenhum ser humano se contenta com a simples aparência. A busca da essência é a sua contradição fundamental, um movimento sem fim que inclui o sujeito em um processo dialético e o restitui a si mesmo [...]. É assim que renasce o homem livre. (SANTOS, 1987, p.53)

A desinformação, a alienação e a compulsão consumista estão grandemente ligadas. O indivíduo resumido a simples receptor de informações e assimilador de ideologias, dificilmente transforma-se no cidadão integral defendido pelo autor. Para Santos (1987, p.80), o sujeito deve estar atento “para não se enredar pela alienação circundante, assim o cidadão, a partir das conquistas obtidas, tem de permanecer alerta para garantir e ampliar a sua cidadania”.

Esse impasse pode ser vencido com motivação e socialização da informação, os principais fundamentos para converter o ideal utópico de cidadania plena em realidade. Assim, é

necessário que deixemos de “[...] viver na ignorância do que se passa em torno, quando uma boa parte das decisões que nos concernem é tomada em função dessas informações que nos faltam, não contribui para a formação da cidadania integral”. (SANTOS, 1987, p.127).

Como destacado no segundo capítulo deste trabalho, a questão da socialização da informação na sociedade atual pode ser pensada por meio de dois pólos opostos. O primeiro refere-se à inserção dos sujeitos nos processos de produção e disseminação da informação. Ou seja, trata-se daqueles que adquirem a competência necessária para serem incluídos, por meio de uma educação permanente ao longo da vida. Formação que nem sempre é realizada no interior dos sistemas de educação tradicionais. O outro pólo refere-se aos que são excluídos do processo, ou seja, “os que serão marginalizados por não alcançarem a complexibilidade que a época exige”. (AUN, 2001, p. 35). Ou busca-se incluí-los no processo de produção e disseminação da informação, ou permite-se que fiquem à margem do processo e incapacitados ao exercício de seus direitos como cidadãos.

Com respeito à necessidade de motivação para construção do cidadão integral, Harris (2002, p. 213) afirma que os atores sociais precisam estar motivados para a ação em prol de seus direitos como cidadãos. Para isso, não é suficiente a percepção de que esses direitos não estejam sendo efetivados, mas também, “precisam ter a energia e o tempo para se engajarem em reuniões e discussões ou mesmo somente para compreender a informação que recebem”. Também precisam avaliar-se como tendo potencial de participação em redes informais de informação da comunidade e entenderem que as questões discutidas nessas redes são pertinentes aos interesses de suas vidas cotidianas.

Para Garcia Canclini (1996), o consumo também pode ser um meio de desenvolver competência para inclusão. Ou seja, ao consumir, o indivíduo passa a identificar-se com uma comunidade de consumidores, onde podem tanto desenvolver novas competências, quanto articular-se em redes de contatos a fim de lutar por seus direitos como consumidor e como cidadão. Dessa forma os direitos dos consumidores podem constituir-se em um fator de mobilização dos atores sociais:

As sociedades civis [...] manifestam-se principalmente como comunidades hermenêuticas de consumidores, ou melhor, como conjunto de pessoas que compartilham gosto e pactos de leitura em relação a certos bens (gastronômicos, desportivos, musicais) os quais lhes fornecem identidades comuns. Não é possível generalizar as consequências sobre a cidadania resultantes desta participação crescente através do consumo. As críticas apocalípticas ao consumismo continuam sublimando que a organização individualista dos consumos tende a que nos desconectemos, como

cidadãos, das condições comuns, da desigualdade e da solidariedade coletiva. Em parte, isto está certo, mas também acontece que a expansão das comunicações e do consumo gera associações de consumidores e lutas sociais, ainda que em grupos marginais, melhor informadas sobre as condições nacionais e internacionais. [...] O consumo serve para pensar, não somente na direção em que aponta a racionalidade moderna. De modo que poderíamos concluir que os problemas que apresentam passar de público a cidadão não são muito diferentes dos enfrentados por militantes (ou clientes) de partidos e sindicatos ao atuarem como cidadãos nacionais. (GARCIA CANCLINI, 1996. p. 261).

Dessa forma, Para o autor, Os atores sociais constroem identidades por meio de redes de consumo. Porque, ao consumirem, criam um sentimento de pertencimento a uma certa comunidade de consumidores que podem ter objetivos e interesses comuns. Além disso, por meio de suas associações de consumidores, podem ser informados e motivados a lutar por direitos comuns tanto em sua condição de consumidores quanto de cidadãos. O consumo pode ser um meio de estabelecer identidades e diferenças.

A cidadania é mais do que direitos legais, ela abrange um série de práticas sociais e culturais que “indicam o estado da luta pelo reconhecimento dos outros como sujeitos de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas”. Ela envolve uma cultura cidadã:

Ser cidadão não tem a ver apenas com os direitos reconhecidos pelos aparatos estatais para os que nasceram em um território, mas também com práticas sociais e culturais que dão um sentido de pertencimento, e fazem com que se sintam diferentes os que possuem uma mesma língua, formas semelhantes de organização e de satisfação das necessidades. (GARCIA CANCLINI, 1996. p. 22).

Como prática social e cultural, o consumo cumpre um papel importante visto que o mercado deixa de ser apenas um local de trocas para ser local de interação sócio-cultural. Dessa forma, nessa relação com o outro, busca-se o reconhecimento das diferenças e semelhanças. Reconhecimento que, para o autor, é facilitado por meio das relações de consumo, a fim de promover uma convivência harmônica onde todos exercem de forma igualitária seus direitos e deveres como cidadãos.

Ao pensar sobre a questão das diversidade das práticas e dos valores dos sujeitos sociais, Manzini-Covre (1994) destaca que essas diferenças também ocorrem na forma como os sujeitos exercem a cidadania. Enquanto, por um lado, a cidadania é exercida precariamente por sujeitos que se deixam sujeitar; por outro lado, é exercida efetivamente por sujeitos

ativos e independentes. Nesse contexto, a informação tem um papel fundamental para conscientizar os sujeitos a lutarem por tornar-se independentes.

O primeiro plano de exercício da cidadania – a dos sujeitos sujeitados – é caracterizado pela massificação e pela desmobilização dos atores sociais e pode ser pensado como aquele que favorece a manutenção dos interesses vinculados à sociedade e à cultura de massa. Nesse contexto, “a pessoa adquire a atitude passiva, recebe as informações e nada faz, ainda porque se sente impotente ou porque já se dessensibilizou”. (MANZINI-COVRE, 1994, p. 125). Isso ocorre porque passam a sentir-se impotentes para promover mudanças e a crer que não lhes cabe lidar com essas questões.

O outro plano de exercício da cidadania – a dos sujeitos livres – diz respeito ao plano de interação dos sujeitos em suas comunidades com base em valores de respeito às diferenças que sustentam suas identidades. Necessidade já ressaltada por Garcia Canclini (1996). Esses são conscientes de que as estruturas sociais que tentam impor suas desigualdades foram construídas historicamente por outros indivíduos; e, por isso mesmo, podem ser desfeitas por novos sujeitos, desde que organizados com o fim de criar estratégias de ação e novos valores necessários à construção do novo. E pela luta, podem “criar relações sociais que ultrapassem as da história momentânea, acenando para uma sociedade mais avançada em termos de vida humana.” (MANZINI-COVRE, 1994, p. 143).

4.3 O ator sindical: o trabalhador e a construção de sua identidade

Entende-se como “atores sindicais” nessa pesquisa os trabalhadores que envolvem-se no movimento sindical para reivindicarem seus direitos por entenderem ser esse um espaço propício para a organização enquanto classe de trabalhadores para lutarem tanto pela garantia de seus direitos trabalhistas quanto para refletirem sobre questões sociais mais amplas que envolvem os demais direitos enquanto cidadãos.

Um aspecto importante para o entendimento do “Sujeito trabalhador” e do “Sujeito sindical” é a questão do significado do trabalho na sociedade contemporânea. Isso porque, em nosso contexto social, o trabalho não se limita a uma simples fonte de sobrevivência, mas compõe uma série de valores atribuídos pela própria sociedade.

Em uma pesquisa sobre o significado do trabalho, Lima (1986) recolheu depoimentos de trabalhadores, envolvendo pessoas de diferentes idades e representantes de diversos setores da economia. Como resultado, identificou quatro valores principais que compõem o significado do trabalho, na sociedade ocidental, atualmente.

Em primeiro lugar, as pessoas atribuem ao trabalho um valor moral em si mesmo. Para eles, trabalhar é cumprir um dever, para consigo mesmo e para com a sociedade, de ser produtivo a maior parte de sua vida. Quando cumprem esse dever social, parte do valor do trabalho é transferido a suas próprias pessoas que se tornam assim, dignas de contribuir para o progresso da sociedade como um todo.

Em segundo lugar, as pessoas têm, no trabalho, um meio de fuga da realidade. Pensam que, ao envolverem-se com as atividades profissionais, podem evitar a solidão, esquecer o medo, driblar o tédio, vencer a angústia e outros sentimentos que afetam o homem contemporâneo.

O terceiro significado, atribuído pelos trabalhadores é o trabalho como sinônimo de realização social. Ou seja, pela “concretização de suas potencialidades, oferecendo sempre um novo desafio e levando-os ao crescimento pessoal”. (LIMA, 1986, p. 242). Ter uma profissão, mesmo que essa profissão seja pouco reconhecida socialmente e economicamente, é “ser alguém” no mundo.

Em quarto e último lugar, as pessoas têm no trabalho um espaço propício ao relacionamento social. Ainda que os relacionamentos constituídos com colegas de trabalho sejam por vezes superficiais e esporádicos, são vistos como uma forma de propiciar maior socialização aos mesmos.

A autora conclui pela importância do trabalho na sociedade. Ainda que as expectativas dos trabalhadores em relação ao mesmo não se cumpram, ele permanece como um mito. Entretanto, esse mito é regido por princípios capitalistas de produção do excedente. Por esse motivo, pouco tempo dos trabalhadores pode ser dedicado a outras atividades e ao

descanso. Ao contrário, como vimos, muitos trabalhadores buscam realização pessoal no próprio trabalho em si.

A internalização dos valores subjetivos do trabalho, bem como de suas condições materiais de existência e a necessidade de apropriação dos recursos essenciais à sobrevivência, alcançada por meio do trabalho, têm especial importância na formação da identidade da classe trabalhadora brasileira. Assim, os trabalhadores que se dirigem aos grandes centros em busca de uma vida melhor acabam por encontrar condições precárias de trabalho, moradia, saúde etc. Isso faz com que tenham muitas dificuldades em vencer os empecilhos que os impedem de conquistar uma vida melhor.

Embora muito mais abstratos do que concretos, os recursos obtidos por meio do trabalho “se estendem por uma série de valores, de sinais de uma dignidade ampla de vida, de um estética concreta do cotidiano, que habitualmente só encontramos ansiadas, deslocadas e reinventadas, nos bairros típicos das periferias das grandes cidades”. (DUARTE, 1987, p.45). Isso porque historicamente observa-se uma aglomeração dos trabalhadores nas favelas formadas nas periferias dos grandes centros. Em busca de melhores condições de vida na “cidade grande”, os trabalhadores acabaram por enfrentar condições de vida extremamente precárias.

Outra questão que desempenhou um papel central para a construção da identidade dos trabalhadores, enquanto classe social, bem como para o desenvolvimento do conceito de cidadania predominante hoje, é o processo de constituição das bandeiras em que se centraram as lutas do movimento sindical no Brasil. Luca (2003) afirma que a presença dos trabalhadores na cena política do país, seja reivindicando por direitos sociais, por melhores condições de trabalho, seja opinando sobre os rumos tomados pela democracia como um todo, foi um fator essencial para a formação da identidade dos atores sindicais.

Em seu relato sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil, Carmo (1998) faz algumas considerações que podem contribuir para o entendimento do sujeito trabalhador e do sindical. Destaca que os primeiros trabalhadores assalariados no país concentraram-se na mão-de-obra agrícola, nos primeiros anos da República Velha, de 1889 até 1900 aproximadamente. Nesse período, não houve a mobilização de trabalhadores organizados, em decorrência da predominância de uma cultura tradicional de submissão cuja herança do período da escravidão e do coronelismo era forte.

Luca (2003) afirma que o fato da maioria da população viver nas áreas rurais, onde predominavam os latifúndios e o poder dos grandes proprietários rurais, contribuiu para que os direitos políticos e civis que foram ampliados aos trabalhadores pela Constituição Federal de 1981 não se efetivassem na prática. Assim, com 70% da população analfabeta, o direito de voto era exercido apenas por uma pequena parte da população e a liberdade dos trabalhadores era cerceada pelas relações marcadas pela submissão, sendo que o Estado não intervinha nas relações contratuais. Ao contrário, em 1985, vetou um projeto que regulamentava a locação de serviço na agricultura.

As dificuldades que resultaram na continuidade da falta de politização dos trabalhadores estenderam-se durante as primeiras décadas republicanas. E, continuou, mesmo com o início da industrialização, pois a atividade fabril empregou principalmente a mão-de-obra estrangeira, em especial imigrantes italianos, portugueses e espanhóis. O trabalhador brasileiro era considerado desqualificado e indisciplinado e, por isso, continuou submisso aos desígnios dos proprietários rurais.

Um fato que contribuiu para a construção da identidade dos trabalhadores ocorreu no início nos anos 20, no fim da República Velha, quando reivindicaram melhores condições de trabalho e melhores salários. Apesar de não terem sucesso em suas reivindicações, os trabalhadores se organizaram em sindicatos autônomos para lutarem pela dignidade e pela ética do trabalho. “Se, por um lado, o operariado não obteve sucesso em suas reivindicações econômicas, por outro, pode-se dizer que seu ganho principal traduziu-se na construção de sua identidade social”. (CARMO, 1998, p. 116).

Para esse autor, a organização sindical desempenhou um importante papel no processo de criação de uma identidade coletiva entre os primeiros trabalhadores urbanos no país. De acordo com esse ponto de vista, Luca (2003, p. 471) ressalta que a mobilização dos trabalhadores assinalou “o processo de construção de uma identidade operária, evidenciando que os assalariados estiveram longe de aceitar pacificamente o padrão de exploração que lhes era imposto”.

Com o declínio da imigração a partir da década de 30, a mão-de-obra brasileira passa a substituir a estrangeira nas indústrias, mesmo nos postos que exigiam maior qualificação. Essa mão-de-obra era formada principalmente por migrantes de origem rural, inclusive mulheres e crianças, acostumados às relações paternalistas e de submissão com seus patrões. Além disso, esses trabalhadores viam no trabalho industrial uma atividade temporária na qual poderiam ganhar algumas economias para retornarem a seus locais de

origem. Era comum a rotatividade no emprego e a troca de posições nas indústrias por atividades autônomas, pois muitos trabalhadores optavam por serem vendedores ambulantes e prestadores de pequenos serviços sem nenhum vínculo classista.

Para esses trabalhadores, o sindicato autônomo era algo com o qual não se identificavam, já que, por causa de sua origem rural, não tinham nenhuma experiência de luta. Ao contrário, “reclamar ao sindicato significava perseguições por parte dos patrões e o enfraquecimento das tradicionais relações paternalistas entre ambos”. (CARMO, 1998, p. 125). Esse foi mais um dificultador para que os trabalhadores constituíssem sua identidade de ator sindical, o que se agrava no período Vargas. Além da falta de consciência de classe, as concessões feitas pela política trabalhista de Vargas contribuíram para a despolitização e desmobilização da classe e do movimento sindical como um todo, o qual enfrentou forte repressão por parte do governo ditatorial de Vargas, que prendeu e torturou as lideranças sindicais consideradas oposições ao regime.

Apesar da falta de estabilidade no emprego, da despolitização e pouca experiência de luta, ocorreram indícios de organização de uma classe operária durante o processo de formação urbana nas décadas de 30 e 40. Paoli (1987) constatou que houve trabalhadores que se mobilizaram para enfrentarem as duras condições de trabalho que a autora descreve a seguir:

Coisas como as extensas jornadas de trabalho, as reduções salariais por falhas de produção, a expropriação do trabalho já pago na forma de multas e punições por atrasos, a violência no controle fabril, a arbitrariedade dos chefes, a intensificação do ritmo de trabalho, a insalubridade dos espaços de trabalho, a sujeira, ruído e a precariedade da segurança no processo de trabalho, a manipulação dos estigmas de sexo, cor, origem, étnica e idade, o tempo vigiado – tudo isso não são situações já dadas pela perversidade do capitalismo que se implanta em determinadas condições estruturais da sociedade, mas sim o chão do reconhecimento comum das experiências concretas de pessoas que se proletarizavam na sociedade brasileira do começo do século. (PAOLI, 1987, p. 61)

Essas vivências comuns aos trabalhadores acabaram por contribuir para a identidade da classe em formação, visto “que inaugura um tempo coletivo de elaboração de suas experiências comuns”. (PAOLI, 1987, p. 62). Nesse sentido, a construção da identidade dos atores sindicais perpassa pela constituição de uma identidade forjada a partir da consciência de classe.

No entanto, a autora destaca que esse processo de constituição da classe foi dificultada pela predominância dos valores tradicionais decorrentes da origem camponesa dos trabalhadores, bem como pelo caráter heterogêneo. Em decorrência das diferentes formas de urbanização e de ocupação do espaço e das diversas relações de trabalho estabelecidas nos diferentes setores que constituíram o processo de industrialização da economia brasileira.

Para a autora, os trabalhadores tiveram que realizar mediações entre mundos distintos de suas experiências cotidianas: o campo e a cidade. Apesar disso, os trabalhadores lutavam para sobreviver na cidade sem que pudessem recorrer aos recursos naturais e a atividades que complementassem a sobrevivência, como podiam fazer no meio rural.

A partir dos anos 50 e 60, a pobreza entre as classes trabalhadoras aumentou, bem como aumentou a migração rural-urbana sem que a economia urbana suprisse a necessidade de emprego dessa mão-de-obra excedente. A confluência desses fatores resultou na formação de favelas nas cidades em expansão. Problemas que contribuíram para a formação da própria identidade de classe. Nesse período, tanto os trabalhadores urbanos quanto os rurais começaram a mobilizar-se. No campo, em especial no nordeste e sudeste, o movimento das Ligas Camponesas reivindicava melhores condições de trabalho. Nas cidades, os trabalhadores de setores como o de transporte, têxtil e metalúrgico organizaram greves por melhores salários. Segundo Luca (2003), houve greves com conteúdo político. São exemplo disso, a greve ocorrida em agosto de 1961, movimento em favor da posse do vice-presidente João Goulart e a greve de junho de 1962, em prol da criação de um ministério democrático e nacionalista.

O golpe militar de 1964 trouxe novos desafios. Com a repressão, o “movimento sindical mais avançado, bem como os trabalhadores, tornaram um dos principais alvos do regime”. (CARMO, 1998, p. 130). O autoritarismo que se seguiu acabou por desmobilizar os trabalhadores que haviam se organizado durante o breve período democrático anterior. As ações repressivas envolveram a supressão de direitos civis e políticos, a perseguição e eliminação de líderes sindicais, a cassação de mandatos e a extinção de partidos, o esvaziamento do poder do legislativo e o controle dos meios de comunicação de massa.

Nesse período, as condições das classes trabalhadoras, tanto no campo como na cidade, deterioraram, com o aumento da pobreza e do subemprego. Também em função da expulsão dos trabalhadores do campo, em razão da mecanização crescente e da nova modalidade de contratação temporária na época de safra.

Com o fim da ditadura, o movimento sindical volta a organizar-se. A partir da década de 80, o foco da mobilização dos trabalhadores voltou-se para constituição de ações, visando enfrentar as novas questões decorrentes do crescimento do desemprego, da deterioração dos salários e da expansão do setor informal. Condições que têm tido continuidade no país, em decorrência da opção por políticas neoliberais de flexibilização dos contratos de trabalho e de rotatividade de mão-de-obra.

A Constituição Federal de 1988 marcou o restabelecimento do regime democrático e dos direitos da cidadania no país. Os direitos fundamentais do indivíduo destacaram-se em seus primeiros títulos. De não menor importância, foi a garantia dos direitos sociais, especialmente, os que garantiram maior proteção ao trabalhador, tais como a instituição do abono de férias, da licença paternidade e a fixação do salário mínimo como patamar de aposentadorias e pensões. No entanto, Luca (2003, p. 489) destaca que “as determinações constitucionais, que caminhavam na direção de uma noção ampliada de cidadania, logo passaram a ser alvo de críticas pelos defensores da livre atuação do mercado”. Isso porque se refere aos direitos trabalhistas, que são vistos pelos neoliberais como limitadores à integração da economia nacional ao mercado mundial, o que, aliado às transformações em curso nas organizações em decorrência do desenvolvimento do já citado novo paradigma técnico-econômico, o paradigma das tecnologias da informação, amplia o problema da exclusão social a despeito das garantias de direitos previstas em lei.

Em decorrência dessas transformações e do predomínio dessas idéias, durante toda a década de 90, o país vivenciou um retrocesso no que diz respeito às garantias constitucionais aos trabalhadores. As conseqüências foram o achatamento de salários, a ampliação da jornada de trabalho, o estabelecimento de contratos de trabalho temporários, o crescimento do desemprego, a flexibilização dos direitos trabalhistas, entre outras. Diante disso, Luca (2003, p. 490) assinala que cabe aos próprios trabalhadores proporem alternativas e lutarem contra a “naturalização das necessidades e imposições do mercado”.

Finalizando este capítulo, destacamos como principais temas abordados o processo de construção da identidade por meio das interações sociais, o reconhecimento do sujeito cidadão e a conquista do mesmo do exercício pleno de sua cidadania.

Por último, abordou-se a questão de como os trabalhadores brasileiros constituíram suas identidades como sujeitos sindicais ao longo da história de formação da classe. Entendimento importante para a pesquisa proposta, por trazer considerações sobre as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores na construção dessa identidade.

A figura abaixo resume os principais aspectos que envolvem a construção da identidade do sujeito da informação:

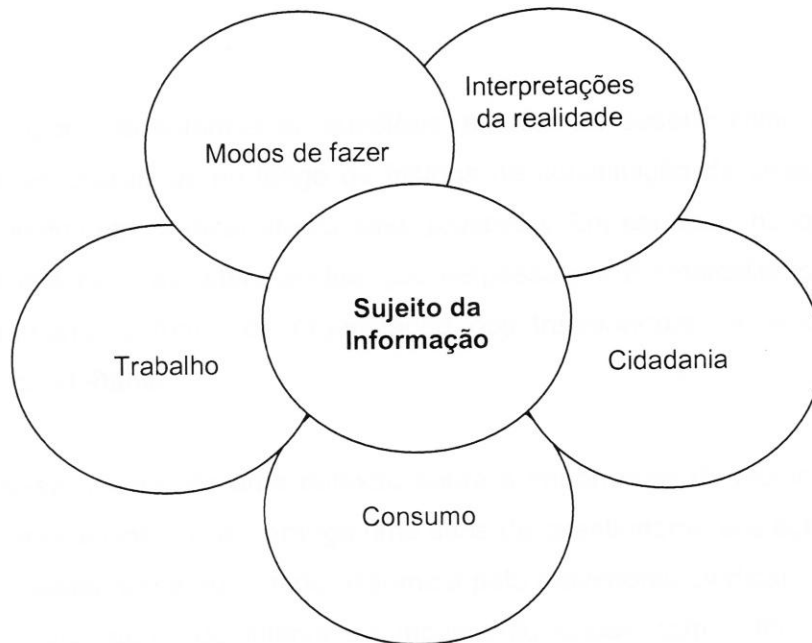


FIGURA 2 – O sujeito da informação e os fatores intervenientes na construção de sua identidade

5 – O MOVIMENTO SINDICAL COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Considera-se importante entender as questões relativas ao desenvolvimento da cidadania dos trabalhadores brasileiros ao longo da história de constituição da classe, bem como a forma que o movimento sindical afetou esse processo. Em especial, no que concerne às relações paternalistas e assistencialistas que perpassaram o sindicalismo no país e que afetaram diretamente a forma de organização dos trabalhadores e, a possibilidade de exercício de sua cidadania.

Além disso, faz-se necessária uma reflexão sobre a importância do movimento conhecido como o “novo sindicalismo”, que abrange uma série de questionamentos acerca da estrutura corporativista e dependente do Estado assumida pelo movimento sindical no país. Iniciativa de organização que partiu do interior do movimento social, com o fim de construir um movimento sindical independente em função da garantia dos interesses da classe trabalhadora.

E, por último, considera-se importante refletir sobre o processo de criação do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação em Minas Gerais (Sind-UTE/MG) no contexto desse novo sindicalismo, bem como o papel desempenhado pelo mesmo na construção da identidade de classe e para o exercício da cidadania pelos trabalhadores do ensino público no estado de Minas Gerais. Para isso a Subsede da Rede Municipal de Belo Horizonte do Sind-UTE/MG foi objeto do nosso estudo de caso, realizado com a finalidade de entender como as práticas informacionais dos atores sindicais contribuem para construção da cidadania.

A figura 3 ilustra a relação entre o Sind-UTE/MG, a Subsede Rede Municipal de Belo Horizonte e o movimento do novo sindicalismo desenvolvido. Esse movimento desenvolveu-se no contexto de um campo específico: o campo dos movimentos sindicais. Essa relação que será detalhada ao longo deste capítulo.

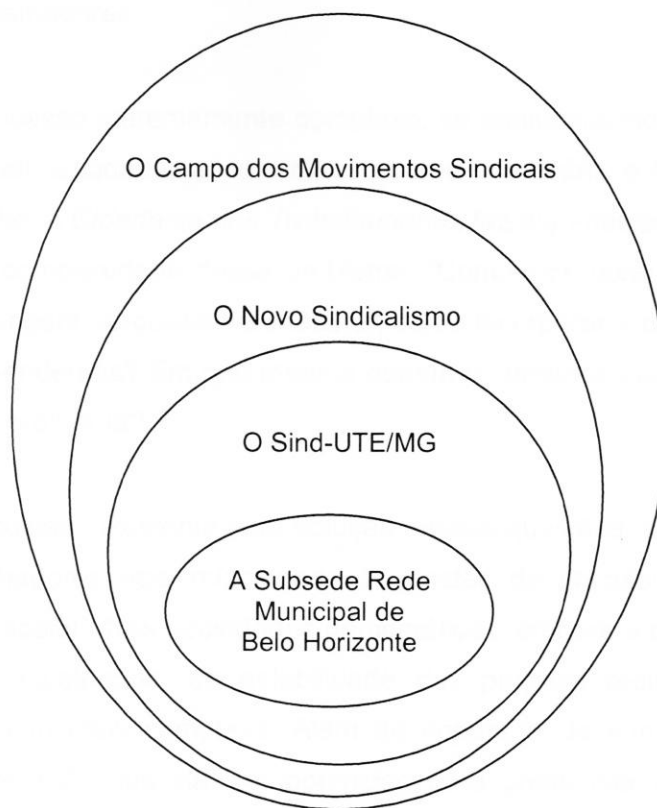


FIGURA 3 – Inserção do Sind-UTE/MG no campo dos movimentos sindicais

5.1 O sindicalismo e a construção da cidadania dos trabalhadores

A construção da cidadania pressupõe o desenvolvimento de uma cultura cidadã. Cultura que, por sua vez, é construída por meio de práticas sociais de cidadania ou práticas de cidadania, para as quais o sujeito precisa ter consciência crítica de seu papel para que possa assumir seu próprio destino. Isso implica no aprendizado de expectativas, condutas

responsáveis e na definição da amplitude do espaço de responsabilidade de cada sujeito. (ARAÚJO, 1998). É nesse contexto que estudaremos a seguir os processos de constituição da cidadania dos trabalhadores.

A conquista é um processo extremamente complexo, se considerarmos que, em um Brasil extremamente desigual, a cidadania dos trabalhadores é precária e frágil. Weffort (1981, p.139), em seu trabalho *A Cidadania dos Trabalhadores*, faz algumas perguntas importantes para entendermos a complexidade desse problema: “Como incorporar a classe operária a uma democracia de origem burguesa? Ou melhor, como incorporar à cidadania as pessoas economicamente dependentes? Em que medida podem os próprios trabalhadores contribuir para a solução desse problema?”

Reconhecendo a dificuldade existente para solução dessas questões, o autor ressalta que a cidadania dos trabalhadores está relacionada à questão da articulação entre “liberdade política” e “igualdade social”. Nas sociedades democráticas, embora a questão da liberdade política dependa, principalmente, da estabilidade dos próprios regimes, a questão da igualdade social é muito mais complexa. Além de depender de vontade política, requer capacidade de organização das classes oprimidas para pressionar seus representantes eleitos. Problema que se agrava devido à própria característica intrínseca de desigualdade nas sociedades capitalistas, ou seja, historicamente nunca existiu igualdade social, mas sim graves desigualdades entre seus membros. Nesse sentido, considera-se que, a informação pode contribuir para a transformação social na conscientização das classes trabalhadoras em seu papel ativo de luta contra essas desigualdades.

Além disso, o autor considera fundamental, no problema histórico da cidadania dos trabalhadores, a representação no plano sindical e no plano partidário. Isso porque a ampliação da cidadania, nesse contexto, passa pela independência partidária e liberdade sindical. Entretanto, ele ressalta que esses capítulos ainda estão sendo escritos na história social e política da classe operária do ponto de vista da questão da cidadania. Salienta também que a necessidade da emancipação sindical, como forma de garantir cidadania emancipada aos trabalhadores, remonta as origens do sindicalismo no país que foi marcadamente corporativista e assistencialista.

O corporativismo presente, tanto no plano das organizações sindicais como nas demais expressões institucionais do regime democrático, no período do autoritarismo marca, segundo Weffort (1981), a caracterização da cidadania dos trabalhadores. Uma *cidadania*

regulada pelo Estado e fortemente caracterizada por uma relação de dependência entre sindicato e Estado.

Essa cidadania regulada dos trabalhadores e a dependência dos sindicatos do Estado foi aprofundada pelo atrelamento dos direitos de cidadania às ocupações profissionais. Também baseou-se no fato de que o próprio Estado passou a deter o monopólio da definição das ocupações que podem compor a cidadania dos trabalhadores:

O Estado brasileiro, pós-30, introduz, implicitamente, o conceito de cidadania regulada que consiste precisamente em fazer derivar a agenda de direitos a serem reclamados do mercado, via justiça procedural, da posição ocupacional estratificada que os indivíduos preenchiam nesse mercado. E, é claro na definição do leque de ocupações que compunham a cidadania e dos princípios de estratificação permanecia firmemente em poder do Estado. (SANTOS, 1981, p.181)

Tendo embutido a cidadania na profissão, o Estado restringiu os direitos do cidadão aos direitos do posto de trabalho. Isso acabou por reforçar o poder do mercado sobre os trabalhadores. O resultado foi o aprofundamento da dependência da classe trabalhadora e a reprodução da desigualdade social. Além disso, o autor destaca que os direitos trabalhistas concedidos pelo Estado não tinham qualquer intenção redistributiva. Ao contrário, a estratificação da cidadania legalizou a desigualdade e causou a submissão dos critérios de justiça ao princípio de maximização da eficiência do mercado.

Prática essa que, de acordo com Santos (1987), leva a substituição do cidadão portador individual e pessoalmente de direitos, pela garantia de direitos à categoria profissional como grupo. Daí o Estado passou a ser responsável pela promoção do bem-estar de segmentos sociais e não de indivíduos isoladamente.

A predominância da lei de mercado dificulta a luta dos trabalhadores por seus direitos. Isso se agrava com a falta de conscientização dos atores sociais. Consciência que se mostra essencial à emancipação. Como destaca Demo (1992), a emancipação decorre da capacidade do ator social de “tornar-se sujeito histórico consciente e organizado, com capacidade de conceber e efetivar um projeto próprio de desenvolvimento social. O contrário significa a condição de massa de manobra, de periferia de marginalização”.

Nesse sentido, a cidadania dos trabalhadores pressupõe o processo de civilização do mercado. Processo que pressupõe ampla redistribuição de renda, equalização de

oportunidades, controle rígido democrático dos governos e do Estado, mudança no comportamento do consumidor, controle de poderes constituídos e descentralização federativa. Para que isso ocorra, é necessário que haja “a formação de uma classe laboral consciente e atuante, que passa a protagonista essencial da história produtiva”. Classe que exercerá uma cidadania ativa cotidianamente visando à democratização da sociedade e da economia.

Cabral (1995, p. 41) considera que o acesso à informação é a matéria-prima que permite aos atores o exercício da cidadania, “pois tanto a conquista dos direitos políticos, como do direitos civis e sociais dependem fundamentalmente do acesso à informação e de sua ampla circulação e distribuição na sociedade; sem ela, torna-se inviável o pleno exercício da cidadania”.

A autora parte do pressuposto de que o alcance da cidadania deve ser uma conquista, não uma concessão do Estado ou de uma classe social. Destaca também que, no contexto do movimento sindical, para compreender a relação entre práticas de informação e comunicação com as formas concretas de intervir politicamente por meio da participação, é essencial a passagem da cidadania regulada à cidadania ativa. O conceito de cidadania ativa, que no âmbito da Ciência Política refere-se à cidadania exercida nos contextos de democracia direta, é utilizado pela autora para entender os processos de construção pró-ativa da cidadania por parte dos atores sociais. A cidadania ativa pressupõe que, no contexto democrático, o cidadão constitui-se em um ator consciente e reivindicativo. “A escolha de participar de forma organizada encarna verdadeiramente o anseio de agir como sujeito político coletivo sobre a realidade, visando à sua transformação”. Uma vez que, para transformar a realidade, é preciso agir coletivamente de forma estratégica, considera-se que a informação é “um elemento primordial para politizar as questões discutidas em grupo e insumo para decisões de base conscientizadas, para a definição de prioridades e de estratégias de ação”. (CABRAL, 1995, p.41).

Considerando o papel essencial da informação nesse processo, devemos retomar a questão levantada por Aun (2001) que questiona as desigualdades existentes nos processos de produção e de distribuição da informação, bem como as dificuldades de integração dos atores nesse processo. Ou seja, não é apenas o acesso às informações que garante que os atores serão efetivamente incluídos, mas a capacitação dos mesmos para entender as informações disseminadas e para participar ativamente das redes de transmissão de conhecimentos.

5.2 O movimento sindical no Brasil: do sistema corporativista ao novo sindicalismo

Para entender como o movimento sindical influenciou a construção da cidadania dos trabalhadores brasileiros é preciso entender a trajetória histórica de constituição do mesmo e o papel do Estado nesse processo. Ou seja, como o modelo corporativista predominou historicamente no movimento sindical brasileiro, sendo que muitas de suas características fundamentais persistem até os dias de hoje.

Cogo (1995) resume o desenvolvimento do sindicalismo corporativista no Brasil em três momentos sucessivos: o período do governo Vargas, 1930 a 1945, o período democrático de 1946 a 1964 e o período da ditadura até o final da década de 70, com a abertura democrática e o surgimento do novo sindicalismo.

A autora afirma que, até 1930, o sindicalismo autônomo de forte cunho anarquista não possuía nenhum tipo de estrutura burocratizada, adotava uma forma de representação por empresa e era contrário ao assistencialismo e aos acordos classistas. Em decorrência disso, as mudanças que afetaram o sindicalismo brasileiro têm suas origens em fatores externos ao mesmo: as ações do governo populista de Getúlio Vargas no campo das relações profissionais e da estrutura sindical¹⁰. Foi a partir daí que os sindicatos deixaram de ter um papel de confronto com os empregadores e com o Estado, e ganharam uma estrutura oficial de órgãos de colaboração governamentais e por este controlados.

Com o estabelecimento dessa nova política sindical o objetivo do Estado foi o de conter a luta de classes no país, controlar o movimento operário e sindical, trazendo-o para dentro do aparelho do Estado, por meio da estrutura sindical corporativa. Essa tendência restritiva visava promover o desenvolvimento econômico que, na visão dos governantes, decorreria de tirar os empecilhos, dentre eles as reivindicações dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e salário, que poderiam atrapalhar a livre ação do mercado.

¹⁰ Entende-se por estrutura sindical, o sistema de relações que assegura a subordinação dos sindicatos (oficiais) às cúpulas do aparelho de Estado – do Executivo, do Judiciário ou do Legislativo. (BOITO JÚNIOR, 1991, p. 50)

O controle sobre o movimento sindical torna-se mais rígido a partir da ditadura Vargas, instalada em 1937, com a criação do Estado Novo. A nova carta constitucional decretou a proibição de greves e a regulamentação da organização sindical. Em seguida, um decreto-lei editado em 1939 estabeleceu a unicidade sindical eliminando a competição entre as diferentes associações existentes. Outro decreto, editado em 1940, criou o imposto sindical compulsório, que desencadeou a formação de uma burocracia sindical assistencialista e independente do apoio das bases.

Em primeiro de maio de 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT vem culminar esse processo de corporativização do movimento sindical, estabelecendo uma série de diretrizes a serem observadas pelos sindicatos no país. Dentre elas, as normas de funcionamento interno dos sindicatos, o dever dos mesmos de colaborarem com o Estado, a obrigatoriedade de reconhecimento de novos sindicatos pelo Estado, o direito de que este efetue intervenções nos sindicatos, bem como o estabelecimento da prestação de contas anual obrigatória ao Ministério do Trabalho e da hierarquização, entre sindicatos, federações e confederações, nos níveis municipal, estadual e federal respectivamente.

Ao final do Estado Novo, o movimento sindical havia sofrido um grande “esvaziamento” de sua real representatividade junto às massas de trabalhadores, decorrente do distanciamento da cúpula sindical burocratizada em relação às bases. No período democrático que se seguiu de 1943 a 1964, observou-se a manutenção do modelo corporativista no movimento sindical brasileiro com características populistas. A Constituição Federal de 1946 não avançou muito no sentido de garantir liberdade ao movimento. Ao contrário, limitou as condições legais de paralização do trabalho e proibiu greves em setores de serviços considerados fundamentais. Além disso, o período foi marcado pela restrição à autonomia sindical, tendo sido realizadas 280 intervenções governamentais nos sindicatos.

Apesar dos poucos avanços realizados no período, um ponto positivo foi o aparecimento de um número significativo de comissões de fábricas¹¹ como forma de questionamento a estrutura sindical vigente desde o Estado Novo. Entretanto, não ocorreu na época uma boa integração destas com os sindicatos e o período ditatorial que se seguiu não favoreceu a expressão livre das mesmas.

¹¹ Rodrigues (1991) destaca que as comissões de fábrica ou comissões de empresa constituem-se na representação trabalhista no local de trabalho. Seus membros são eleitos pelos colegas de trabalho, podendo ser substituídos a qualquer tempo. Com a função de representar os trabalhadores por local de trabalho, essas comissões negociam diretamente com os empregadores sobre as questões referentes a quaisquer conflitos do dia-a-dia do trabalho.

O golpe militar de 1964 impôs um sindicalismo de intervenção, com clara tendência ao favorecimento da acumulação capitalista. Os governos que se seguiram passaram a promover uma política de arrocho salarial pela fixação de reajustes mínimos. Política que também foi marcada pela alta rotatividade de mão-de-obra e pela proibição de todo tipo de greve, movimento que era visto como um atentado à segurança nacional. Além disso, as constantes intervenções do governo nos sindicatos garantiram que os mesmos ficassem limitados a simples organizações burocráticas e assistencialistas.

A capacidade de adaptação do modelo sindical corporativista no Brasil, que permaneceu durante o breve período democrático entre 1946 e 1964, bem como durante a ditadura que se seguiu até o momento presente, demonstra que “o novo modelo de organização das relações profissionais e de resolução dos conflitos trabalhistas acabou por revelar-se uma das instituições mais estáveis da sociedade brasileira”. (RODRIGUES 1990, p. 47). O autor destaca que essa estabilidade deve-se não somente à capacidade do modelo de adaptar-se às diversas formas de governo, mas também de adequar-se às diversas realidades que afetaram a organização do mundo do trabalho:

O modelo sindical e o sistema de relações de trabalho criados no período de Vargas não somente sobreviveram a mudanças de caráter institucional ou político relacionadas à forma de governo, mas também conseguiram suportar transformações sociais, econômicas e culturais relativamente profundas. No período, a população brasileira quadruplicou; a industrialização prosseguiu em ritmo acelerado, alterando quantitativamente e qualitativamente o peso dos trabalhadores industriais e das camadas assalariadas da PEA; a população rural decresceu; surgiu o problema urbano e ecológico; as relações de mercado se estenderam para outros setores da economia e regiões brasileiras; mas o modelo corporativo de organização sindical e de relações de trabalho permaneceu inalterado. (RODRIGUES 1990, p. 49)

De acordo com o autor, as principais diretrizes que norteiam o modelo são: a unicidade sindical, a obrigatoriedade do reconhecimento do sindicato por parte do órgão público responsável e o estabelecimento do imposto sindical, marcando o intervencionismo ou regulacionismo estatal na área sindical. Ou seja, cabe ao Estado outorgar o reconhecimento que legitima as associações de representação dos trabalhadores, numa tutela que foi ampliada pela eliminação da competição do sindicalismo múltiplo e pela não necessidade de sindicalização para obtenção das melhorias salariais e vantagens conquistadas.

O autor apresenta, como possíveis razões para a persistência do modelo corporativista estatal no Brasil, o problema da organização insuficiente das classes trabalhadoras e a

escassez de oposições com capacidade de pressão efetiva contra o modelo. Outra razão é o caráter essencialmente paternalista do mesmo. Em decorrência disso, a massa de trabalhadores desorganizada pensava que obteria, pelo modelo corporativista, maiores “vantagens e proteção do que um sindicalismo independente voltado para a pressão e negociação com o patronato”. (RODRIGUES 1990, p. 63).

Além disso, o sistema passou a atender os diversos segmentos sociais presentes na estrutura de classes do país. Nesse sentido, Rodrigues (1990, p. 65) destaca que “uma vez montado o sistema corporativo, múltiplos segmentos da sociedade passaram a ter seus interesses vinculados à continuidade da nova instituição”.

Ademais, o sistema corporativista tem permitido uma relativa autonomia das organizações sindicais. Embora esse grau de autonomia sofra variação conforme o tipo de governo vigente, mesmo durante os governos ditatoriais, intervenções junto aos sindicatos implicavam um crescente desgaste político. Assim, para evitar confrontos diretos optamos pela colocação de lideranças coniventes com o regime.

Esse tipo de tutela do Estado, aliada à repressão e à falta de atendimento às demandas por melhores salários e condições de trabalho, acabou por gerar uma insatisfação entre mais politizados, no contexto do movimento sindical. Fato que resultou no questionamento de toda a estrutura sindical vigente. Esse movimento ficou conhecido como o movimento do “novo sindicalismo”. Seu início foi demarcado pelas greves dos metalúrgicos desencadeadas, em maio de 1978, no ABC paulista, particularmente em São Bernardo do Campo. A bandeira central do movimento era a luta pela autonomia e liberdade sindical, que Cogo (1995) detalha em seis reivindicações principais:

1. Livre contratação entre sindicatos e empresas na celebração de acordos e convenções coletivas de trabalho sem a interferência de órgãos do Estado, em oposição à política salarial normativa vigente desde 1965; 2. Autonomia e liberdade sindical como condição para a construção de um sindicalismo livre da tutela do Ministério do Trabalho; 3. O direito irrestrito à greve como instrumento legítimo de luta dos trabalhadores; 4. Aumentos salariais segundo o crescimento setorial da produtividade; 5. Controle sobre as condições de trabalho e garantia de emprego; 6. Criação do delegado sindical, com garantia de estabilidade para que rompa com a organização burocrática que centraliza a ação sindical nos sindicatos impedindo sua democratização. (COGO, 1995, p. 105).

A partir das greves de 1979 e 80, o movimento passa a ter repercussão nacional envolvendo também setores mais tradicionais da economia. São exemplos, o setor agrícola e os setores de serviços, como o da construção civil e o dos profissionais liberais.

Tiveram destaque também as greves gerais dos anos de 83, 86, 87 e 89 com diferentes graus de abrangência, tanto em número de adeptos, quanto de setores envolvidos e distribuição espacial. Suas principais bandeiras eram a organização das massas operárias, a promoção de sua participação nas decisões referentes ao processo de trabalho, por meio dos comitês de fábrica e das grandes assembleias, o atendimento às demandas oriundas do cotidiano das relações de trabalho e às questões salariais. Ressalta-se, nesse período, o surgimento das centrais sindicais e do Partido dos Trabalhadores, bem como o papel desempenhado pelas comissões de fábrica no movimento, fornecendo importantes lideranças como alternativa às lideranças sindicais atreladas ao Estado.

Durante a lenta transição democrática, o movimento sindical brasileiro esteve em ascensão, apesar da ameaça de desemprego, em decorrência da crise econômica que afetava o país, e do conseqüente esfriamento das greves. Foi nesse momento, que o sindicalismo passou por um processo de reorganização e alinhamento de tendências políticas entre os grupos militantes que eram incorporados às centrais sindicais recém-criadas.

Para Mattos (1998), o novo sindicalismo surgiu de um movimento de massas, organizado a partir das bases dos trabalhadores por empresa, sem iniciativa por parte da cúpula dos dirigentes sindicais. Constituiu-se no questionamento da tutela estatal, da burocratização e do atrelamento político do sindicato, da prioridade dada ao assistencialismo, do carreirismo dos dirigentes e da política conciliatória dos interesses de classes.

O autor explica que o crescimento da ação da classe dos trabalhadores, tanto em seu elemento político contra o autoritarismo quanto em seu elemento propriamente sindical contra a desvalorização do trabalho, ocorreu em um contexto de grandes transformações econômicas e repressão política. As principais transformações econômicas referem-se ao processo de desindustrialização e à conseqüente heteroginização da classe trabalhadora, à automação crescente, ao crescimento do desemprego estrutural e de trabalhadores recorrendo ao mercado informal. Além desses fatores, os trabalhadores ainda estavam vivenciando um processo de perda do reconhecimento social do valor do trabalho. Em especial devido às diretrizes da política da época. Assim, os trabalhadores presenciavam políticas de arrocho salarial e rotatividade de pessoal, repressão a quaisquer manifestações de trabalhadores, impedimento à livre negociação, controle rigoroso do Estado sobre os

sindicatos, clandestinidade dos partidos de origem operária, além de uma legislação sindical restritiva, corporativista e atrelada ao Estado.

O autor destaca que apesar de haver algum grau de divergência entre os estudiosos do tema em relação às origens e significados desse movimento, há uma convergência em relação à importância do mesmo. Consenso devido ao mesmo constituir-se em um movimento de âmbito nacional, envolvendo diversos setores econômicos. São exemplos dos setores envolvidos, os operários das grandes indústrias automobilísticas, os trabalhadores do setor de serviços e, inclusive, os setores que antes estavam à margem do movimento sindical, como os funcionários do Estado e os trabalhadores rurais.

Em relação à sua organização interna, os sindicatos passaram por um processo de reestruturação, de forma a recorrer à justiça do trabalho para questionar os acordos com os empregadores e desenvolver projetos de pesquisa e educação, seja formal ou não. Outro aspecto interessante diz respeito a uma tendência no movimento de fazer maior uso da imprensa sindical. Em um estudo sobre a contribuição da produção sindical para a construção da cidadania, Cabral (1995) aponta como essencial o papel dessa produção, para que os atores sejam capacitados a construir história própria e coletivamente organizada.

Ressalta, ainda, a importância da reestruturação sindical tendo como base o valor da informação no processo de conscientização dos atores sociais de forma que sintam-se motivados para a luta. Pensamento que vem reforçar o argumento de Mattos (1998), que aponta, como principal consequência do movimento do novo sindicalismo, o reforço da identidade positiva que os trabalhadores constroem para si, quando se tornam conscientes de seus direitos e lutam pelo reconhecimento de sua dignidade e cidadania.

Antunes (1995) destaca a significação política da ação sindical no novo sindicalismo, em especial, a ampliação da atuação sindical consciente da relação existente entre a superexploração do trabalho e o grau de democratização existente. Contexto no qual a organização sindical sofreu uma inversão na centralidade de suas lutas:

[...] com sindicatos à frente na confrontação política com a ditadura militar e posteriormente com a Nova República; e, o que nos parece decisivo hoje, uma mudança qualitativa na luta sindical, que acabou por provocar uma acentuação do fenômeno de ideologização do próprio movimento sindical. (ANTUNES, 1995, p. 51)

Dessa forma, as reivindicações do movimento não se restringiram à luta por melhorias salariais e por melhores condições de trabalho. Passam a integrar a agenda do novo sindicalismo, a defesa do direito de livre manifestação e organização dos trabalhadores, a fim de lutarem por seus direitos.

Para o autor, as transformações ocorridas no sindicalismo brasileiro avançaram no sentido de alterar significativamente as relações entre sindicato e Estado. Também promoveram uma maior aproximação entre os sindicatos e suas bases, além de possibilitarem um certo grau de independência e expressão nacional da atuação sindical, por meio das centrais sindicais.

No entanto, Boito Júnior (1991) afirma que, a despeito de terem ocorrido mudanças na forma de atuação sindical e de muitos autores defenderem os impactos decorrentes do novo sindicalismo, a antiga estrutura sindical corporativa permanece. O que ocorreu foi que a estrutura sindical passou apenas por uma reforma. Foram realizadas modificações superficiais, que não foram suficientes para desestruturar o sistema corporativo, assistencialista e dependente do Estado.

A estrutura sindical não conheceu nenhuma crise ao longo dos últimos anos. [...] As transformações pelas quais passou representam não a sua extinção, mas a sua reforma, reforma que lhe permitiu sobreviver à crítica ideológica e prática que foi submetida desde os anos 70. (BOITO JÚNIOR, 1991, p.49).

O autor destaca que o elemento essencial da estrutura sindical corporativa brasileira é a necessidade de reconhecimento oficial-legal do sindicato pelo Estado. E essa exigência continua vigente. Além disso, o atrelamento do sindicato ao Estado é consolidado pela continuidade da obrigatoriedade da contribuição sindical, bem como pela tutela da Justiça do Trabalho sobre a ação sindical e pela manutenção da unicidade sindical que “é incompatível com a defesa da liberdade e da autonomia sindical”. (BOITO JÚNIOR, 1991, p.76).

Algumas conseqüências da continuidade da estrutura sindical corporativa, destacadas pelo autor, são, por um lado, a dependência ideológica e material do Estado, com ênfase no assistencialismo; e, por outro, uma certa independência em relação à base de trabalhadores. Por esse motivo, muitas vezes, o dirigente sindical não tem interesse em disseminar informações e democratizar as decisões pertinentes à vida sindical. Isso devido

ao não rompimento total com a estrutura resultante do processo histórico pouco democrático de formação do sindicalismo brasileiro.

Nesse contexto, a inserção dos trabalhadores nos processos de produção e disseminação da informação é essencial para que os mesmos sejam conscientizados dos problemas que persistem na estrutura sindical, possam questionar os mesmos e propor alternativas com o propósito de alcançar uma organização dos trabalhadores que realmente defenda seus interesses.

Recentemente, o movimento sindical tem lidado ainda com uma outra dificuldade. Trata-se do problema do declínio do mesmo como principal agente de luta dos trabalhadores. Esse declínio decorre da perda da eficácia das estratégias de luta que acompanham a trajetória histórica do movimento. Essa é uma tendência que está ocorrendo em âmbito mundial como aponta Pereira (1998). O desafio atual para o movimento sindical é enfrentar os novos problemas impostos à classe trabalhadora pelas transformações no mercado devido aos processos de flexibilização do trabalho.

Nesse contexto, é crucial a reorganização do movimento e a reestruturação de suas funções com vistas em reassumir o papel de mobilizador em defesa dos interesses da classe trabalhadora. Contexto que a informação cumpre um papel essencial na conscientização dos atores da importância de dar continuidade à luta como forma de preservar suas conquistas.

5.3 A trajetória histórica do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação – Sind-UTE/MG

Dentro do quadro de questionamento do sindicalismo corporativista e atrelado ao Estado, teve início um movimento no seio da categoria dos trabalhadores da área da educação no

estado de Minas Gerais que resultou na criação do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação em Minas Gerais (Sind-UTE). A trajetória desse Sindicato marca um processo de construção da identidade dos trabalhadores da Rede de Ensino Público do Estado de Minas Gerais. Sua inserção junto à categoria dos trabalhadores da área da educação tem se destacado, a despeito da atual desmobilização da organização dos trabalhadores.

A relevância desse sindicato para construção da identidade desses trabalhadores não se deve apenas à sua importância estratégica, já que o mesmo é um dos maiores sindicatos de Minas Gerais e conta com núcleos em diversas cidades do Estado. Caracteriza-se principalmente por uma trajetória histórica marcada pelo sentimento de “pertinência” a uma comunidade, com ênfase na igualdade e na unidade para construção da luta dos trabalhadores frente ao “Governo-patrão”. Projeto compartilhado e elaborado a partir de práticas concretas.

A criação do Sind-UTE é fruto de uma trajetória histórica do movimento dos trabalhadores do ensino no Estado. Em um congresso realizado de 21 a 23 de julho de 1979, com a presença de 507 participantes, representantes de 71 municípios, foi organizada a União dos Trabalhadores do Ensino em Minas Gerais, a UTE/MG.

No entanto, a denominação Sind-UTE/MG passou a ser dada a partir de 1990, quando, em outro congresso, houve a unificação das entidades do setor de ensino público no Estado. Em 14 de novembro de 1999, foi criado o Estatuto do Sind-UTE que dispõe sobre as questões relacionadas ao patrimônio, à filiação, aos direitos e deveres dos filiados, à realização das eleições e à organização do Sindicato. Estabelece também a composição das instâncias do mesmo. O Congresso Estadual que é a instância máxima. As Assembléias deliberam sobre assuntos urgentes, paralisações e greves. Há, ainda, o Conselho Geral composto pela Diretoria Estadual e conselheiros representantes das subsedes; e o Conselho de Representantes das Escolas. Os representantes eleitos em cada turno nas escolas, têm a função de apresentar as demandas das escolas junto ao Sindicato. Finalmente o Sindicato é composto por suas subsedes, que atualmente, são 84 em todo o Estado. Representam cerca de 200 mil trabalhadores em educação da rede estadual e municipal em Minas Gerais. Cada subsede conta com autonomia política e financeira com o objetivo de ampliar a participação da categoria na organização sindical.

O contexto, que desencadeou a criação da entidade e o desenvolvimento de novas estratégias de organização da categoria, é descrito por Furtado (1996) como decorrente do processo de proletarização e de rebaixamento salarial dos profissionais do ensino. Processo

que ocorreu em todo o país, em consequência das políticas de arrocho salarial e rotatividade de pessoal do governo militar. Outro fator que concorreu para a organização da categoria foi a proibição do Estado à possibilidade de sindicalização dos servidores públicos. Essa sucessão de fatos contribuiu para que os trabalhadores se mobilizassem, a fim de lutar pelos seus direitos, em uma busca por tornarem-se sujeitos de suas próprias histórias.

Além disso, o autor destaca a inserção do movimento dos profissionais do ensino no bojo do “novo sindicalismo”. O movimento demonstra a necessidade de reestruturação das organizações de representação desses trabalhadores, de forma a melhor responder às suas demandas pelo seu engajamento social e profissional. O problema foi que a Associação de Professores Públicos, única entidade até então reconhecida pelo Estado como legítima representante dos trabalhadores no ensino, não atendia aos interesses dos mesmos e era criticada pela postura assumida pelos que a presidiam, de total conivência com a atuação do Governo em relação à categoria.

De acordo com esse ponto de vista, Tavares (1995) afirma que a organização da União dos Trabalhadores do Ensino em Minas Gerais visava romper com o corporativismo e com o assistencialismo que marcavam o movimento sindical na época. Assim, pretendia-se criar uma organização dos trabalhadores que ampliasse a participação das bases, representando não só os professores, mas todos os trabalhadores que atuassem na área do ensino.

A autora destaca que a independência, e mesmo o confronto com o Estado, marcam de forma significativa a atuação desse sindicato. Fato que contribuiu para o fortalecimento da cidadania desses trabalhadores e para a formação de uma cultura de luta pelos direitos, em oposição ao assistencialismo.

Desde sua criação, a entidade organizou diversas campanhas e greves por todo o Estado de Minas Gerais¹², tendo como resultado conquistas salariais com reajustes acima da inflação e pagamento de salários atrasados. Também obtiveram sucesso na luta pela valorização do profissional da educação, com a aprovação do seu plano de carreira, pela assembleia legislativa. Além disso, conseguiram garantir a continuidade da realização de concursos para professores, pedagogos, auxiliares de serviços gerais, secretária de escolar e auxiliar de secretaria e a efetivação dos aprovados. Também obteve melhorias nas

¹² Conforme os dados disponíveis no site da entidade, www.sindutemg.org.br (acesso em 01/08/2003), a entidade organizou mais de dezesseis campanhas de 1979 a 2002, sendo que a primeira campanha realizada em 1979 teve adesão de 420 municípios, tendo a greve a duração de 41 dias. A campanha de maior adesão ocorreu em 1981 e durou 71 dias com a participação de 564 municípios. Já no governo Itamar, as campanhas realizadas em 1999, 2000 e 2001 tiveram somadas a duração de 106 dias letivos.

condições de trabalho e na qualidade do ensino público, garantia de autonomia das escolas para definir projetos pedagógicos, recompor calendário letivo, assegurando a participação da comunidade escolar e realização de eleições para direção nas escolas, anteriormente sujeitas à indicação governamental.

A despeito dos trabalhadores também enfrentarem dificuldades em efetivar algumas de suas reivindicações, um fato positivo refere-se à capacidade de adaptação que o Sind-UTE tem demonstrado para fazer frente às novas demandas e desafios da categoria. A forma de condução do movimento e as estratégias de mobilização variaram desde a criação da entidade, sendo que “a entidade, através de suas sucessivas direções, apresenta uma notável capacidade de absorver a pressão que vem da base e repensar políticas e estratégias no sentido de preservar sua legitimidade junto à categoria”. (FURTADO, 1996, p. 131).

Visando contribuir para o entendimento de como esse processo de reestruturação ocorre e a possível contribuição das práticas informacionais dos atores sociais para a inserção do Sindicato junto à categoria e para a construção da cidadania dos trabalhadores, que apresentaremos, no capítulo seguinte, os dados obtidos na pesquisa de campo realizada em uma das mais atuantes subsedes do Sind-UTE/MG: a Subsede Rede Municipal de Belo Horizonte e os resultados de sua análise.

Finalizando esse capítulo, destacamos, dentre as principais questões abordadas, a necessidade da conquista da cidadania dos trabalhadores em uma sociedade marcadamente desigual como a sociedade brasileira, a permanência do modelo corporativista no sindicalismo vigente no país, a despeito das mudanças políticas, sociais e econômicas que ocorreram na sociedade brasileira ao longo do tempo.

Por último, abordamos o papel do novo sindicalismo no questionamento da estrutura sindical ir frente, a trajetória do Sind-UTE, bem como o papel do mesmo para a construção da cidadania dos trabalhadores da educação no Estado de Minas Gerais.

6 – AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS DOS TRABALHADORES DA REDE MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Neste capítulo, apresentaremos os resultados obtidos na pesquisa de campo. Explicitaremos, também, os procedimentos metodológicos que envolveram a coleta dos dados aqui demonstrados.

Como dito anteriormente, o processo de construção da pesquisa realizada abrangeu uma série de escolhas metodológicas que influenciaram os resultados a que chegamos. Durante esse processo, procuramos observar certos procedimentos indicados por alguns autores que destacaremos a seguir.

Para Bourdieu (1989b), a construção do objeto requer a observação de alguns quesitos essenciais. O primeiro refere-se a que o pesquisador desenvolva o seu *habitus* científico, ou seja, todo o conhecimento acumulado por meio de experiências e vivências que envolvem o processo de pesquisa e que irão basear as decisões e as posições assumidas ao longo do trabalho. Esse *habitus* é construído por uma série de experiências, que envolvem sucessivas correções, aplicação de técnicas adequadas e convívio com o orientador.

O segundo ponto destacado pelo autor refere-se à necessidade de pensar o objeto de forma relacional. Para tanto, o pesquisador deve levar em conta o conjunto de relações que influenciam o seu objeto de estudo bem como o contexto que fornece suas propriedades essenciais. Isso contribui para que a problemática seja compreendida no todo a fim de que não seja realizado um recorte arbitrário do objeto, de forma a desconsiderar aspectos essenciais ao entendimento do mesmo.

O terceiro quesito refere-se à necessidade de rompimento com as categorias e com os objetos pré-construídos, de forma a que ocorra uma cisão com a passividade empirista, que limita-se a ratificar as pré-construções do senso comum. O pesquisador deve, portanto, questionar sistematicamente o caso particular para obter suas propriedades invariantes e não utilizar as próprias categorias geradas pelo mundo social em que o próprio pesquisador

se insere, para proceder à análise do mesmo. Assim, para o autor, a construção do objeto é feita por meio de retoques sucessivos, pequenas correções (embora decisivas), de forma a possibilitar que o pesquisador tenha uma postura ativa e sistemática perante os fatos. Isso é essencial para que o pesquisador não se torne instrumento de legitimação científica do pré-construído, deixando-se levar pela consciência social do momento. Esse processo requer tanto a compreensão da história social da emergência dos problemas, quanto a necessidades de que o pesquisador não se acomode às facilidades de obtenção de informações e dados, proporcionadas pelos objetos pré-construídos.

O quarto quesito, destacado pelo autor, refere-se à necessidade de compreender até que ponto o objeto é influenciado e influencia o campo a que pertence. Para o autor, campo delimita um espaço de embate entre atores sociais. São exemplos disso, o campo científico, o campo econômico e o campo da política.

Finalmente, o último critério levantado pelo autor refere-se ao cuidado necessário no processo de escolha e aplicação das técnicas para coleta de dados, que não podem ser isoladas da teoria ou teorias que lhes deram origem. A aplicação de diferentes técnicas de coleta de dados pode ser feita de forma isolada ou conjunta mas, em qualquer caso, devem ser escolhidas por critérios de aplicabilidade, ou seja, conforme sua pertinência ao problema proposto. Todos os requisitos para seu emprego, mesmo os pormenores, como os primeiros contatos, até a forma elaboração do questionário ou do roteiro de entrevista, precisam ser observados cuidadosamente.

Na opção de realizarmos um estudo de caráter qualitativo, destacamos o ponto de vista de Bogdan e Biklen (1994) que consideram que esse tipo de estudo possibilita gerar conceitos e conhecimentos mais aprofundados sobre como os sujeitos lidam com o mundo externo. Diferentemente dos estudos quantitativos, que envolvem a coleta de dados estatísticos, a investigação qualitativa possibilita a realização de análises complexas sobre comportamentos específicos e diferenciados dos atores sociais. Isso torna possível uma certa compreensão do processo mediante o qual as pessoas constroem significados e em que eles consistem. Os autores apresentam cinco características que geralmente estão presentes nas investigações qualitativas.

A primeira refere-se ao fato de que os investigadores despendem tempo e energia para extrair pessoalmente dados do ambiente de estudo e interpretá-los, levando em conta, para esse fim, a influência do contexto onde ocorrem os fenômenos observados.

A segunda característica é que a pesquisa qualitativa é descritiva, ou seja, os dados recolhidos são expressos em palavras e imagens, não em números. São exemplos de dados recolhidos nesses estudos a transcrição de entrevistas, as notas de campos e os dados contidos em documentos. Os resultados apresentados contém citações que ilustram e dão corpo ao trabalho, o que contribui para dar uma conotação quase que narrativa aos fatos. Nesse contexto, todos os aspectos observados podem contribuir para o entendimento do fenômeno observado, nada é sem importância.

A terceira característica refere-se à importância de observar não somente os resultados das ações dos atores observados, como também o processo que envolve essas ações, ou seja, como as coisas ocorrem, e não apenas as consequências resultantes das mesmas. Assim, a intenção, as expectativas, as atitudes têm tanta, ou maior importância, que os resultados e produtos delas decorrentes.

A quarta característica é a tendência dos investigadores qualitativos analisarem os dados obtidos de forma indutiva. Em geral, as hipóteses são construídas durante a coleta de dados e não previamente. Trata-se de “construir um quadro que vai ganhando forma à medida que se recolhem e examinam as partes”. (BOGDAN E BIKLEN, 1994, p. 50). Assim, a pesquisa qualitativa permite uma abertura inicial maior do âmbito de interesse que, ao longo da pesquisa, vai se tornando mais específica.

A quinta e última característica apresentada pelos autores trata-se da importância das percepções, dos entendimentos e dos significados atribuídos pelos pesquisados. Essa importância deve-se ao fato de que a pesquisa qualitativa possibilita apreender a dinâmica interna dos ambientes de estudo. Além disso, os investigadores qualitativos preocupam-se com a apresentação fiel do modo como os pesquisados interpretam o mundo.

Os autores destacam ainda que, nesses estudos, o foco pode centrar-se em um local específico ou em aspectos particulares do mesmo. Em geral, a coleta de dados envolve observação participante de grupos, locais e atividades, podendo ser acompanhada de entrevista em profundidade.

Dentre as limitações desse tipo de abordagem, os autores destacam as consequências decorrentes da necessidade de delimitação da matéria de estudo. Isso, porque mesmo que o pesquisador tente considerar a relação entre a parte a ser estudada e o todo, essa separação pode levar a algum grau de distorção.

Para colher dados que nos permitissem compreender como os atores sindicais (dirigentes e base) percebem e organizam suas práticas informacionais, escolhemos utilizar os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa documental, observação direta de eventos promovidos pela Subsede e entrevistas em profundidade com os quadros dirigentes.

A pesquisa documental nos permitiu entender a trajetória de luta da classe e seu impacto sobre a construção da cidadania dos trabalhadores da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte.

A observação de eventos do Sindicato possibilitou recolher dados sobre como a categoria, como um todo, interage em espaços contextualizados e como essa interação possibilita aos mesmos desenvolverem suas práticas informacionais para a cidadania.

A opção por entrevistar os dirigentes da Subsede deveu-se ao nosso interesse em compreender suas práticas informacionais, suas interações com a categoria, bem como, com atores ligados a outros movimentos sociais. Ou seja, ao entrevistar esses dirigentes pudemos obter dados úteis para entender como os mesmos percebem e organizam suas práticas informacionais. A escolha da entrevista como um dos instrumentos de coleta de informações deveu-se à maior flexibilidade desse instrumento em relação ao questionário. Flexibilidade essa que nos permitiu interagir, de forma mais direta, com os entrevistados, o que também possibilitou esclarecer dúvidas durante o estudo de campo e aprofundar temas inesperados, que iam surgindo em suas falas, de forma a proporcionar a realização das adequações necessárias, conforme as circunstâncias que ocorreram na relação entre entrevistado e entrevistador.

Também foi possível obter, pelas entrevistas, uma idéia de quais são os ideais, valores e crenças em que os atores baseiam a construção de suas próprias histórias. Esses aspectos transpareceram nas falas dos próprios atores e nos comunicaram os valores que lhes são implícitos. Como afirmam Bogdan e Biklen (1994, p. 134), diferentemente dos questionários padronizados, que limitam os pesquisados à opções previamente definidas, a entrevista, que pode variar quanto ao grau de estruturação prévia, possibilita “recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma idéia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo”. Permite, portanto, que o pesquisador apreenda o modo de pensar dos sujeitos, ou seja, como os atores elaboram o tópico em questão, à medida que os entrevistados vão relatando suas opiniões, usando suas próprias palavras e não de acordo com formulários pré-estabelecidos baseados, muitas vezes, em idéias pré-concebidas do pesquisador.

O uso da técnica de observação para coleta dos dados, em conjunto com a técnica de entrevista, deveu-se ao nosso interesse em presenciar interações entre os pesquisados. Esse interesse decorreu do próprio pressuposto que deu base à pesquisa, ou seja, que as práticas informacionais contextualizadas nos espaços de interação, podem contribuir para a construção da cidadania dos mesmos. Assim, nossa participação em diversos encontros, fóruns, seminários e outras instâncias em que os pesquisados estivessem interagindo, construindo conhecimentos e significados próprios foi um momento privilegiado para a coleta de dados e impressões que nos auxiliaram no alcance dos objetivos propostos.

Foram entrevistados dois diretores por departamento do Sind-UTE Subsede Rede Municipal de Belo Horizonte (com exceção do departamento de Organização e Cultura, no qual somente foi possível entrevistar uma das diretoras) resultando em um total de 14 entrevistas, incluindo pré-teste. Tivemos, ainda, a oportunidade de presenciar 12 encontros realizados pela Subsede, que nos proporcionaram a efetivação de observações e anotações de campo. Estas contribuíram muito para ilustrar e complementar as informações coletadas nas entrevistas, especialmente, no que se refere à troca de informações e à construção de conhecimentos dos atores sociais nos espaços de interação.

A fim de preservar a identidade dos diretores entrevistados, na apresentação dos dados, em especial, nas citações literais de suas falas, os nomes dos mesmos não foram citados. Assim, optamos por numerar as citações que compõem este capítulo de acordo com a ordem das entrevistas (Entrev. 01 a 13).

A inserção do pesquisador no campo de estudo empírico foi muito positiva, em especial, devido à forma como foi recebido pelos pesquisados, a despeito de não ter havido nenhum conhecimento pessoal anterior do pesquisador com os mesmos ou com pessoas ligadas aos mesmos. Percebeu-se o interesse de todos em contribuir efetivamente. A partir dessas experiências de interação no campo de pesquisa e da coleta de dados que construímos esse capítulo. As citações e os dados apresentados são resultantes, portanto, de anotações de campo, transcrições de entrevistas e da pesquisa documental.

Nesse sentido, cabe ressaltar algumas informações que nos dão uma idéia sobre o perfil dos entrevistados. A faixa etária é diversificada (29 a 52 anos), assim como o tempo de atuação dos mesmos como professores na Rede Municipal de Ensino (3 a 27 anos). No que se refere à formação acadêmica, observa-se a ocorrência das seguintes áreas: Ciências Biológicas, Comunicação Social, Geografia, História, Letras, Licenciatura em Português e Pedagogia. A maioria dos entrevistados exerce suas funções como professores do ensino

fundamental e alguns atuam, conjuntamente, no ensino médio e na educação de jovens e adultos.

Ao realizar a análise dos dados obtidos optamos por agrupá-los em quatro temas principais, sendo que dois desses temas abrangem subtemas criados a partir de categorias e subcategorias de análise. A organização dos dados coletados nas entrevistas e na observação de eventos da Subsede foi feita a partir da ocorrência de regularidades, padrões e tópicos repetidos nos dados que passam a compor categorias de codificação. De acordo com Bogdan e Biklen (1994, p. 221) “as categorias constituem um meio de classificar os dados descritivos que recolheu(...), de forma a que o material contido num determinado tópico possa ser fisicamente apartado dos outros dados”.

Essa classificação é realizada tendo como referência os objetivos e as teorias que pautaram a coleta dos dados. Ou seja, as categorias e subcategorias decorrem de determinadas questões e preocupações de pesquisa e das abordagens teóricas em que o estudo se baseia.

Ainda segundo Bogdan e Biklen (1994) algumas possibilidades de categorização que podem ser utilizadas para agrupamento dos dados são as formas como os sujeitos pesquisados definem os tópicos abordados ou como entendem suas próprias ações. Nesta pesquisa a categoria “A cidadania dos trabalhadores da Rede Municipal de Belo Horizonte” e a subcategoria “O papel da Subsede Rede Municipal de Belo Horizonte para a cidadania dos trabalhadores” são exemplos desse tipo de categorização, pois pretendem reunir e analisar os dados referentes à percepção dos pesquisados sobre sua cidadania e o papel do movimento sindical para a construção da mesma.

Outra forma de codificação dos dados coletados apresentada por Bogdan e Biklen (1994) refere-se às diferenças existentes entre as perspectivas dos pesquisados, suas convicções e crenças relacionadas ao tema de estudo. Um exemplo desse tipo de categorização nesta pesquisa é a categoria “Percepções dos sujeitos sobre a construção da suas próprias histórias” que analisa como os atores entendem o processo de construção de sua cidadania. Outras possibilidades de classificação são códigos de estratégias, de processos ou de atividades. São categorias que permitem a análise de dados relacionados a técnicas, método utilizados pelos pesquisados para alcance de objetivos como exemplo citamos a categoria ‘Estratégias para a construção da cidadania’.

Os subtítulos de 6.1 a 6.4 deste capítulo relacionam-se às categorias e subcategorias criadas para proceder a análise dos dados obtidos conforme descrito no quadro a seguir.

QUADRO 1 – Categorias e subcategorias de análise

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
A cidadania dos trabalhadores da Rede Municipal de Belo Horizonte (6.1)	O papel da Subsede Rede Municipal de Belo Horizonte para a cidadania dos trabalhadores (6.1.1) Estratégias para construção da cidadania (6.1.2)
Percepções dos sujeitos sobre a construção da - suas próprias histórias (6.2)	
Necessidades de informação e estratégias de busca (6.3)	Percepções dos sujeitos sobre suas necessidades de informação (6.3.1) Fontes de informação a que os atores recorrem (6.3.2) Percepções dos atores sobre os espaços de interação e construção de conhecimentos (6.3.3) As redes de contatos a que os sujeitos recorrem (6.3.4)
Fatores dificultadores do acesso à informação - (6.4)	

6.1 A cidadania dos trabalhadores da Rede Municipal de Belo Horizonte

A história de organização dos trabalhadores em educação da Rede Municipal de Belo Horizonte passa pela criação da subsede e pela conscientização dos mesmos da necessidade de lutar por seus direitos.

Para entender como esse processo ocorre, dividimos esse item em três subcategorias de análise. A primeira refere-se à forma de organização da Subsede, suas atribuições, principais conquistas, tendo como suporte informações colhidas em documentos pesquisados e nas entrevistas. A segunda subcategoria refere-se às percepções dos entrevistados sobre as estratégias de construção da cidadania dos trabalhadores em educação. A última subcategoria de análise abrange a percepção dos mesmos no que concerne à contribuição das práticas informacionais para conscientizar os trabalhadores para a luta.

6.1.1 O papel da Subsede Rede Municipal de Belo Horizonte para a cidadania dos trabalhadores

Como produto da pesquisa documental e com base nas entrevistas e na observação, explicitamos a seguir o processo de construção da Subsede Rede Municipal de Belo Horizonte.

Criada a partir da realização do IV Congresso dos Trabalhadores em Educação da Rede Municipal de Belo Horizonte realizado nos dias 25 a 27 de outubro de 1995. No evento, deliberou-se transformar o departamento do Sind-UTE Estadual que tratava das questões relacionadas aos servidores municipais de Belo Horizonte na Subsede Rede Municipal de

Belo Horizonte. Desde então, a Subsede passou a ter sede, fórum e base de atuação no município de Belo Horizonte, sendo, atualmente, a única subsede do Sind-UTE/MG que representa exclusivamente trabalhadores municipais.

A Subsede tem como fim organizar, representar e defender os interesses dos trabalhadores em educação da Rede Municipal de Belo Horizonte. Assim, abrange diversos segmentos de trabalhadores envolvidos com o ensino na Rede Municipal de Belo Horizonte, desde professores, bibliotecários, auxiliares de biblioteca e administrativos. Seu âmbito de atuação abrange questões sociais, sindicais e pedagógicas, como condições de trabalho e salário, qualidade e universalização do ensino. Sua diretoria é composta por 24 diretores e 6 suplentes, eleitos pelos filiados, tanto os trabalhadores que são servidores ativos na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte, quanto os que já são servidores inativos.

A Subsede é composta por sete departamentos. A seguir, detalhamos suas funções estabelecidas pelo regimento interno e as metas destacadas pelos entrevistados de cada departamento, complementando, ainda, com fatos observados pelo pesquisador:

- ✓ *Administrativo, Financeiro e Econômico:* responsável por todas as questões administrativas e contábeis como organização do arquivo e do patrimônio da Subsede, elaboração de relatórios periódicos, depósitos e pagamentos. Os diretores entrevistados destacaram a importância de investir na participação em congressos e encontros em âmbito nacional. (Entrev. 04). Foi possível presenciar o empenho da diretoria em promover a divulgação de encontros e congressos, em especial, de dois encontros sindicais em Brasília sobre a Reforma da Previdência e do Congresso Nacional de Educação.
- ✓ *Comunicação e Imprensa:* responsável por toda a divulgação da Subsede, das atividades políticas, pedagógicas e sindicais bem como pela elaboração e implementação de projetos de comunicação e cultura da Subsede. Os diretores entrevistados destacaram, como principal meta para essa gestão, profissionalizar o departamento e melhorar a comunicação com a categoria. (Entrev. 09).
- ✓ *Formação/ Pedagógico Sindical:* responsável por coordenar as atividades de formação da Subsede com vistas na melhoria do ensino público. As principais metas destacadas pelos diretores entrevistados foram a retomada dos cursos de formação no local de trabalho, bem como a realização de seminários e debates com a comunidade escolar sobre temas relacionados à conjuntura e ao cotidiano dos professores, pais, alunos e

demais trabalhadores da educação. Os temas listados a seguir foram divulgados durante uma reunião de representantes eleitos nas escolas para participar das reuniões do Sindicato e levar as demandas de cada turno de trabalho (manhã, tarde e noite). São eles: a Reforma Sindical e Trabalhista, a Área de Livre Comércio das Américas, A Organização Mundial do Comércio e o Acordo Multilateral Internacional: um novo controle sobre a humanidade, Neoliberalismo e Sindicalismo, Movimento Estudantil e Grêmios Escolares, Saúde e Atividade Física, Ditadura Militar, Globalização, Racismo, Identidade, Educação Inclusiva: discutindo o parecer do Conselho Municipal de Educação, a Globalização e o Cotidiano das Mulheres, A Marcha Mundial de Mulheres e a Campanha pelo Aumento do Salário Mínimo, Conversando sobre as Diferenças: uma reflexão sobre a temática da inclusão, Conversando sobre Gênero, Conhecendo a Síndrome de Burnout. De acordo com os entrevistados, as escolas podem requisitar à Subsede a realização de encontros para debater esses e outros temas, conforme o interesse dos professores, dos alunos e da comunidade. (Entrev. 08).

- ✓ *Jurídico*: responsável pela elaboração de informes para a categoria sobre a legislação e direitos, pela coordenação, acompanhamento e avaliação da assessoria jurídica aos associados e dos trâmites judiciais. Os diretores entrevistados destacaram como meta para esse departamento, lutar pela regularização e garantia em lei de conquistas que os trabalhadores já usufruem na prática. Também destacaram as negociações para pagamento automático do adicional noturno, com base no fato de que o Subsede tem ganho todas as ações judiciais movidas contra a Prefeitura sobre essa questão. (Entrev. 11). Durante os encontros, em especial nas assembléias, observou-se uma cobrança específica da categoria por uma atuação desse departamento no sentido de mover ações coletivas na justiça para garantir o exercício dos direitos dos trabalhadores.
- ✓ *Organização e Cultura*: responsável por coordenar a organização interna e demais atividades da Subsede e de seus departamentos e por organizar e atualizar os dados dos filiados. Um dos destaques que os diretores levantaram foi a realização de um Seminário de Capacitação da Diretoria, no início deste ano, que informou os diretores sobre as pendências e sobre a organização da Subsede, bem como sobre a conjuntura política e econômica. (Entrev. 01).
- ✓ *Políticas Sociais*: responsável por promover a interação da Subsede com o movimento sindical e com o movimento popular organizado, bem como por promover políticas sociais e atividades que integrem a categoria. Os diretores destacaram a retomada das atividades do Coletivo Anti Rascismo, como também a criação de um Fórum

Permanente de Discussão com a Comunidade Escolar, sendo que nós tivemos oportunidade de presenciar encontros desses dois eventos e de observar o interesse de trabalhadores da base em discutir essas questões e propor estratégias de ação nesse sentido. (Entrev. 10 e 13).

- ✓ *Saúde do Trabalhador*: responsável por promover melhor interação e por reivindicar providências, junto aos órgãos responsáveis pela saúde do trabalhador no município, bem como por promover a formulação de diagnósticos e projetos que busquem melhorias nas condições de saúde e segurança do trabalhador. Os diretores entrevistados destacaram o estabelecimento de parceria com a UFMG para realizar um diagnóstico sobre as condições de saúde dos trabalhadores da Rede Municipal, assim como de uma parceria com o órgão de previdência dos servidores municipais, a BEPREM, para implantação de um projeto de saúde preventiva e a realização de seminários temáticos para a categoria. (Entrev. 06 e 07).

Durante a sua existência, a Subsede organizou três congressos, diversos seminários temáticos, conferências, debates, fóruns, greves e campanhas salariais anuais desde sua criação em 1995. Destacam-se, ainda, a realização de um seminário sobre plano de carreira, uma das principais reivindicações da categoria.

A demanda pela efetivação do plano de carreira continuou durante a campanha de 1996, aliada à questão do fornecimento de vale-transporte e vale-refeição. A primeira greve desde a criação da Subsede foi realizada de 09 de fevereiro a 22 de março desse ano, conquistando um reajuste de 18,22% sobre o vencimento básico da categoria. A criação do plano de carreira dos servidores em educação, em dezembro desse mesmo ano, foi uma importante conquista dos trabalhadores da Rede Municipal e a mais citada pelos diretores, durante a realização das entrevistas, como uma das conquistas que mais se destaca em razão da grande mobilização da categoria para discutir e reivindicar sua efetivação. Ressaltam-se, ainda, como realizações desse ano, a 2ª Conferência de Saúde do Trabalhador e um fórum sobre a estrutura e organização da Rede Municipal de Belo Horizonte.

Em 1997, a campanha salarial defendeu o enquadramento automático, após o estágio probatório (tempo em que o servidor público aprovado em concurso ainda não é considerado estável), a progressão por especialização, mestrado e doutorado, a criação do Fundo de Valorização do Magistério e do Conselho Popular Municipal de Educação, com a representação dos trabalhadores. Destaca-se que atualmente o plano de carreira garante a

progressão por escolaridade, além da existência do Conselho Municipal de Educação, tendo diversos diretores entrevistados destacado a participação de representantes dos trabalhadores no mesmo.

Em 1998, os trabalhadores reivindicaram a normalização do pagamento e o fim dos parcelamentos e atrasos, bem como o pagamento de férias regulares, de férias prêmio, do 13º salário e dos quinquênios, liberação de licença médica, assistência à saúde e farmacêutica, além dos direitos garantidos no plano de carreira como abono, progressões e reajustes. Foi realizado nesse ano um Seminário sobre Avaliação de Desempenho.

Em 1999 ocorreu a segunda greve desde a organização da Subsede, de 31 de abril a 08 de junho em defesa da negociação das ações judiciais, do cálculo correto do pagamento de trabalhadores não concursados que tem a contratação regida pelo regime celetista, de melhorias das condições de trabalho dos terceirizados e da criação de um programa de prevenção de doenças profissionais. Os trabalhadores reivindicaram, também, a liberação das atividades escolares dos diretores eleitos para mandato sindical afim de que possam dedicar tempo às atividades do movimento, demanda que só foi atendida no último ano da gestão dos mesmos. Realizou-se ainda nesse ano uma Conferência sobre o Ensino Noturno bem como o 1º e o 2º Seminário sobre a Reestruturação da Previdência dos Servidores Municipais.

Em 2000, ocorreu a terceira greve, de 24 de março a 25 de abril de 2000, tendo como resultado um reajuste de 4%. A campanha defendeu novamente a normalização dos pagamentos atrasados, o pagamento retroativo de abonos, férias prêmio e quinquênios. Também o acerto no último dia do mês de junho, referente ao 13º salário e às férias. Outras demandas foram a manutenção das garantias do cargo efetivo para servidores em readaptação funcional, a contagem de licença prêmio em dobro para a aposentadoria e o pagamento integral aos pensionistas.

Em 2001, ocorreu outra greve da categoria do dia primeiro de agosto a 28 de setembro, resultando na incorporação do abono de 10%. Foi apresentada uma pauta de reivindicação específica dos trabalhadores em bibliotecas que reivindicavam a equiparação da carga horária e anual a dos professores, a composição dos quadros das bibliotecas por funcionários concursados e abertura imediata de concurso público para bibliotecários e auxiliares, a concessão de licença para estudo e de férias coletivas em janeiro, o fornecimento de vale-transporte, isonomia de vencimentos com os demais bibliotecários da prefeitura e a promoção de cursos de formação. Além de questões relativas à infra-estrutura

como informatização das bibliotecas. Foram realizados dois seminários: o Seminário do Auxiliar de Biblioteca e do Bibliotecário e o Seminário Pedagógico Deliberativo.

Em 2002, a campanha teve pautas específicas para os professores e para os auxiliares de escola. A pauta dos professores levantou o tema da qualidade e valorização dos serviços públicos em defesa da proposta de alteração do plano de carreira, do investimento na educação em geral, na educação infantil e na educação de jovens e adultos. O segundo tema da campanha foi a organização da previdência municipal e participação dos trabalhadores nos fóruns de gestão da mesma. O terceiro tema foi referente às reposições salariais, a equiparação do piso salarial aos de outras categorias de nível superior da Prefeitura. O último tema versou sobre a saúde do trabalhador em defesa da implantação de centros médicos regionalizados e garantia de boas condições de trabalho. As principais questões específicas reivindicadas pelos auxiliares de escola foram a progressão por escolaridade, conforme o plano de carreira, a valorização do servidor, garantia de cursos de formação, capacitação para o trabalho com alunos com deficiências, fim da terceirização e realização de concursos públicos, calendário igual dos professores, vale-refeição para os auxiliares com extensão de jornada, direito à liberação para participação nas reuniões do Sindicato e nas reuniões pedagógicas. Nesse ano, foi realizado ainda um Debate sobre a Escola Pública Municipal.

Ainda nesse ano, a Subsede enviou um relatório ao Ministério Público sobre os principais problemas da Rede Municipal. Esse relatório sintetizou dados de uma pesquisa em que foram enviados questionários a todas as escolas da Rede. As principais questões apontadas foram referentes à falta de manutenção da infra-estrutura, à inadequação ou falta de espaço para bibliotecas, prática de esportes, à superlotação de salas de aula, além de problemas decorrentes da falta de segurança como depredação, violência (ameaças física e verbal a alunos e professores) e tráfico de drogas no entorno da escola. Também foram levantados problemas administrativos como o atraso no repasse de verbas da caixa escolar, falta de pagamento de contas de telefones, realização de obras em períodos de aula causando perturbação, merenda de baixa qualidade e inadequada para faixa etária dos alunos, falta de assistência pedagógica e de profissionais especializados (psicólogo, fonoaudiólogo e outros) para atendimento aos alunos, inadequação e falta de equipamentos, materiais e mobiliário, além de inviabilização dos projetos pedagógicos por falta de verbas, condições de trabalho inadequadas como sobrecarga e exploração de terceirizados.

Como em 2002, a campanha de 2003 contemplou temas como as questões relacionadas a qualidade e valorização dos serviços públicos, a previdência, o salário, a saúde do

trabalhador, mantendo as reivindicações anteriores com diferenças em relação à reposição das perdas sobre o salário de abril de 2002, a ampliação do valor do vale-refeição e alteração da data de entrega dos mesmos e do vale-transporte para o último dia do mês.

A campanha de 2004 também contempla os temas da qualidade e valorização do serviço público, previdência, salário, saúde do trabalhador; assim como reivindicações anteriores de diferenças em relação à reposição salarial referente às perdas de maio de 2002, além dos acordos previstos em 2003 e da proteção das perdas decorrentes da inflação com reajustes trimestrais.

Além disso, os trabalhadores reivindicam, para este ano, o estabelecimento de uma política de prevenção e tratamento das principais doenças que atingem a categoria, o aumento do valor do vale-refeição e a extensão de sua garantia a todos os trabalhadores em educação, bem como o pagamento do vale-transporte referente ao horário de almoço. Essa campanha aborda, ainda, um novo tema que é a questão da autonomia das escolas para definição de seus projetos e de seu funcionamento. Reivindica uma política para o ensino noturno que garanta: o atendimento à demanda existente de cursos de formação, a realização de uma campanha de combate ao racismo e à violência nas escolas, a inclusão e permanência dos alunos na escola e a liberação de todos os diretores da Subsele eleitos pelos trabalhadores. Neste ano, já no início deste semestre, foram realizados diversos eventos são eles: o Seminário Nova Diretoria Subsele Sind-UTE RMBH, o Debate sobre a Reforma Sindical e Trabalhista, o Seminário sobre a Inclusão da História e Cultura Afro-brasileira no Currículo Escolar e o Seminário Deliberativo sobre Ensino Regular Noturno e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Finalizando os entrevistados ressaltaram algumas das conquistas resultantes das campanhas realizadas e da organização da categoria citadas pelos diretores entrevistados. Uma conquista considerada pelos mesmos como surpreendente foi a progressão por habilitação, especialização, mestrado e doutorado. Também foi importante a criação do horário de projeto dentro do horário de trabalho, o estabelecimento de um dia por semana para formação das pessoas que trabalham com a Educação de Jovens e Adultos, a autonomia das escolas para estabelecimento de currículo, calendário, projetos pedagógicos, aplicação de recursos e a escolha por eleição da diretoria nas escolas.

Destacaram, ainda, que, independente da realização de greve, todos os anos foram realizadas campanhas salariais e educacionais que também resultaram em reajustes de 16,5% em 1995 e de 12% em 2003. As pautas de reivindicações no período contemplaram

diversas questões, sendo algumas comuns à maioria das pautas que se constituem em demandas constantes, e muitas vezes não atendidas, dos trabalhadores da Rede Municipal.

A primeira trata-se da reivindicação dos trabalhadores pela não reposição dos dias parados e pela anistia de faltas no período de greve, demanda que não foi contemplada em nenhuma das campanhas. A segunda demanda dos trabalhadores, que persiste por diversas campanhas, refere-se à luta pela realização de concurso público que tem garantido sua periodicidade ao longo dos anos, pela convocação dos aprovados e pelo fim da terceirização, sendo que esse último problema ainda persiste, a despeito da realização periódica de concursos na área e que tem se agravado em decorrência das sucessivas reformas administrativas de cunho neoliberal. Isso porque essas reformas priorizam a terceirização e a flexibilização dos direitos dos trabalhadores. Outras reivindicações são o pagamento dos reajustes previstos em lei e acordos com a categoria, a fixação da data de pagamento no último dia de cada mês e a garantia de autonomia às escolas para decidir sobre a continuidade de programas como o projeto de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e adequação curricular para o Ensino Noturno. A realização de concursos e o pagamento de reajustes são reivindicações muitas vezes contempladas, justamente por fazerem partes de sucessivas pautas das campanhas realizadas pela categoria.

Além disso, ressaltaram a importância da mobilização dos trabalhadores para conseguir que a Prefeitura mudasse a forma como estava sendo realizada a avaliação de desempenho dos trabalhadores da Rede Municipal, que passou a considerar os problemas na Rede Municipal e a falta de investimentos em políticas de formação continuada de pessoal.

QUADRO 2 – Principais Resultados das Campanhas Salariais da Subsede

CAMPANHAS	RESULTADOS
1995	Reajuste de 16,5% sobre vencimento básico.
1996	Reajuste de 18,22% sobre vencimento básico. Garantia de vale-transporte e vale-refeição Criação do plano de carreira dos servidores em educação. Dez./1996
1997	Garantia de progressão na carreira por escolaridade
1998	Criação do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte Lei nº 7543 de 30/07/1998
1999	Liberação dos diretores eleitos para assumirem as atividades sindicais
2000	Reajuste de 4% sobre vencimento básico.
2001	Incorporação do abono de 10%
2003	Reajuste de 12% sobre vencimento básico

6.1.2 Estratégias para a construção da cidadania

Em relação à organização da Subsele, destaca-se o caráter democrático da forma como são tomadas as decisões referentes à categoria, bem como uma preocupação constante da diretoria de realizar ações que retratem o mais fielmente possível as demandas da categoria:

Nós acompanhamos as demandas da categoria via assembleias, discussões na própria escola, no local de trabalho, nas visitas que a gente faz as escolas, nas reuniões de representantes. Nessa atenção que a gente tem, que é uma preocupação dessa diretoria, de estar ouvindo a categoria e dar um retorno à fala e ao desejo que eles vem demonstrando pra gente. (Entrev. 05).

Durante o tempo de observação, pôde-se constatar a importância que a diretoria atribui à interação com a base por meio das assembleias, reuniões de representantes e outros encontros realizados com o fim de discutir questões de interesse da mesma. Além disso, percebeu-se claramente que não existe diferenciação entre sindicalizados e não sindicalizados na participação das assembleias e demais instâncias da categoria. Qualquer trabalhador da Rede Municipal pode defender sua posição e votar nas questões referentes à categoria. Também podem participar das instâncias outros trabalhadores, pessoas da comunidade, pais e alunos, excluindo o direito de voto, que é exclusivo dos trabalhadores da Rede Municipal. Essa característica democrática da organização das instâncias é destacada por um dos diretores entrevistados:

Aqui não há diferença entre sindicalizado ou não para informação, para assembleia. Então, não se faz assembleia aqui, por exemplo, como a assembleia que o Sind-UTE Estadual faz agora, com apresentação de contra-cheque e carteira de identidade, absolutamente. Aqui, a assembleia é aberta a todos os trabalhadores em educação, pais e alunos. Só que quem vota é o trabalhador em educação nas questões só para ele. É claro que quando vai algum pai e algum aluno, como os seminários que discutiram sobre a escola plural ou sobre greves, vem pais e alunos, eles não podem votar, mas tem direito à fala. É uma questão democrática, é aberto. Caso acontece uma votação mais séria, como aconteceu ano passado, a gente faz a votação pedindo que pais e alunos não votem, mas é aberto. (Entrev. 01).

Aqui percebe-se que a estrutura piramidal de poder informacional, que predomina no caso das empresas pesquisadas por Lojkin (1995), não se reproduz na relação entre dirigentes

e base, uma vez que há um esforço para inclusão de todos no processo, garantindo a todos mesmo pais e alunos a oportunidade de intervir nos processos de produção e disseminação dos conhecimentos essenciais à luta pela cidadania. Assim, constata-se que a concepção elitista de concentração informacional não tem prevalecido sobre o objetivo de construção da cidadania.

Na percepção dos entrevistados, transparece uma visão de que o exercício da cidadania dos trabalhadores parte de uma real inserção da Subsede junto à categoria, de forma que as ações realizadas estejam de acordo com as necessidades desses trabalhadores. Para tanto, a Subsede investe em uma estrutura descentralizada com vistas em ampliar a participação da base nas decisões e nas atividades:

Na nossa administração, a gente tem como princípio fazer uma política que seja demandada pela base. Então, nós temos os fóruns pra isso. Os diretores, nós somos responsáveis por acompanhar as escolas, temos as assembléias que são deliberativas. Então, de acordo com o que for deliberado pelos fóruns, a gente encaminha no sentido de negociação com a Prefeitura, a gente procura nos informar para passar informação para a categoria sobre a perda dos direitos, tentar mobilizar e organizar para que a gente consiga dar respostas pra isso. (Entrev. 13).

Nos encontros observados, fica clara essa ênfase na interação com a base como forma de promover o efetivo exercício da cidadania dos trabalhadores. Assim, os entrevistados vêem o sindicato como um local onde os trabalhadores podem participar e buscar soluções para os problemas que enfrentam, considerando que é um espaço democrático de construção de significados e conhecimentos que os capacite para lutar pelo exercício de seus direitos:

Penso que visto que o sindicato é um espaço para todos, onde as informações podem ser buscadas, problemas surgem e aí é uma prática desse sindicato para ouvir a categoria para que ela coloque seu problemas, para que ela fale a respeito de suas demandas e o sindicato ouvindo e tentando solucionar junto com a categoria contribui para promover o exercício dos direitos dos trabalhadores. (Entrev. 03).

Além disso, os diretores destacaram, como estratégias para promoção dos direitos dos trabalhadores, a representação dos mesmos em diversos eventos e fóruns de discussão, a negociação e o confronto frente ao patrão, no caso a Prefeitura. Para tanto, buscam mobilizar a categoria para realização de greves e paralisações, além de organizar ações conjuntas com outras entidades. Esse constante incentivo aos trabalhadores para a luta foi um fato observado nos mais diversos encontros, sendo que se enfatizou a proposição de

novas estratégias de ação. Isso porque, os entrevistados entendem que precisam adaptar sua luta às transformações da sociedade e acompanhar as mudanças tecnológicas, de forma a utilizar as tecnologias disponíveis para conquistar novos direitos.

Outra iniciativa positiva é a busca constante de envolver as comunidades escolares e a sociedade como um todo nos movimentos da categoria. Quando tais ações não alcançam os objetivos, ainda pode-se recorrer às ações judiciais e às denúncias ao Ministério Público. Em alguns casos, pode-se solicitar à Câmara dos Vereadores a realização de audiências públicas a fim de solucionar questões de interesse público na área de educação.

Destacam-se, ainda, as discussões promovidas junto à categoria. Nesse sentido, os eventos que participamos, a maioria tinha como foco o debate. Esses encontros possibilitam a construção de conhecimentos, de significados e de sentidos próprios, a elaboração coletiva de propostas e linhas de ação de forma a possibilitar que os atores tenham papel ativo na construção de suas próprias histórias. Também, nesses espaços, os atores podem expressar opiniões, resolver suas disputas e elaborar seus conflitos. Assim, o exercício da cidadania pelos trabalhadores ocorre nos momentos de discussão e elaboração de diversas questões, o que transparece na visão do entrevistado, transcrita a seguir:

Eu acho que sempre que a categoria se mobiliza por questões pedagógicas, por questões salariais, por questões de valorização do trabalho, em todos esses momentos a gente consegue fazer isso, às vezes de uma maneira mais visível, mais aparente numa conquista muito visível não só para a categoria mas também para a cidade fica muito evidente, mas eu não acho que seja só isso. Sempre que você consegue discutir com a categoria, trocar idéias, debater, ouvir as posições diferentes isso é certamente um momento privilegiado da gente poder fazer isso. (Entrev. 03).

Durante os debates observados, destacou-se o grande número de participantes, além da organização em oficinas, o que possibilitou uma maior participação de cada pessoa na exposição de suas idéias e na troca de experiências com os demais, em especial, de suas formas de lidarem com os problemas que enfrentam no dia-a-dia.

Os entrevistados destacaram, ainda, como um ponto positivo da organização da Subsede, uma atuação constante junto à categoria e uma inserção efetiva dos dirigentes sindicais no local de trabalho. Ressaltaram também a promoção de espaços acessíveis aos trabalhadores para busca de informações essenciais ao exercício da cidadania, por meio da disponibilização de atendimento aos trabalhadores com plantões diários de diretores e

atendimento jurídico com plantões de advogados. O trecho de entrevista transcrito abaixo relata algumas dessas estratégias:

A gente busca promover o exercício dos direitos dos trabalhadores através de negociação direta com a prefeitura e se a prefeitura não atende, a gente tem que ir pro embate via greve ou paralisações, até mesmo ações judiciais, denúncias ao Ministério Público e até mesmo fazendo o trabalho de corpo a corpo na Câmara com vereadores, chamar o prefeito, chamar o secretário para tentar cavar uma audiência pública onde que eles têm que explicar o que que está acontecendo. Além disso, tem os boletins que enviamos praticamente toda semana para as escolas e a gente sempre tem uma pessoa da diretoria de plantão aqui no sindicato para dar informações. Algumas informações as funcionárias podem dar quando as pessoas vêm ou ligam. Algumas questões a gente trata em conjunto com outras entidades, tem um fórum de entidades. Por exemplo não só na pauta da campanha salarial geral o que a gente consegue fazer de pauta unificada com as mesmas condições de trabalho a gente faz isso com outras entidades. (Entrev. 06).

Durante nossa participação nos encontros e debates, pôde-se perceber uma crença em que só se muda o rumo da história dos trabalhadores pela luta, e que os direitos conquistados não são para serem discutidos mas sim construídos. Existem, no momento, algumas questões referentes ao exercício da cidadania pelos trabalhadores. Exercício que ocorre no processo de luta pelas causas dos trabalhadores como as que se destacaram nos debates que observamos, muitas das quais transpareceram também em algumas falas dos diretores entrevistados. Ressaltam-se os problemas referentes à:

- ✓ garantia de uma educação pública de qualidade, que não somente garanta a inclusão mas também a permanência dos alunos nas escolas.
- ✓ luta por melhores condições de trabalho, pela redução dos alunos por turmas, pela formação continuada dos trabalhadores em educação no horário e local de serviço e pela promoção de espaços de debates e organização da comunidade escolar;
- ✓ garantia de vagas para Educação de Jovens e Adultos, de forma a atender a crescente demanda junto às escolas, uma vez que esse é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 independente da idade;
- ✓ combate às desigualdades sociais, à escola como reprodutora dessas desigualdades e do autoritarismo na pessoa do professor, à violência, ao racismo e à discriminação nas escolas;

- ✓ luta contra o pagamento da dívida externa, contra as políticas de arrocho salarial e de terceirização de serviços, contra o aumento do desemprego e da miséria e o impacto disso nas escolas, contra o acomodamento do governo de Luís Inácio Lula da Silva às políticas neoliberais, políticas que limitam os direitos dos cidadãos, especialmente a Reforma Sindical e Trabalhista que restringe a autonomia sindical e flexibiliza os direitos dos trabalhadores.

Pela observação dos momentos de interação nota-se que os trabalhadores da educação percebem que precisam lutar pela conquista de direitos, seja pela efetivação dos direitos previstos na lei que não são garantidos na prática como a educação universal, gratuita e de qualidade, como a luta pela valorização do trabalhador e por salários justos. No entanto, os trabalhadores percebem que também precisam lutar pela manutenção de direitos ameaçados pelas políticas neoliberais e suas reformas como a Reforma Sindical e Trabalhista proposta pelo atual governo, que pretende flexibilizar os contratos de trabalho e os direitos trabalhistas, como férias e fundo de garantia. Além disso, os trabalhadores ainda ressaltam a necessidade de lutar pela recuperação de direitos que já foram retirados pela implantação de políticas neoliberais como, por exemplo, as perdas dos servidores públicos referentes à questão da aposentadoria, decorrentes da aprovação da Reforma da Previdência.

Pôde-se observar, também, que o Sindicato considera importante promover debates com a categoria e com outras entidades sindicais. Assim, presenciamos encontros de discussão sobre as reformas consideradas de cunho neoliberais, colocadas como meta de governo pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva. Esse tipo de evento é o que nós consideramos como os espaços em que a informação pode contribuir para a construção da cidadania dos trabalhadores em educação, já que a estratégia da direção do Sindicato é conscientizar e informar os trabalhadores sobre as políticas que ameaçam seus direitos como cidadãos a fim de que se mobilizem para lutar pela manutenção dos mesmos. A percepção dos trabalhadores é de que as funções do sindicato ultrapassa a questão salarial e os direitos trabalhistas. Assim, para eles, a Subsede deve buscar outras possibilidades de organização dos trabalhadores bem como inserir os trabalhadores em debates mais amplos sobre a construção de sua cidadania. Para tanto, mostra-se necessário que esses trabalhadores sejam conscientizados de seu papel na luta por uma sociedade mais justa e participativa.

Para o alcance da conscientização dos trabalhadores é preciso mudar essa tendência individualista de buscar soluções isoladas para seus problemas. As estratégias utilizadas para atingir esse objetivo são a promoção de debates com os trabalhadores, a troca

informações e experiências com o intento de incentivar os mesmos a identificar-se com a classe. O trecho transcrito abaixo ilustra essa percepção demonstrada pelos entrevistados:

Esse é um trabalho que é muito a longo prazo. A gente vai conquistando as pessoas é no dia-a-dia, mostrando trabalho, mostrando a importância da ação coletiva, do Sindicato, tentando quebrar aquilo que o modelo político, econômico e social que está vigente no país que leva as pessoas a buscarem saídas individuais para uma crise que é geral na sociedade, principalmente para a classe trabalhadora que é o que nós chamamos de projeto neoliberal. Então nós achamos que a ação do Sindicato é um pouco do que nós temos tentado trabalhar: ir às escolas, passar as informações para as pessoas, ter um contato mais pessoal mesmo do Sindicato em cada espaço, nas salas de aulas, nas escolas mesmo para poder levar as informações, discutir as informações que nós temos, buscar informes por parte da categoria, para a partir daí tentar ganhar a categoria para organizar-se numa ação coletiva na busca dessas soluções. Então nós acreditamos nisso, acreditamos na ação coletiva dessa categoria, só que nós pensamos para quebrar essa consciência que está colocada de vamos cada um resolver o seu problema, vendendo um coisa dentro da escola para poder melhorar o salário, algumas pessoas chegam até a sair da educação porque não agüentam mais. É uma ação onde todos estejam participando. Então quero frisar aqui a importância da construção de instâncias dentro do Sindicato realmente democráticas onde as pessoas possam falar, criticar, dar idéias e sugestões e elas são encaminhadas, são ouvidas, isso é fundamental. Então é um trabalho que a nossa gestão tenta fazer e já iniciamos esse trabalho e tem dado resultado à medida que as pessoas participam e a gente começa a ganhar pessoas. Alguns dizem: nunca imaginei que o sindicato pudesse ajudar nesse sentido, nisso ou naquilo e de repente ele vê que o sindicato ajuda. (Entrev. 02).

Podemos perceber a ênfase dada à promoção das interações entre direção e base no dia-a-dia das escolas, a importância de promover espaços de discussão e de convivência. Outra iniciativa nesse sentido que tivemos a oportunidade de observar nos eventos dos quais participamos, foi a prática de fornecimento de textos sobre temas demandados pela categoria. Em um Seminário sobre a Educação de Jovens e Adultos que contou com a participação expressiva de professores e alunos, muitos demonstram interesse em obter cópias dos textos fornecidos para debates nas escolas sobre as questões relacionadas aos problemas na área da educação e outras questões relativas ao exercício da cidadania. São exemplos dos temas discutidos, o problema da violência no entorno das escolas, da discriminação racial e a questão de gênero. Esses debates, em geral, incluem não somente professores e alunos como também pais e outras pessoas ligadas à comunidade escolar:

Esses materiais vão para as escolas e tem muita gente que faz esse trabalho de orientação ao uso desse material, ao uso do espaço para a gente ter esse momento de discussão feito, ter o retorno disso no aumento de pessoas mais conscientes dos seus direitos. (Entrev. 05).

Os entrevistados reconhecem a necessidade de mudar a imagem negativa que alguns trabalhadores têm do movimento sindical. Isso porque muitos pensam que o Sindicato só

serve para que pessoas construam um nome público que lhes possibilitem entrar na política. Durante nossa participação nos eventos do Sind-UTE, pôde-se perceber a decepção de diversos participantes com as ações do governo Lula, principalmente porque entendem que foi uma pessoa que construiu sua história como político a partir do movimento sindical. Com o fim de resgatar a imagem de um movimento sindical combativo, destaca-se a atuação persistente junto à base, em especial, a atuação no local de trabalho como vemos no relato transcrito abaixo:

Eu acho que o fato da gente não desistir, da gente perseverar em retornar às escolas, tentar ter o tempo todo uma política de ir às escolas, de estar próximo à base, que às vezes outras entidades que a gente tem contato não conseguem isso por questões particulares de cada categoria, mas a gente está sempre retornando, discutindo de novo, indo às escolas e essa oportunidade de estar no local de trabalho é um privilégio nosso, não é em todos os sindicatos que você pode fazer isso: estar no local de trabalho da sua base conversando abertamente com ela e nós temos essa condição. E para quebrar essa resistência é a nossa permanência, o nosso retorno sempre, sempre chamando para discussões todas as escolas estando no local de trabalho. (Entrev. 03).

A fim de resgatar a imagem do movimento, os entrevistados ressaltam a importância de uma atuação transparente da diretoria bem como de resgatar a história de mobilização do Sind-UTE e as conquistas obtidas pela organização dos trabalhadores, com o objetivo de convencer a categoria da importância da luta. As iniciativas nesse sentido envolvem informar os trabalhadores sobre a trajetória histórica da classe e promover debates sobre os novos rumos do movimento. Um exemplo é a proposta de realização de seminários para formação sindical. O público-alvo desses seminários são os novos trabalhadores da Rede Municipal que, na maioria das vezes, desconhecem a história de formação da consciência de luta dos trabalhadores em educação e as conquistas decorrentes disso. Informadas, essas pessoas podem tomar consciência de que são parte dessa categoria e dessa forma podem se identificar com as estratégias de luta da mesma.

Nós estamos pretendendo fazer um resgate da história de luta da Rede e das conquistas para que os trabalhadores que ingressaram recentemente possam entender qual a dinâmica dessa categoria. Porque o que está aí foi construído, não foi dado pela boa vontade da Prefeitura. Não foi sempre assim. Nós tivemos muitas conquistas como a eleição para diretor nas escolas, ganhos por especialização, o próprio plano de carreira da categoria, foram reivindicações que nós conquistamos pela mobilização e confrontação com a Prefeitura. Tem também pessoas que já lutaram tanto por algumas questões que não se concretizaram como a eleição de pessoas que nós pensávamos que eram de esquerda, como o Lula, e agora que tem o poder fazem o que estão fazendo aí. Isso desanima, muitos estão desiludidos com a luta. Então, a gente tem que resgatar fazendo um trabalho com a base para saber o que que está incomodando mais para conseguir identificar elementos que vão mobilizar e trazer as pessoas para a luta. E valorizar o trabalho na base e mostrar a importância de batalhar pelos direitos. (Entrev. 09).

Além disso, destacam-se outras ações no processo de convencimento e de discussão sobre a importância da luta, a fim de que as pessoas se sintam envolvidas no movimento e identifiquem-se com a atuação do Sindicato, percebendo-se como contempladas em alguma necessidade:

Uma outra atuação importante é através das visitas às escolas, onde a gente busca mesmo, através de um convencimento, de dialogar com as pessoas para estar esclarecendo algumas situações da atuação da direção, quais os caminhos que a gente está construindo enquanto política sindical para que se convençam e se sintam contemplados em algum aspecto da política sindical e possam se juntar a nós na construção da luta por melhorias nessa categoria. (Entrev. 07).

Outro tipo de atuação é envolver as pessoas em grupos de discussão com vistas na possibilidade dos mesmos estarem expressando seus pontos de vista e desenvolvendo suas práticas informacionais para a cidadania. Iniciativa que observamos ser muito freqüente junto à categoria e à comunidade escolar, já que a Subsede busca identificar temas e questões que estão influenciando o dia-a-dia dessas pessoas para possibilitar a inserção das mesmas em espaços de interação e construção de conhecimentos. Com essas ações, a diretoria visa possibilitar a interação entre os trabalhadores e a comunidade de pais e alunos, para que os mesmos se identifiquem com os problemas uns dos outros e vejam a importância da organização para conquista de direitos:

É tentar colocar as pessoas numa discussão mais ampliada, porque quando você individualiza demais a discussão, as pessoas têm o ponto de vista dela individual e pessoal e, por vezes, você não consegue mesmo convencê-la que nós temos uma classe e de que as coisas são encaminhadas como todo. Quando você vai, por exemplo, até a escola, senta com um grupo de professores e aí as coisas são discutidas amplamente com todo mundo, a pessoa consegue perceber que aquela demanda não é só dela, é de todo mundo, que a ação não precisa ser individual, ela pode ser de todo mundo. A gente tenta estar sempre discutindo a idéia de que qualquer coisa que a gente invista nela, a gente precisa dessa percepção das pessoas, que a classe é um todo. Nem sempre você convence todo mundo, ainda existe uma parcela muito grande das pessoas que tem isso de ver as coisas do ponto de vista individual mesmo, centrado na pessoa dele, nas necessidades dele. Às vezes a gente consegue mudar, tentando ampliar essa discussão. (Entrev. 12).

Também destacam-se as ações que visam informar os atores de seus direitos para que, tomando consciência dos mesmos, mobilizem-se para reivindicar seu cumprimento. Tivemos a oportunidade de presenciar um evento que ilustra essa preocupação que se faz constante no seio do movimento sindical. No dia, foi realizada uma palestra para a diretoria da

Subsede, sobre as mudanças nos critérios de exercício dos direitos previdenciários que afetam toda a sociedade. Assim que tomou conhecimento sobre as mudanças que afetam especificamente a categoria, a diretoria decidiu elaborar um relatório a ser distribuído a todos os trabalhadores em educação da Rede Municipal de Belo Horizonte. O objetivo foi de informar, da forma mais didática possível, os diversos casos em que os trabalhadores se enquadram e, assim, possibilitar que tenham o conhecimento necessário para o exercício desse direito. Isso porque, em muitos casos, os trabalhadores deixam de reivindicar o cumprimento de seus direitos por falta de informação. A importância da conscientização dos atores sociais de seus direitos é reforçada pelo relato transcrito abaixo:

Às vezes existe uma legislação que não é cumprida, às vezes porque não se quer ou às vezes não se faz e às vezes por falta da gente estar lutando. O fato de você não conhecer os seus direitos, por isso as pessoas deixam de estar brigando por uma série de direitos. Igual a gente vê hoje todos os dias, por desconhecimento às vezes de legislação. (Entrev. 06).

Destaca-se, ainda, outra iniciativa que demonstra essa preocupação com o exercício da cidadania e ilustra o papel dos espaços de interação nesse processo. Trata-se da promoção de espaços de discussão das políticas públicas com professores, pais e alunos, como a questão da falta de investimento da Prefeitura, a despeito da crescente demanda da sociedade, nos projetos de Educação de Jovens e Adultos – (EJA) desenvolvidos na Rede Municipal:

Tivemos, por exemplo, a organização do Seminário de Ensino Noturno e Educação de Jovens e Adultos, que a gente colocou nas duas primeiras etapas do Seminário em torno de 1000 pessoas e a gente espera manter o mesmo número de pessoas no terceiro que será no dia 7 de maio. É um evento que está envolvendo os profissionais da escola mais os alunos e as alunas das escolas. É um evento que está fazendo uma discussão sobre política pública de educação para jovens e adultos e do ensino noturno na cidade. Está havendo um debate e um processo de enfrentamento com a prefeitura, no sentido de questionar a política que ela vem apresentando para esse setor. (Entrev. 08).

Foi possível participar dos três encontros do Seminário sobre Ensino Noturno e Educação de Jovens e Adultos e observar o interesse dos professores, alunos e membros da comunidade em debater o tema e em propor alternativas para um ensino inclusivo de qualidade. Além dessa iniciativa, os diretores ressaltam a importância de conscientizar os trabalhadores para exercerem sua cidadania, acompanhando as decisões governamentais e participando de instâncias de decisão dos rumos da política e dos investimentos no

município. Também são priorizadas participações dos próprios dirigentes junto a essas instâncias:

A gente é um servidor público e a gente não deixa de ser cidadão, a gente paga os impostos e muitas vezes a gente peca por não estar participando. A gente procura estar incentivando as pessoas da categoria a participar de alguns fóruns que a prefeitura especificamente promove como a questão orçamento participativo, quando você tem como estar dialogando com certos setores da sociedade mostrando para a base que você está atuando em vários fóruns, que o Sindicato não está aí só para uma coisa mas está representando em vários campos. Então como diretor do sindicato, você está em vários fóruns municipais expressando as opiniões. (Entrev. 06).

Essa posição de promover uma participação ampliada em instâncias de discussão é reforçada pelo trecho transcrito abaixo. O entrevistado ressalta a relevância não somente de incentivar a participação mas também de promover as condições para que essa participação se efetive, como viabilizar transporte e liberação do trabalho. Além disso, busca-se a participação, não somente nas instâncias da categoria, mas também em outros fóruns de discussão ampliada na sociedade:

Nós buscamos promover o exercício dos direitos dos trabalhadores a partir da manutenção das instâncias de participação da categoria, de visitar escolas, de trazer as pessoas, de informar as pessoas. Por exemplo, para o Fórum Mundial de Educação, nós estamos articulando um ônibus para que a categoria possa participar. O Encontro Mundial pela Humanidade contra o Neoliberalismo, nós conseguimos articular um ônibus junto com outras entidades para estar presente, para estar participando. O Fórum Social Brasileiro que nós conseguimos liberação junto à Prefeitura das pessoas para participarem desse evento. Batalhamos nas escolas para as pessoas irem. Então, é batalhar para ter a garantia de ter o direito de participação em diversos eventos e também de incentivar a categoria para estar participando desses eventos. (Entrev. 08).

Assim, a cidadania dos trabalhadores é vista não só nas negociações e reivindicações pleiteadas junto ao patrão, mas também na inserção do sindicato em outros movimentos sociais e na participação em outras instâncias. Trata-se de contextos onde os trabalhadores podem exercer a cidadania, seja no acompanhamento das políticas públicas, ou na participação nos congressos da área:

Tem também a nossa atuação frente aos movimentos sociais representando os trabalhadores da educação em eventos. Por exemplo, agora em maio nós vamos participar do Congresso Nacional de Educação (CONED). Então, a gente vai levar uma representação de trabalhadores tanto do Sindicato quanto da base. E também frente as negociações com a administração municipal, ou seja, com o patrão mais imediato. (Entrev. 02).

Sobre a integração do Sindicato a outros movimentos sociais, destaca-se um evento que presenciamos, o Encontro Estadual de Sindicalistas sobre a Reforma Sindical, sendo que a diretoria empenhou-se em participar e incentivar a participação da base no encontro, juntamente com diversos outros representantes de movimentos sociais, como o Movimento dos Sem Terra, partidos de oposição, entidades não governamentais e outros sindicatos.

Outro tema que destacado por alguns dos entrevistados como um fator relevante para ser trabalhado na construção da cidadania é a questão da discriminação racial. Tivemos a oportunidade de presenciar e observar, na reunião promovida pela Subsede do “Coletivo Anti-Racismo”, propostas de ações nas escolas com vistas em promover a conscientização dos professores e alunos sobre a necessidade de buscar alternativas para as informações passadas pela mídia. Isso porque as imagens vinculadas nos programas de televisão passam a visão de que o negro ocupa predominantemente posições subalternas. Um exemplo citado foi o fato de que as apresentadoras dos programas infantis são sempre brancas ou loiras, e as propagandas de bonecas seguem esse estereótipo, o que pode prejudicar a construção da identidade de crianças negras. Essa é uma iniciativa em que o Sindicato busca atuar em questões mais ampliadas de exercício da cidadania. Alguns dos entrevistados destacaram como esse tipo de discussão tem mobilizado pessoas que antes não se mostravam motivadas a participar de campanhas promovidas pelo Sindicato.

6.2 Percepções dos sujeitos sobre a construção da suas próprias histórias

A construção da cidadania dos trabalhadores é um processo em que os mesmos tornam-se sujeitos capazes de construir histórias próprias e coletivamente organizadas. Essa capacitação tem início na motivação desses trabalhadores para participar da organização dos trabalhadores.

Nesse sentido, os entrevistados citam, como um dos principais fatores motivadores, para participarem da luta dos trabalhadores e integrarem a direção sindical, o fato de que os mesmos percebem-se como responsáveis pela conquistas de seus direitos e pela luta em defesa de causas pelas quais se interessam. Assim, os entrevistados entendem que, ao organizarem-se, podem obter novas conquistas e reivindicar melhores condições de trabalho e de saúde. A transcrição abaixo ilustra esse sentimento de responsabilidade pela luta:

Eu sempre estive participando na base mas é bem diferente do que estar no Sindicato. Eu sou uma pessoa que está acostumada com rotina, horários certos de trabalho e aqui no Sindicato não é assim. Não foi uma coisa que eu planejei para a minha vida, mas aconteceu de eu me envolver com a chapa que estava concorrendo basicamente por perceber que os trabalhadores estão perdendo espaço, porque no momento que a gente ao invés de estar lutando por ter mais conquistas, a gente está lutando para não perder. Na conjuntura da Rede Municipal que é um setor que historicamente militou no lado dos trabalhadores, a gente vive um conflito por ter pessoas que apoiam a Prefeitura da cidade, então diante disso, a gente tinha que montar uma chapa com pessoas que têm uma história de participação no movimento, uma história de atuação política e que ao mesmo tempo percebe o que que essa administração propõe para o trabalhador e está disposta a fazer esse enfrentamento frente à administração municipal. (Entrev. 11).

Os entrevistados expressam, ainda, sua percepção da importância de estar na direção de um Sindicato. Participação que possibilita a realização de novas experiências e a possibilidade de realizar uma intervenção mais ampla, de acordo com os interesses e causas nas quais acreditam:

É por acreditar em uma mudança da sociedade, não só na luta dos trabalhadores da educação como na luta da classe trabalhadora no mundo todo, eu acredito que é isso que vai transformar. Eu estou aqui para tentar contribuir um pouquinho nessa organização dos trabalhadores. (Entrev. 09).

Na percepção da maioria dos entrevistados, a transformação da sociedade passa pela questão da organização dos trabalhadores e a construção da cidadania ocorre por meio dos movimentos sociais. Assim esses atores têm como meta buscar um envolvimento constante com a luta pelo exercício dos direitos, contexto em que se destaca a vontade de contribuir e de assumir a responsabilidade pessoal pela luta:

Eu sempre participei dos movimentos, mesmo antes de entrar para a Rede, eu sempre tive um tendência de querer estar em grupo para defender causas, pensamentos que eu acredito. Dessa vez aconteceu que na formação da chapa fica aquela coisa, ninguém quer participar, todo mundo quer que as coisas melhorem, mas ninguém quer tomar a responsabilidade disso. Então, é mais um desafio mesmo

de acreditar que as coisas podem ser diferentes, que a história pode ser modificada, isso me motivou a estar compondo mesmo junto com as pessoas. Acho que eu sou um pouco romântica mesmo. Eu não tenho muita experiência política, mas eu acredito que estar organizado que proporciona avanços, então, isso foi o principal motivo que me levou a estar integrando essa diretoria. (Entrev. 10).

O fragmento transcrito abaixo reforça essa visão de que uma construção realizada pela organização dos trabalhadores tem melhores resultados e conquistas. Essa crença tem levado pessoas que antes não participavam a envolverem-se com a luta, a ter o desejo de fazer mais, de contribuir, de participar:

Por acreditar que não faz as coisas sozinho, mas que pode estar tendo conquistas por meio de um trabalho em conjunto e isso que me ajudou a formar o desejo de participar da direção sindical. Isso contribuiu e a partir da minha participação na última greve e senti que eu podia estar colaborando mais com o movimento e a oportunidade que eu tive mesmo de ter sido convidada a participar, o convite associado ao desejo de fazer um pouquinho mais, porque eu acredito que via esse trabalho eu tenho chance de estar fazendo algo melhor. Eu acredito que a gente pode estar fazendo em grupo, resolver muita coisa em cada local que você está, acho que via as pessoas se formando e informando podem dar conta de colaborar. (Entrev. 05).

A grande maioria dos entrevistados tem uma história de envolvimento em outros movimentos sociais e organizações populares desde movimentos estudantis, movimentos de mulheres, organizações de raça e outros. A citação de militância em partidos de esquerda e nas centrais sindicais também é comum. Destaca-se o fato de alguns dos entrevistados perceberem-se como parte de grupos minoritários ou de grupos explorados na sociedade. Nesse sentido, as vivências e experiências enquanto grupos e a crença no potencial de mudança da sociedade por meio da organização dos trabalhadores passam, no seu modo próprio de pensar o mundo, a constituir-se em motivações para participar do movimento sindical:

É por ter uma elaboração, como professora de história, que o sistema capitalista que a gente vive nele, foi construído e é mantido com a exploração da classe trabalhadora e, por compreender, e acreditar que através da organização da classe trabalhadora a gente vai conseguir algumas conquistas, e também mudar um pouco senão de uma forma radical a estrutura desse sistema. [...] Primeiro pela minha condição de mulher, trabalhadora e negra. Eu entendo que da mesma forma que há uma exploração de classes, a população negra está mais prejudicada dentro desse sistema. Então, primeiro pela minha condição existencial de negra, de sentir e vivenciado o grau de dificuldade que foi colocado para quem está nesta condição, pela vontade de ajudar a construir uma sociedade onde o quesito raça não seja impecilho para que você tenha algum tipo de ascensão econômica, intelectual, enfim por acreditar e saber que a classe trabalhadora é formada em sua grande maioria por trabalhadores negros, pela própria estrutura mesmo, nós estamos na base da pirâmide social. E por achar que esse é um espaço que, além dessa

discussão de melhoria salarial, tem que ir incorporando a luta antirracista. (Entrev. 13).

Como vimos na fala da entrevistada, existe uma expectativa de que o Sindicato seja um espaço onde elaborações sobre os problemas decorrentes das diferenças como gênero e raça podem ser trabalhadas, a fim de abranger questões mais profundas de mudança de mentalidade. Mudança que se inicia com a conscientização de professores e de alunos, dentro da própria escola, e que pode avançar para a realização de ações que envolvam a sociedade como um todo. Alguns entrevistados destacam a importância de buscar uma redefinição da forma de atuação do Sindicato, com o objetivo de ampliar o exercício da cidadania dos trabalhadores e a inserção do Sindicato junto à base. Para tanto, ressaltam a necessidade de fortalecer os vários departamentos, e viabilizar a atuação efetiva de cada um. No trecho transcrito abaixo pode-se ver a relevância atribuída, pela nova gestão, em investir na formação da diretoria para atender as diferentes demandas da base:

A primeira coisa que a gente fez no início do ano foi um seminário para poder se informar de como que é a dinâmica, e, no final desse seminário, a gente fez uma planilha para saber qual departamento as pessoas iriam, quais as atribuições de cada departamento. Procurando se organizar, fazer com que os departamentos funcionem, com que cada um desempenhe o seu papel. A princípio essa reorganização interna foi necessária para a gente poder compreender como ia dar andamento para as coisas que já estavam acontecendo, porque a demanda não pára pra a gente se estruturar e depois começar de novo. É um ciclo contínuo. Essa reorganização interna foi a principal forma da gente dar continuidade e fazer de uma forma mais organizada, porque a gente sente que existe uma certa insatisfação da categoria com a atuação do Sindicato, isso não é 100% mas existe, a gente percebe um pouco isso. Então uma das metas é tentar resgatar esse espaço que o Sindicato já ocupou mesmo, de confiabilidade da categoria. Inclusive uma das formas de fazer isso a gente acredita que o papel do Sindicato ultrapassa a campanha salarial, precisa estar buscando outras possibilidades de organização, de participação para que as pessoas acreditem nessa predisposição para fazer diferente. (Entrev. 10).

Em alguns casos esse interesse por questões e causas que julgam importantes, além dos problemas salariais mais específicos, reflete na escolha dos departamentos em que os diretores participam. Outros fatores que contribuem para essa opção são aptidão pessoal, experiências e vivências, bem como motivação para dedicar tempo e energia ao desenvolvimento dos objetivos relacionados a um departamento específico.

Outro fator que levou alguns dos entrevistados a integrarem o quadro de direção do Subsede foi a insatisfação dos mesmos com os rumos que a direção anterior estava dando a sua gestão:

Desde que entrei como professora na Rede Municipal que eu acompanho as atividades do sindicato e as reuniões de representantes. E a partir dessa participação nessas reuniões, em função da discordância dos rumos que o movimento sindical foi tomando principalmente em relação ao atrelamento do movimento sindical ao movimento partidário, pois eu não participava de nenhum partido. Então, eu entrei em um grupo de discussão sobre a representação sindical do trabalhador mas desvinculado de partido político. Aí, surgiu a oportunidade de compor a chapa que estava disputando a eleição. (Entrev. 09).

Esse também foi, de acordo com os entrevistados, um dos fatores apontados como possível razão para o novo interesse de participação no movimento sindical demonstrado por alguns trabalhadores em se filiarem ao Sind-UTE para estarem aptos a votar nas últimas eleições para a nova diretoria:

Nas eleições, eu achei que teve interesse grande das pessoas se filiarem para votar. A expectativa mesmo porque as eleições pelo fato de terem acontecido prévias, depois teve outra chapa mexeu bastante com as pessoas, chamou bastante atenção e no período das eleições a gente teve um número interessante de filiações. Por algum motivo, as pessoas queriam participar, queriam votar, queriam escolher, elas acharam que era interessante estar compondo a nova diretoria. (Entrev. 10).

Outro possível motivo que, na visão dos entrevistados, contribuiu para ampliar a participação de novas pessoas no movimento sindical, seria a nova forma de organização das eleições e de composição proporcional das chapas de forma a garantir maior participação e representação dos trabalhadores de todas as escolas.

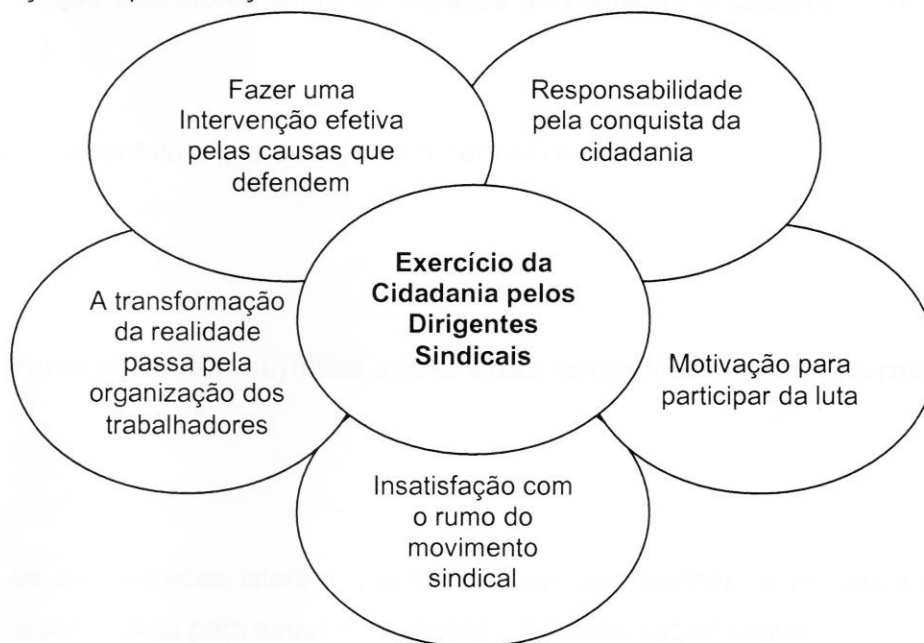


FIGURA 4 – Os dirigentes sindicais e à construção da cidadania

6.3 Necessidades de informação e estratégias de busca

Os entrevistados enumeraram algumas necessidades de informação que julgam importantes para o desempenho de suas funções de direção sindical e para o atendimento das demandas da categoria. Além disso, citaram uma série de estratégias às quais recorrem para buscar essas informações, que envolvem desde fontes escritas, até a formação de redes de relações com outros atores sociais.

A fim de proceder a análise detalhada das necessidades e estratégias de busca listadas pelos entrevistados, optamos por criar quatro subcategorias que nos auxiliarão no entendimento das mesmas:

- ✓ percepção dos sujeitos sobre suas necessidades de informação (6.3.1);
- ✓ fontes a que os atores recorrem (6.3.2);
- ✓ percepção dos atores sobre os espaços de interação e construção de conhecimentos (6.3.3);
- ✓ redes de contato a que os sujeitos recorrem (6.3.4).

6.3.1 Percepção dos sujeitos sobre suas necessidades de informação

Todos os entrevistados citaram que necessitam acompanhar as mudanças na conjuntura política e econômica para saber como essas afetam os trabalhadores:

Principalmente, a gente precisa estar bem informado tanto politicamente, do Brasil do mundo, porque apesar da gente ser uma subsede municipal, as coisas não são

isoladas então, a gente tem que estar informado das políticas, das coisas que estão acontecendo. (Entrev. 10).

Além disso, muitos citaram a necessidade de obter conhecimentos jurídicos e de acompanhar a legislação que regula os direitos e deveres dos trabalhadores, seja para exercer suas funções de direção, seja para informar a categoria.

Outra necessidade destacada por todos refere-se às questões específicas dos trabalhadores da educação, o que envolve o acompanhamento das demandas da base e abrange todas as mudanças ocorridas na área da educação e na situação da categoria, bem como informações referentes à atuação do Conselho Municipal de Educação e da Prefeitura:

Acompanhar as demandas que vão surgindo na categoria, que tem uma série de atividades que são deliberadas em assembleias, por outras entidades mesmo, acompanhando o que outras entidades sindicais estão realizando, como o conselho de educação. Tem que conhecer a técnica, estudar mesmo adquirindo com a prática, a gente tem que estudar. Para você ser diretor do sindicato você tem que conhecer leis, estatuto, plano de carreira do servidor, da gente estar acompanhando todas as reformas governamentais, reforma da previdência, reforma trabalhista. Para a gente absorver esse conhecimento que a maioria da categoria muitas vezes não tem o acesso que a gente vai levar. Conhecimentos da política, da conjuntura, do país, sobre a cidade de BH, do governo para a gente poder elaborar ações dos trabalhadores. Esse conhecimento não é um conhecimento que você aprende, é um conhecimento que você elabora. A gente tem que ter outros tipos de conhecimento, tem que ter sensibilidade para conhecer a categoria, para sentir o que que a categoria quer. A direção tem que refletir a base, para saber elaborar uma ação que seja coerente com o que a categoria está querendo naquele momento, para traduzir o que a categoria quer em ações sindicais e políticas. (Entrev. 09).

Assim, na percepção do entrevistado o conhecimento precisa ser elaborado a partir da sensibilidade desenvolvida por um contínuo contato com a categoria de forma a trabalhar suas demandas e buscar ações que possam contemplar essas necessidades de forma efetiva. Finalmente, os entrevistados citaram a necessidade de obter informações sobre legislação sindical que regulamento o funcionamento do sindicato além do conhecimento necessário sobre a forma de atuar em direção de organizações similares. Também destacaram a necessidade de estarem informados sobre a atuação de outros sindicatos e de acompanharem as mudanças que afetam o movimento sindical como um todo.

QUADRO 3 – Necessidades de Informação dos Dirigentes Entrevistados

OBJETIVO	INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS
Dar suporte para desempenharem suas funções como dirigentes sindicais	Conhecimentos jurídicos e mudanças na legislação trabalhista Funcionamento do sindicato Conhecimentos sobre direção sindical Mudanças no movimento sindical Atuação de outros sindicatos
Possibilitar o acompanhamento de mudanças nas demandas dos trabalhadores	Mudanças na conjuntura política e econômica Mudanças na área da educação Condições de trabalho Ações do Conselho Municipal de Educação Ações da Prefeitura Necessidades dos trabalhadores

6.3.2 Fontes de informação a que os atores recorrem

Nas entrevistas, observa-se a referência a fontes de informação que optamos por denominar fontes internas ao Sindicato. Os atores afirmam que podem recorrer ao arquivo da Subsede, consultar documentos como o Estatuto do Sind-UTE/MG e o Regimento Interno da Subsede, solicitar informações aos funcionários da Subsede e às auxiliares de departamento e obter informações de comunicações e documentos recebidos.

Um outro tipo de fonte a que recorrem, que denominamos fontes externas ao Sindicato, referem-se à legislação em geral e à legislação específica sobre os trabalhadores da educação, aos diários oficiais, sendo o Diário Oficial do Município (DOM) muito citado. Outras fontes às quais os diretores referem-se com frequência são os pareceres do Conselho Municipal de Educação, do Conselho de Saúde, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e outros. Além dos jornais e revistas de grande circulação a que muitos se referiram como a imprensa burguesa, os noticiários e programas de televisão, rádio e a Internet foram as fontes mais citadas pelos entrevistados. São citadas, ainda, outras formas de obtenção de informações e conhecimentos como a participação em cursos, a leitura de

livros e textos sobre política e economia, de revistas científicas e fontes culturais como documentários, cinema, teatro e exposições. Há também referências a fontes externas ao Sindicato, mas que se relacionam mais diretamente ao mesmo, como as informações disponibilizadas pelo Sind-UTE Estadual e pela Central Única dos Trabalhadores – CUT, aos quais a Subsede Municipal está filiada.

Nas entrevistas realizadas, houve, ainda, uma referência específica às fontes a que os diretores recorrem para obter informações referentes à categoria. Todos os entrevistados citam as instâncias da categoria que são os congressos, as assembléias, as reuniões de representantes, além da estratégia de busca de informações mais citada e destacada por todos que são as visitas às escolas, realizadas semanalmente pelos diretores. Além disso, citam outros eventos e fóruns de participação da diretoria onde podem ter acesso a informações de grande interesse para a categoria, também citam as interações com a Prefeitura quando surgem diversas informações relevantes para os trabalhadores:

Tem vários locais, atividades programadas em que a gente representa a categoria. Então, nós participamos de algumas atividades em que a categoria não tem oportunidade de participar. O fato de negociar com a Prefeitura faz com que a diretoria obtenha informações que se essa diretoria não levar para a categoria, ela não tem acesso a essas informações. Então, a prefeitura é uma fonte. As outras entidades, a necessidade de estar acompanhando o que as outras entidades fazem, o que outros trabalhadores tem articulado, tem pensado, tem proposto. Por ser o representante dessa categoria, é chamada para participar dessas reuniões. Então, muitas vezes informações importantes de outros sindicatos, outras diretorias, uma fonte de informação que é específica da diretoria do Sindicato, que a base não tem acesso. (Entrev. 09).

Nas entrevistas, destacou-se, ainda, uma outra forma de buscar informação, por meio de outros mecanismos de disseminação de informação, que, na percepção dos alguns diretores, são “fontes alternativas”, “imprensa alternativa” ou “jornais operários” que são, em sua maioria, elaborações (revistas, jornais, textos) dos partidos políticos, dos movimentos sociais e do movimento sindical. Assim, quando questionados sobre a busca de informações para atualizar-se sobre a vida política, econômica e cultural da sociedade, vários diretores responderam que recorrem aos textos produzidos e indicados por seu partido como ilustra o seguinte trecho:

A primeira fonte é o meu partido, porque a gente sempre faz uma discussão a respeito da conjuntura geral, então nós lemos textos elaborados por nós mesmos ou indicações de textos. Então, é um suporte muito importante. A vida política tem a sua relevância visto que a gente troca muita informação, conhecimentos e uma política de formação constante a partir do partido que nos ajuda muito. E o outro é o meio sindical através de revistas, livros, as reuniões. (Entrev. 02).

Além dessas fontes escritas, a maioria dos entrevistados cita como estratégias de busca de informações, participações de grupos de discussão de cunho teórico-acadêmico ou de cunho político-partidário ou de grupos de movimentos sociais:

Tem os debates teóricos que eu acompanho, os cursos de formação que eu participo, nos grupos, como, por exemplo, a marcha mundial de mulheres, no Brasil tem a coordenação nacional da marcha que já teve como tema contra a pobreza e violência sexista. E este ano a gente está lançando a campanha pelo aumento do salário mínimo, então como consequência dessa discussão macroeconômica foi criada no Brasil uma rede “feminismo e economia” articulada com uma outra rede que existe na América Latina e, aí, a gente tem acompanhado a discussão econômica, as formulações teóricas das feministas em relação à economia e de economistas feministas. (Entrev. 08).

Outras citações referem-se à busca de parcerias com universidades para realização de palestras e debates sobre temas de interesse da categoria, assim como para realização de diagnósticos que forneçam informações que possam ser utilizadas como um instrumento de negociação com a Prefeitura para reivindicação de políticas e projetos que beneficiem os trabalhadores.

QUADRO 4 – Fontes de Informação dos Dirigentes Entrevistados

CLASSIFICAÇÃO DAS FONTES	DETALHAMENTO
Fontes internas	Arquivo da Subsede Regimento Interno da Subsede Funcionários e auxiliares dos departamentos da Subsede
Fontes externas	Legislação e Diários Oficiais Pareceres dos Conselhos de Educação, Saúde e Trabalho Jornais de Grande Circulação Livros, revistas científicas e textos Noticiários, documentários, programas de rádio e TV Internet Cursos, exposições, cinema e teatro Sind-UTE Estadual e CUT Prefeitura Fóruns, Congressos Grupos teóricos e acadêmicos Universidades
Fontes relacionadas diretamente à categoria	Congressos, assembléias, reuniões de representantes e seminários Visitas às escolas Reuniões da diretoria
Fontes alternativas	Revistas, jornais ou textos de partidos políticos e movimentos sociais Grupos partidários

6.3.3 Percepção dos atores sobre os espaços de interação e de construção de conhecimentos

Quando questionados sobre os espaços onde podem interagir para trocar informações e construir de conhecimentos, a maioria dos entrevistados citou as instâncias da categoria que são as assembléias, os congressos, os seminários, as plenárias de representantes, as reuniões regionalizadas além de outros eventos de debates e palestras para a diretoria e para a categoria em geral.

A interação entre a diretoria e a base é favorecida pelo caráter democrático das instâncias onde a categoria pode ser consultada, pode ter uma ampla participação nas decisões e na construção da luta dos trabalhadores em educação. A participação e o retorno que a categoria dá à direção do sindicato é visto como essencial. Em função disso, a direção do sindicato tem priorizado as instâncias deliberativas, os espaços de debate, e um contato estreito com os representantes de turno de cada escola:

É quase um toma-lá-dá-cá. Você dá uma informação, a categoria na Assembléia dá retorno, reconduz as datas, remonta calendário, faz propostas. Essas propostas vêm na direção, a gente tenta viabilizar. Aí, manda para as escolas, aí, vem o representante de escola discutir. Ele traz o que a escola estava pensando e leva mais alguma coisa. Então é um constante movimento que não tem como você falar. (Entrev. 01).

No que concerne às interações entre sindicato e base, os entrevistados destacaram a importância da inserção do sindicato junto à categoria de forma que a mesma possa estar sempre dando retorno sobre as ações do sindicato:

Nós promovemos uma atuação constante junto à categoria, fortalecendo as instâncias democráticas do Sindicato, já citei: são as assembléias, seminários, reuniões de representantes, conferências, congressos. Isso nos possibilita muito encaminhar as lutas. Então o espaço das instâncias é muito importante, nos possibilitam trocar muita informação. Têm as visitas às escolas que não se constituem enquanto um fórum mas é um momento que você troca muita informação, passa, recebe, aprende muita coisa. Esses espaços e as reuniões, a gente faz muitas reuniões que ajudam muito nesse sentido. (Entrev. 02).

A importância que os trabalhadores atribuem a esses momentos de interação é demonstrada pela realização de encontros semanais, entre diretoria, representantes de turno e base, além de assembleias quinzenais, com a mobilização de um número expressivo de trabalhadores.

Ainda com relação a isso, os entrevistados privilegiam a inserção nas escolas onde trabalham e nas que ficaram responsáveis pelo acompanhamento, como forma de vivenciar as situações que afetam a categoria e de promover o aprendizado, a resolução de problemas, a troca de informações e de experiências:

A gente faz visita às escolas, elas procuram a gente, trazem demandas. A gente também está inserido na escola, na verdade você não fica só no Sindicato. Então como você não está totalmente inserido na escola, você tem noção das coisas que as escolas estão discutindo, dos calendários de discussão na cidade inteira, dos debates. Então quando você está lá dentro isso é mais tranquilo, feito com mais agilidade. É dentro da escola mesmo que você vê o que que o pessoal está discutindo, o que que eles estão conversando. E as reuniões que a gente tem, reuniões de representantes, por escola, por regional. Então são várias instâncias que as pessoas estão colocando as demandas delas, mas a que dá maior visão pra gente são esses momentos quando você percorre as escolas, porque as assembleias, por mais representativas que sejam, não abarcam todas as discussões, nem todas as pessoas conseguem falar. E quando você vai às escolas, você ouve um maior contingente de pessoas discutindo as coisas, então você tem uma percepção maior. (Entrev. 12).

Essa inserção foi destacada por todos os entrevistados devido à contribuição desses momentos de interação com a base como forma de identificar as demandas da categoria. Por esse motivo, a realização de visitas periódicas dos diretores ao local de trabalho é uma estratégia de interação que tem tido prioridade na atual gestão da diretoria da Subsede, além das instâncias de participação da categoria. Isso porque os diretores vêem essa interação como um momento privilegiado na identificação das necessidades da categoria. Assim, essa posição já vem desde a campanha de eleição da diretoria, quando foi defendida a proposta da liberação parcial dos diretores sindicais. O objetivo é que os mesmos não percam o contato com a realidade em seu local de trabalho, de forma a ter acesso direto a elementos que lhes facilitem compreender o que se passa na base:

Na verdade, nenhum dos diretores do Sind-UTE está ausente das escolas, porque nós temos um horário que a gente permanece na escola. Então, não tem um deslocamento das escolas com o Sindicato. A gente está lá, a gente está vivenciando a realidade das escolas. A gente sente as demandas na pele. Então, as dificuldades que a categoria tem na sala de aula, a gente vive as mesmas dificuldades. E além disso, por ser um Sindicato que tem uma história de estar trabalhando bem próximo à base, de periodicamente estar visitando as escolas, conversando com os professores. É um Sindicato que realiza periodicamente assembleias. Têm várias instâncias no Sindicato que permitem que você não tenha um descolamento da realidade da base. Tem um contato o tempo todo com a base e

a própria base traz as demandas para o Sindicato, também nos fóruns, assembleias. (Entrev. 09).

Além disso, os momentos de interação são privilegiados durante a realização das campanhas salariais e educacionais do Sindicato, pois possibilitam a discussão, o aprofundamento das questões e a formulação das estratégias de ação:

A campanha salarial em si é um espaço de formação e de construção de conhecimento da categoria, a campanha como um todo. Isso porque ela tem que discutir qual é o eixo de reivindicação, as questões que estão "pegando" para a categoria e tem que aprofundar quais são as estratégias para alcançar o que a gente considera que vai resolver os problemas ou em parte. Então, na campanha salarial tem reuniões de representantes, tem assembleias, são nesses fóruns que a categoria vai fazer a discussão. (Entrev. 08).

Os entrevistados citaram exemplos de ampla participação dos trabalhadores em campanhas realizadas pelo Sindicato, decorrentes da interação, entre diretores e trabalhadores no local de trabalho, e da distribuição de informes para a categoria:

Um resultado positivo que tivemos, no começo do ano, quando nós iniciamos a nossa campanha salarial e educacional de 2004. Nós fizemos uma ampla campanha, começando as aulas, o ano letivo em fevereiro, nós fomos às escolas fazer um debate sobre a questão da necessidade de iniciar a campanha salarial e educacional de imediato, levamos os nossos boletins trazendo as informações, informando a categoria dos índices de perdas salariais, dos problemas que estavam colocados para nós. E para nossa surpresa, na primeira reunião de representantes que houve, nós contabilizamos 180 pessoas presentes representando 112 escolas, representadas na evento, quer dizer foi uma ida até as escolas dos diretores fazendo chamados, um boletim informando e trouxe um resultado satisfatório que é a presença das pessoas, a informação que as pessoas já vinham com elas, propiciou um debate mais avançado. (Entrev. 02).

Outra razão para a valorização dos espaços de interação é a percepção dos entrevistados de uma demanda crescente da base por formação pedagógica e por discussão de temas que vão além da questão salarial:

Estamos retomando uma iniciativa que tivemos na gestão de 98/2000 que é o curso de formação no local de trabalho, aproveitando o tempo das reuniões pedagógicas para fazer debates de temas políticos e pedagógicos. Nós estamos listando vários temas para debate, aí a gente vai na escola através do convite. No período de 98 a 2000, nós fizemos com os profissionais da escola, mães, alunos e alunas com vários temas que a gente agora está retomando como a marcha mundial de mulheres que a gente discutiu com as mães e professoras, sobre globalização, organização mundial do comércio, acordo multilateral internacional, então a gente discute o que

essas coisas tem a ver com o cotidiano da vida das pessoas e com o cotidiano da escola. (Entrev. 08).

Destacam também a promoção de seminários específicos onde possam ser construídos referenciais para os trabalhadores enquanto categoria. Tivemos a oportunidade de observar uma reunião do Coletivo Anti-racismo e perceber a forma como os atores interpretam esse espaço de debate. Para eles, esse encontro constituiu-se em um fórum de debate, de construção de conhecimentos e de estratégias de ação:

Nós temos seminários de formação, a própria reunião de representantes é um espaço de formação, não só de formação, mas também de elaboração. Desse departamento, nós temos o Coletivo Anti-racismo, a gente se reúne quinzenalmente, o coletivo e temos uma comissão ampliada que se reúne semanalmente e esses espaços, são espaços favoráveis para que a gente se informe, troque informações, elabore. (Entrev. 13).

Assim, os espaços de interação constituem-se também em espaços de proposição e estratégias de ação. Em outro evento observado, foram realizadas oficinas temáticas que visavam promover o debate, constituir uma comissão permanente de discussão e formular propostas dos trabalhadores da educação e da comunidade escolar, pais e alunos, a fim de reivindicar ações junto à Prefeitura.

Em outro evento que presenciamos, destacou-se a importância da troca de experiências entre as escolas, já que aqueles projetos que tenham obtido bons resultados podem ser divulgados na Rede Municipal e ser adaptados para outros contextos. Foi destacada a importância de pensar as escolas como uma rede onde as experiências bem sucedidas possam se espalhar produzindo mais benefícios, uma vez que, na percepção dos pesquisados, por meio de suas relações horizontais, as escolas desenvolvem suas táticas efetivas de atuação em suas comunidades. Essas trocas são favorecidas pela realização de diversos encontros promovidos pela Subsele, tendo em vista a relevância da interação nas instâncias da categoria como assembléias, congressos e seminários.

Os diretores entrevistados destacaram, ainda, a importância da participação da categoria em atividades de formação e debate, mesmo as que são promovidas pela própria Prefeitura, e a participação em espaços ampliados onde os trabalhadores da educação podem interagir com outros trabalhadores de diversas áreas como os fóruns de debates, conselhos municipais, congressos de educação, congressos de trabalhadores, conferências. Também

ressalta as iniciativas de composição de fóruns permanentes de discussão no Sindicato sobre temas específicos, de forma a aproveitar a inserção do Sindicato junto à Rede, que vai muito além da questão sindical e trabalhista. Esses fóruns têm como objetivo promover um espaço de conscientização, de formação, de reflexão, de produção e trocas de conhecimentos, elaboração de propostas alternativas e reivindicação de ações efetivas junto ao poder público:

Nós temos vários eventos nossos, quando a categoria vem para discutir questões gerais e setoriais. Atividades relacionadas a questões políticas com outras entidades, palestras em outros sindicatos, seminários feitos com outras entidades, também colaboram muito para isso. E nos últimos tempos tenho sentido que a categoria tem se mobilizado para discutir questões pedagógicas, por exemplo, como viabilizar uma política educacional mais consequente, a qualidade de ensino, a polêmica sobre como está sendo feita a inclusão de portadores de deficiência nas escolas, formação do profissional, condições de trabalho, número de alunos em sala de aula etc. Então também esses locais são produtivos, desde aqueles organizados pela própria PBH onde a gente pode ouvir a categoria de uma maneira mais ampliada, todas as formas de contato que estão sendo implementadas aí. Às vezes são atividades obrigatórias onde as pessoas se posicionam e isso contribui para nossa formação. (Entrev. 03).

Assim, os entrevistados dão grande ênfase aos espaços de interação sejam aqueles espaços formais, nas reuniões semanais da diretoria, nas plenárias dos representantes de turno, nas assembléias e outros, sejam os momentos informais que os atores aproveitam para interagir com vistas em trocar informações e conhecimentos. Na percepção dos mesmos, a interação contribui de alguma forma para o aprendizado e enriquecimento do debate. Tanto as interações realizadas nos momentos instituídos, quanto as interações menos formais, no dia-a-dia do Sindicato e da escola. Essas últimas ocorrem em espaços construídos pelos próprios atores, nos momentos propícios à troca de idéias e informações:

Nós temos as nossas reuniões, momentos que já são instituídos. Nas escolas, a gente tem os espaços que a gente vai constituindo, na hora do cafezinho, entre as aulas, nos intervalos para almoço, a gente pode aproveitar esses momentos para estar interagindo, ou seja, para ter uma interação mais informal, além dos espaços oficiais que a gente tem. (Entrev. 05).

A forma como os atores criam momentos propícios à troca de informações e construção de conhecimentos demonstra a importância da formação de elos em rede em torno de conteúdos informacionais comuns aos trabalhadores que permitem a construção conjunta de cidadania. Dessa forma, os processos de inserção desses atores estão sempre receptivos a novas inclusões nos processos de construção de conhecimentos e informações úteis ao processo de construção da cidadania no contexto sindical, sem os valores

piramidais de poder informacional constatados por Lojkine (1995) no contexto das empresas. Comprovando, assim, ser o sindicato um espaço alternativo às formas excludentes de gestão da informação onde os atores tem acesso à informação mas são incluídos em processos de criação e disseminação de conhecimentos, vivências e informações.

Os entrevistados citaram as reuniões da diretoria como um exemplo de espaços de interação onde podem trocar informações, compartilhar experiências, conhecimentos, interpretações e visões diferenciadas de forma a contribuir para o conhecimento uns dos outros:

Além disso, tem as nossas reuniões que discutem a conjuntura, onde podemos trocar informações e, muitas vezes, a avaliação que um faz sobre o que está acontecendo pode contribuir para o conhecimento do outro. E tem os seminários de formação com a presença de diversas frentes políticas o que enriquece muito o debate, a análise e dá uma visão mais ampla da conjuntura. (Entrev. 09).

Além de constituírem-se em espaços de troca, as reuniões da diretoria também são vistas como um espaço onde os atores podem buscar orientação para sua atuação enquanto diretores:

Nós temos as reuniões da diretoria, onde a gente aborda todos os temas e assuntos, todas as demandas da rede, as proposições sobre cada departamento e ali a gente discute, amplia a discussão, para você não estar decidindo sozinho sobre o ponto de vista de um diretor só, porque é uma direção colegiada, então o principal espaço aqui é a reunião de diretores. (Entrev. 12).

Nos espaços de interação são realizados debates, troca de experiências e conhecimentos entre os trabalhadores. Mas é também nesse local que os mesmos podem expressar suas disputas e elaborar seus conflitos a fim de construir suas próprias identidades como cidadãos, tomar decisões enquanto categoria e desenvolver formas de lutar por seus direitos.

Tivemos a oportunidade de observar um momento em que os trabalhadores elaboravam suas disputas e conflitos de posições. No caso, em uma votação para realização ou não de greve, alguns trabalhadores apresentaram argumentos a favor da greve como forma de lutar por seus direitos e como forma efetiva de enfrentamento com o governo-patrão, a fim de obter melhores condições de trabalho e de salário. Também foram defendidas posições

contrárias à realização de greves como forma de luta, argumentando-se em favor de outras formas que consideram mais efetivas. Citam como exemplos, a realização de debates com a comunidade escolar, de passeatas e de campanhas divulgação de informações sobre a situação da educação pública para a população do município.

6.3.4 As redes de contatos a que os sujeitos recorrem

Destacam-se também as interações dos entrevistados com outras entidades, sindicatos, outros movimentos sociais e partidos políticos, o que nós optamos por caracterizar como suas redes de contatos.

Alguns diretores entrevistados afirmam que suas redes de contatos têm tanta importância na busca de informações quanto as interações internas dentro do Sindicato e da categoria. Citam como exemplo de contatos pessoais, a interface com outros movimentos, como, no caso de uma diretora entrevistada, a Marcha de Mulheres. Também enfatizam representação do Sindicato em vários fóruns de debates como o Fórum de Entidades, o Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos, o Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial:

A gente tem outras instâncias também, o Conselho Municipal de Educação que elabora as políticas de educação. A gente está sempre participando junto com eles. Tem o Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos que a gente participa. O Comitê Mineiro do Fórum Mundial que aglutina diversas entidades do movimento social, desde do MST, passando por diversos sindicatos, movimento estudantil. A gente também tem representação no Fórum de Entidades que discute várias questões. A gente estava participando do plebiscito sobre a ALCA, a gente participou ativamente da organização, sobre a dívida externa. Então esse Fórum discute questões bem amplas da sociedade, da organização dos trabalhadores, dos estudantes. Tem as entidades de pais e alunos que a gente chama para reuniões. Associações de pais e grêmios de estudantes. Específico desse departamento, têm as rádios comunitárias, vias alternativas de comunicação. (Entrev. 09).

A importância que a diretoria atribui à interação com redes de movimentos sociais é demonstrada pelo fato dessa constituir-se em uma das principais metas do departamento de políticas sociais do Sindicato. Assim, esse departamento busca realizar ações que promovam uma maior interação entre o Sindicato e outros movimentos organizados da

sociedade. São exemplos, as associação de pais, os grêmios, outros sindicatos e entidades ligadas aos movimentos de raça, credo, gênero.

A participação em fóruns que possibilitem a ampliação dos contatos com dirigentes de outros sindicatos e de outras entidades dos movimentos sociais é destacada, pelos diretores entrevistados, como forma de construir e fortalecer uma extensa rede de atores que possibilite a criação de estratégias de ação com vistas na transformação da sociedade:

Na verdade, a gente não acredita que o Sindicato sozinho dá conta das transformações que a gente quer fazer, que a gente quer implementar, e nem da luta dos trabalhadores da educação. A gente acredita na unidade da luta dos trabalhadores, então, esse Sindicato tenta estar sempre ligado nessa rede, então, todo fórum que tem que reúne entidades, a gente manda representante. A gente está sempre se fazendo representar dessa forma na medida do possível. (Entrev. 09).

Além disso, a interação com pessoas de outras entidades ligadas aos movimentos sociais é vista como uma forma de socializar conhecimentos, trocar informações e experiências de luta para promover o exercício dos direitos dos trabalhadores:

Às vezes a gente ouve falar de sindicatos ou entidades que obtiveram algum ganho para o seu trabalhador, aí a gente vai olhar com eles o “como” que eles conseguiram. Se foi por ação judicial, se foi por acordo com o empregador. Algumas questões a gente trata em conjunto com outras entidades, tem um fórum de entidades. Por exemplo não só na pauta da campanha salarial geral o que a gente consegue fazer de pauta unificada, com as mesmas condições de trabalho, a gente faz isso com outras entidades. (Entrev. 06).

A interação com outros movimentos também é vista por um dos entrevistados como um espaço de aprendizado:

E estar em contato mesmo com os vários movimentos, principalmente com as pessoas mais experientes. Então, sempre participando das reuniões, das movimentações políticas na cidade porque é nesses encontros que a gente acaba aprendendo muito, ouvindo as pessoas, interferindo, até a gente aprende muito a relacionar estando nesses momentos de organização mesmo. (Entrev. 10).

Os entrevistados citam, ainda, contatos que são formados a partir de interesses específicos da categoria dos trabalhadores municipais e que visam unir esses trabalhadores em uma luta comum:

O fato de estarmos participando de movimentos de lutas sociais, a gente tem que estar socializando mesmo com outros sindicatos e outras entidades, dentro da própria rede municipal, nesse caso é específico nosso. E estar inteirando as trocas possíveis, os relacionamentos possíveis, que realmente não só a categoria da educação mas todos os servidores municipais. Principalmente o Sindicato de Saúde, o Sindicato dos médicos, o Sinbell. (Entrev. 07).

Com vimos, a Subsede busca uma ação conjunta com outras entidades a fim de ampliar as conquistas dos trabalhadores. A participação do Fórum de Entidades Municipais com vistas em lutar por necessidades comuns foi destaca pela maioria dos entrevistados:

Tem os sindicatos que compõem um Fórum das Entidades de Servidores Municipais que representam trabalhadores municipais. Então, com essas entidades nós temos uma reunião semanal. Nós temos dois representantes participando dessas reuniões. Então, tiramos políticas comuns, construímos uma pauta comum de reivindicações, em função de uma política da Prefeitura que prejudica todos esses trabalhadores. (Entrev. 09).

Assim, as redes de contatos estabelecidas pela diretoria da Subsede constituem-se tanto em fóruns de construção da categoria como um todo como em redes mais específicas, formadas a partir de causas que de cada diretor tenha maior interesse. Essas relações com outras pessoas e entidades são ilustradas na figura abaixo.

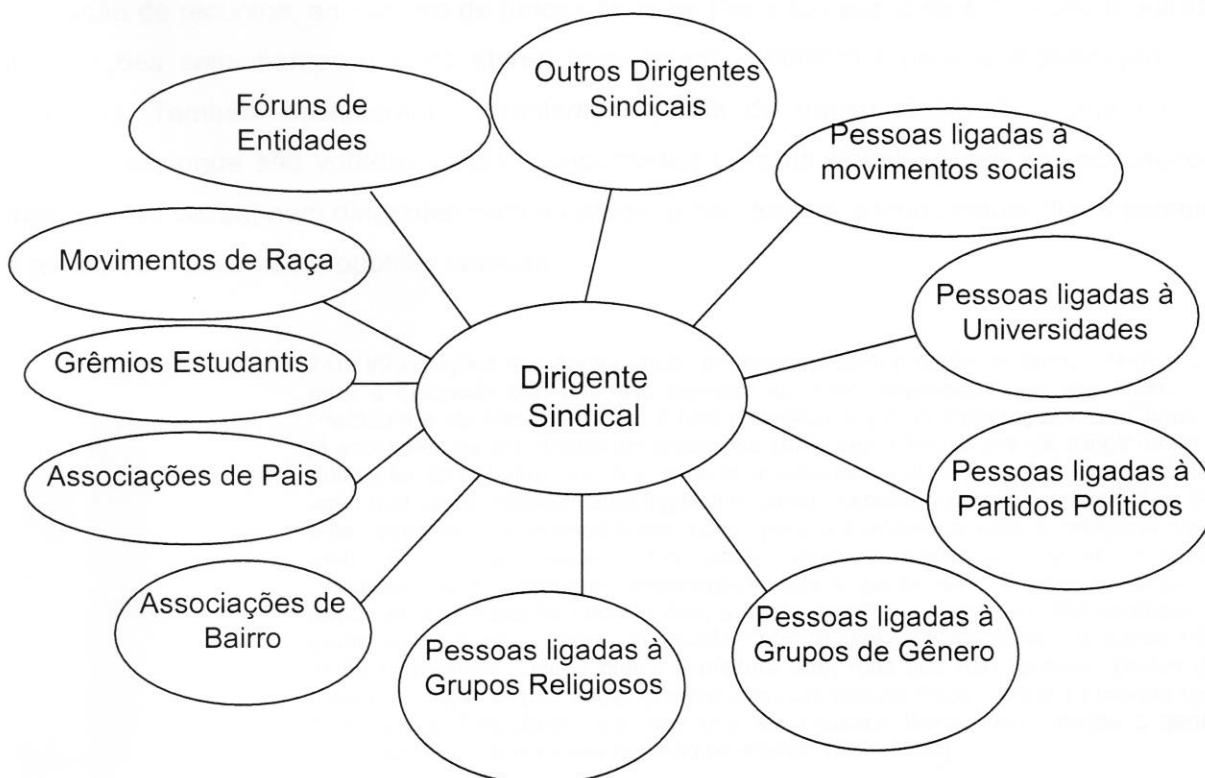


FIGURA 5 – A rede de contato dos dirigentes da Subsede

6.4 Fatores dificultadores do acesso à informação

Os entrevistados destacaram algumas dificuldades em obter informações. A falta de tempo que podem dedicar à busca de informações foi o fator dificultador que a maioria dos entrevistados destacou, em especial com respeito à necessidade que sentem de estar sempre atualizando suas leituras e seus conhecimentos. Isso porque estão sempre ocupados pelas diversas atividades que envolvem suas funções como diretores sindicais e como professores da Rede Municipal.

É o tempo que não favorece. Uma leitura fica pela metade pelo fato dela ser feita às pressas, você acaba não absorvendo o que ela tem para te oferecer. Não tem um tempo específico assim, as coisas são muito dinâmicas. A gente não tem nem tempo para leitura. É tudo muito simultâneo, aí acaba ficando prejudicado mesmo, as elaborações, às vezes, alguma coisa que poderia ser melhor aproveitada, ela passa batida porque você não faz uma leitura mas cuidadosa. (Entrev. 10).

Outra questão levantada foi em relação às informações que a Prefeitura dispõe, mas que, por razões políticas, não fornece ao Sindicato. São exemplos, as informações relativas à aplicação de recursos, ao número de funcionários da Rede Municipal de Educação e outras informações semelhantes que os atores consideram importantes para a mobilização da categoria. Também destacaram o problema da falta de transparência da Câmara dos Vereadores, onde são votados projetos importantes para os trabalhadores em educação, mas, muitas vezes, nem dirigentes nem a categoria não tomam conhecimento dos mesmos a tempo de intervir nas propostas votadas:

Têm informações que seriam muito importantes para a gente ter para o Sindicato e para a categoria que não são repassadas. Tem informação que fica dentro da Prefeitura e ela não libera. Não é fácil conseguir algumas informações. Da Câmara, já aconteceu de ser votado um projeto de suma importância, que vai atingir direto a educação, os trabalhadores e a gente ficar sabendo no dia porque ficou sabendo. Eu acho que esses poderes tanto legislativo como executivo não são transparentes. Se eles tivessem uma transparência maior, para o Sindicato e para a categoria seria mais fácil obter essas informações, muitas vezes os órgãos públicos deliberadamente escondem informações para a gente não ter acesso porque a gente tendo acesso às informações, a gente mobiliza a categoria. Por exemplo, a gente não consegue saber informação sobre a própria previdência, os dados não estão disponíveis. Dados que a Prefeitura tem, mas que não repassa. Dados da categoria, a gente quer saber quantas pessoas tem na Rede, quantas pessoas tem dois cargos. São dados que têm que ser cavados literalmente, muitos a gente consegue por outros canais que não os oficiais. (Entrev. 09).

Outra barreira identificada pelos entrevistados diz respeito às informações necessárias aos interesses da categoria, de documentos e publicações, mas que são elaboradas por meio de linguagem técnica, como, por exemplo, com respeito a publicações sobre saúde do trabalhador.

Alguns entrevistados ressaltaram também a questão da falta de conhecimento de legislação, e ainda o problema de possíveis interpretações múltiplas da lei, o que dá margem ao não cumprimento dos direitos por parte da poder público:

Alguns obstáculos podem ser entendidos como de algumas publicações em relação à metodologia técnica que a gente tem um pouco mais de dificuldade no entendimento e com relação à legislação é a interpretação do direito legal, que às vezes a legislação está definindo certos critérios e quando você busca isso enquanto direito legal, como que isso pode ser interpretado na hora que você assume um confronto em uma situação de diferença ou divergência em relação ao poder público. Como que o poder público interpreta e como nós estamos interpretando essas leis. (Entrev. 07).

Assim, observa-se a carência do uso de linguagem clara na legislação de forma a garantir entendimento legal para que os atores possam reivindicar ao poder público a efetivação de direitos e possam lutar para que casos específicos passem a ter respaldo jurídico:

A lei pode estar focando de uma forma genérica e uma coisa mais específica seria mais difícil. Por exemplo, você não pode pegar em comparação uma escola que tem todas as condições de trabalho com uma escola que não tem condição nenhuma. Então, aquele trabalhador que está lá teria que ter um tratamento diferenciado. Não dá para você avaliar, com o mesmo peso e a mesma medida, situações distintas de trabalho. (Entrev. 06).

Quando questionado sobre como busca informações para se atualizar sobre a vida política, econômica e cultural da sociedade, um dos diretores levantou um problema crescente de restrição do acesso aos espaços culturais pela sociedade:

Hoje a questão cultural mesmo aqui em Belo Horizonte é complicado o acesso, primeiro porque a cidade não tem muita coisa para oferecer e segundo que não é uma coisa que é aberta. Um hábito que as pessoas tem que eu acho maravilhoso que é o cinema, hoje é caríssimo. Essa coisa de ter levado os cinemas todos para shoppings restringiu demais. Espetáculos, têm algumas coisas gratuitas, mas as pessoas não tem acesso, porque, ou é em horário de trabalho, ou é dia da semana. Não facilita muito o acesso das pessoas, participação cultural na cidade é muito complicada. (Entrev. 10).

Foram apontadas, também, dificuldades que se referem à comunicação entre Subsede e base. Os diretores entrevistados percebem a necessidade de melhorar a comunicação com a categoria. Um dos problemas decorre de serem os boletins de divulgação de informações para a categoria às vezes de conteúdo pesado, a leitura dos mesmos é dificultada pelas diversas atribuições dos trabalhadores no cotidiano da escola. Outro fato que preocupa a direção é que o Sindicato envia boletins para as escolas, mas alguns trabalhadores não tomam essa informação como direcionada a eles:

Essa diretoria nova está com uma percepção diferente. Que eu acho que já é um avanço de que a comunicação não está fluindo da melhor maneira. A informação chega nas escolas para os trabalhadores, e muitas vezes, os trabalhadores não tomam essa informação para ele. (Entrev. 09)

Além disso, os atores destacam que uma boa relação que favoreça uma interação produtiva está baseada na credibilidade que o sindicato constrói junto à categoria. Assim, além de pensar sobre a importância de melhorar as formas de comunicação de forma a produzir boletins mais bonitos, menos pesados, que sejam mecanismos ágeis de divulgação de relatórios e informações para a categoria, estão pensando em outros projetos para a área. Um deles é a criação de um *site* na Internet. Outro, a elaboração de um jornal permanente, como também a construção de uma revista teórica para trabalhar textos com uma discussão mais profunda. Ressalta-se também a necessidade de buscar a construção de canais de comunicação mais abertos com os atores nos locais de trabalho:

Nem sempre, o canal está muito aberto com as escolas. A gente tem que construir esse canal com as escolas. É uma construção permanente, de credibilidade, de confiança, de aceitabilidade do sindicato. Não acredito que seja um obstáculo, só temos situações que a gente contorna. Quando chega a gerar um problema é porque a gente não está tendo um canal de comunicação interessante e produtivo com a categoria, mas não vejo isso como um grande obstáculo. Nas interações com a prefeitura, nós encontramos obstáculos, mas também são obstáculos burocráticos e políticos que a gente também tem que ir na linha política para resolver essas questões. (Entrev. 03).

Ainda com relação à comunicação entre Sindicato e base, os entrevistados citam uma dificuldade em relação ao tempo em que as coisas acontecem na escola. É, muitas vezes, distante do tempo em que as informações chegam ao Sindicato. Um dos motivos levantados pelos diretores para esse atraso é a questão do pouco número de diretores liberados, o que dificulta um acompanhamento mais efetivo das escolas.

Às vezes é lento o processo de informação, até as informações chegarem até a gente, para a gente obter a informação da fonte que a gente acha que tem que ter, até da própria categoria. Às vezes há um atraso entre o tempo que as coisas acontecem na escola e o tempo que a informação chega no Sindicato. Existe um certa dificuldade. E, também, têm casos em que você sabe onde é a fonte, mas a fonte não disponibiliza o conteúdo tal. Ai, você demora um tempo bem maior para estar tentando encontrar as informações. (Entrev. 12).

Outro problema na obtenção de informações refere-se ao fato de que, muitas vezes, os trabalhadores relatam casos ocorridos, mas não documentam os mesmos de forma que o Sindicato tenha um instrumento para reivindicar uma atuação corretiva da Prefeitura ou para entrar com ações judiciais. Um exemplo disso é o problema da violência nas escolas. Faltam indicadores e diagnósticos efetivos do problema. Há muitos casos que ocorrem, mas não são dadas queixas em delegacias, nem enviados relatórios ao Sindicato, para que se tome as providências necessárias junto aos órgãos competentes.

QUADRO 5 – Fatores Dificultadores do Acesso à Informação

PRINCIPAIS DIFICULDADES	CAUSAS APONTADAS
Falta de tempo para buscar informações e realizar leituras	Sobrecarga com atividades profissionais e com as atividades no movimento sindical
Informações da Prefeitura e a Câmara relacionadas à categoria	Não disponibilização pela Prefeitura e pela Câmara dos Vereadores
Informações sobre a área de saúde do trabalhador	Documentos com linguagem técnica de difícil entendimento
Informações sobre legislação	Dificuldades com a linguagem jurídica e a falta de consenso na interpretação da lei
Informações sobre cultura	Restrições econômicas ao acesso aos espaços de disseminação da cultura
Comunicação entre dirigentes e base	Falta de adequação dos instrumentos utilizados para disseminar informações para a categoria e de assessoria de comunicação para dar suporte à Subsede nessa área Falta de tempo dos trabalhadores para lerem os boletins distribuídos pela Subsede Atraso na obtenção de informações pela Subsede dos problemas das escolas e da documentação dos mesmos

Finalizando esse capítulo, destacamos, como principais pontos abordados, a análise das estratégias e práticas informacionais dos atores para o exercício da cidadania, bem como a percepção dos mesmos sobre motivações e vivências que contribuem para a construção de suas próprias histórias. Analisamos, também, as percepções dos atores sobre necessidades de informação e as estratégias de busca, em especial, a importância dos espaços de interação e das redes de contatos para a troca de experiências e para construção de conhecimentos, assim como os fatores dificultadores desse processo.

Destaca-se que o processo de construção da cidadania dos trabalhadores da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte é permeada por uma série de mobilizações e reivindicações de direitos. Nessa trajetória, pôde-se perceber a importância da interação entre os trabalhadores e o papel das práticas informacionais dos mesmos para realização de suas conquistas.

Como vimos, as estratégias para a construção da cidadania desses trabalhadores envolvem a conscientização dos mesmos, a promoção de espaços democráticos de discussão, a mobilização para a luta e a constante negociação e o enfrentamento junto ao “governo-patrão”.

Um dos fatores considerados essenciais, pelos entrevistados, para conscientizar os trabalhadores e mobilizá-los para a luta é buscar promover uma gestão transparente do Sindicato. Também observou-se que os dirigentes valorizam tanto uma constante interação com a base, quanto a história de luta da categoria. Também destacam a importância de manter os trabalhadores sempre informados de seus direitos e de incentivá-los a participarem em fóruns ampliados de debate com a sociedade e com a administração municipal. Isso pode ser comprovado pela expressiva participação da base nos eventos realizados pela Subsede e pelo interesse que os trabalhadores têm em organizar-se para lutar pelos seus direitos. Fato que tivemos oportunidade de observar durante os debates e assembléias que presenciamos.

Os principais fatores que motivam a participação na luta referem-se à busca de uma sociedade mais igualitária e o entendimento de que essa conquista decorre da participação nos movimentos sociais. Assim, os trabalhadores percebem o Sindicato como um espaço de construção que vai além das questões salariais e trabalhistas, ou seja, uma oportunidade de organizar-se para lutar por causas e questões nas quais acreditam.

A principal necessidade de informação apontada pelos entrevistados é de acompanhar as mudanças na conjuntura política e econômica e na legislação, em especial, as conseqüências dessas mudanças para os trabalhadores. Também buscam estar informados sobre as mudanças nas demandas da categoria e no movimento sindical como um todo.

Para obter as informações de que necessitam, os atores recorrem a fontes diversificadas, como documentos internos ao Sindicato, diários oficiais, pareceres dos conselhos e da Prefeitura e solicitam ajuda dos funcionários mais experientes. Também recorrem à mídia de grande circulação e às publicações de movimentos sociais, partidos políticos e universidades, além de procurarem participar de grupos de discussão, cursos de capacitação, de congressos e de outros eventos semelhantes.

As observações de campo e os dados obtidos nas entrevistas revelam que os espaços de interação constituem-se em momentos privilegiados de formação, de troca de informações e experiências, de construção de propostas e estratégias de ação, constituindo-se também como locais onde os atores podem expressar suas discordâncias e trabalhar seus conflitos.

As redes de contato dos atores sindicais são formadas a partir de participações dos mesmos em outros movimentos sociais, bem como em partidos políticos. Também pela representação da Subsede em fóruns de discussão mais ampliada na sociedade. Essas redes têm como objetivo fortalecer o movimento dos trabalhadores com vistas no pleno exercício de seus direitos e na promoção da transformação social. Também são formas de socializar conhecimentos, trocar informações e experiências de luta e promover ações conjuntas.

Finalmente, destacam-se as dificuldades que os atores encontram na obtenção de informações. Os entrevistados relataram diversos problemas. Um exemplo é a falta do tempo para estudo devido à sobrecarga de atividade. Outra questão refere-se ao problema da dificuldade em obter informações importantes para a categoria da Prefeitura e da Câmara dos Vereadores. Além disso, há a dificuldade de entendimento de leis e documentos técnicos e a falta de mecanismos ágeis de comunicação com a base, sendo que, em alguns casos, a atuação do Sindicato fica prejudicada pelo atraso na identificação dos problemas. Outro dificultador da atuação efetiva do Sindicato é a falta de registro e de uma gestão adequada das informações sobre queixas feitas pelos trabalhadores, o que contribui para o atraso na resolução dos problemas.

7 – CONCLUSÃO

Com base nos resultados demonstrados anteriormente, conclui-se que as práticas informacionais podem contribuir para que os atores sociais desenvolvam competência para fazerem-se sujeitos capazes de construir história própria e coletivamente organizada. Isso torna-se possível, mediante a conjunção de certos fatores, apontados pela literatura e confirmados pelos dados empíricos:

- ✓ que haja interação entre os atores sociais como fator potencializador de uma construção social de informações, conhecimentos e significados próprios. Construção que tem como base a troca de experiências e vivências comuns, bem como a formação de redes inclusivas de produção e disseminação democráticas da informação;
- ✓ que os sujeitos, ao deixarem a postura passiva, tenham motivação para participar da luta por seus direitos, pela expectativa de que melhorias sejam alcançadas. Além disso, é necessário que esses sujeitos sintam-se competentes para tanto; e vejam, na ação conjunta, uma forma de construção e conquista de uma realidade melhor e mais inclusiva.

Consideradas essas condições, as práticas informacionais podem contribuir para o exercício da cidadania dos atores sociais. Esse entendimento parte do conceito elaborado por Demo (1995), que afirma que os atores sociais exercem a cidadania quando, por meio da organização, tornam-se capazes de construir suas próprias histórias, ou seja, de lutar pelos seus direitos e não esperar passivamente que sejam concedidos por um Estado bem-feitor.

Como visto no capítulo 4, para o autor, existem três requisitos para que os atores sociais exerçam plenamente a cidadania. O primeiro é que estejam conscientes de seu papel político na sociedade. De acordo com os depoimentos colhidos nessa pesquisa, ao se envolverem no movimentos sindical, os atores sociais percebem-se como responsáveis pela conquista de seus direitos e pela defesa das causas em que acreditam.

O segundo requisito é que estejam capacitados a propor alternativas para a solução dos problemas que enfrentam. No caso pesquisado, essa capacitação é realizada nos espaços de interação. Isso porque, nesses espaços, os atores podem construir conhecimentos e compartilhar suas percepções e vivências, de forma a encontrar o melhor caminho para lidar com os problemas que enfrentam. Também as redes de contatos dos mesmos desempenham um papel relevante nesse contexto, visto que os atores podem trocar informações de experiências bem-sucedidas e organizarem ações conjuntas para enfrentamento de seus problemas.

O terceiro requisito, assinalado por Demo (1995), para que os atores alcancem o pleno exercício da cidadania, é que tenham motivação para organizarem-se, tendo em vista a luta por seus direitos. Em nosso estudo, constatamos que a motivação dos atores em participar da luta vem da crença em que, ao se organizarem juntamente com outros trabalhadores para a luta, podem conseguir mais conquistas e garantir o exercício de seus direitos do que conseguiriam em ações isoladas. Outro aspecto que contribui para a motivação desses atores em participar diz respeito a sua insatisfação com a forma como as coisas estão sendo realizadas e ao fato de acreditarem que a mudança da realidade é possível; e que será realizada pela mobilização dos trabalhadores da Rede Municipal de Belo Horizonte.

Em relação à motivação dos atores, essencial, de acordo com Harris (2002), para que sujeitos tornem-se ativos na construção de sua cidadania, constataram-se alguns fatores que têm destaque nesse processo. O primeiro refere-se ao fato de que os atores sindicais envolvem-se nesses movimentos por acreditarem que a transformação da sociedade ocorre por meio da organização e da mobilização dos atores sociais. Outro fator que motiva os atores a participarem de organizações sociais com as quais se identificam deve-se ao fato de sentirem-se responsáveis pela conquista de seus direitos. Além disso, os atores demonstram que têm um desejo de participação na luta que vem da vontade de contribuir e de fazer um pouco mais pelas causas em que acreditam e que defendem. Esse interesse é despertado por experiências que vivenciam, ao longo de sua trajetória de vida.

Em nossa pesquisa, constatamos quais as necessidades de informação dos dirigentes da Subsele Rede Municipal de Belo Horizonte. Os entrevistados consideram importante acompanhar as transformações na conjuntura política e econômica, os aspectos jurídicos e burocráticos e as mudanças nas demandas dos trabalhadores em educação. A obtenção dessas informações é vista como essencial para que os atores organizem suas ações e planejem formas efetivas de intervenção na realidade. Esse é um indicador que nos permite

constatar exemplos demonstrativos da importância que a informação assume na sociedade contemporânea como vimos nos capítulos teóricos deste trabalho.

Um outro aspecto constatado, com relação às práticas informacionais dos atores sindicais, vem confirmar as teorias estudadas, em especial, o pensamento de Sfez (1996) sobre como os atores buscam criar formas alternativas aos mecanismos de disseminação de informações massificadas. Refere-se à constatação de que as práticas informacionais dos atores sindicais envolvem não somente a busca em fontes de disseminação, como jornais escritos, telejornais e revistas, mas também outras estratégias alternativas de busca de informação. Assim, os atores recorrem à leitura de textos produzidos ou indicados por partidos políticos de oposição e materiais produzidos por movimentos sociais.

Além disso, os atores sindicais desenvolvem estratégias mais ampliadas de busca pela interação em espaços de construção coletiva de conhecimentos. Construção que, conforme o modelo interpretativo de Marteleto (2000), corresponde à análise das redes de conhecimento. São exemplos de espaços de construção de conhecimentos os congressos e seminários. Também, em suas redes de relações, os atores podem produzir e fazer circular conhecimentos úteis à sua formação enquanto cidadãos. Essas redes são construídas com o propósito de promover o debate e a construção de estratégias de ação, em torno de algumas questões relevantes para esses atores como, por exemplo, questões pedagógicas e relacionadas à qualidade do ensino público, assim como questões salariais e relativas às condições de trabalho e saúde.

A importância das redes de contatos dos atores no contexto do movimento sindical vem reforçar o argumento de que essas redes constituem-se em alternativas ao processo de gestão elitizada dos fluxos informacionais. Isso porque permitem uma distribuição mais democrática do conhecimento na sociedade. Ainda de acordo com o modelo interpretativo de análise de redes proposto por Marteleto (2000), a construção dessas redes de relações com vistas na ação conjunta refere-se a análise das redes sociais de contatos.

Destaca-se, ainda, o caráter flexível dessas redes de contato formadas pelos atores sociais. Aspecto que foi ressaltado por Encarnação (1999) e Elias (1994) que afirmam que as redes de relações que envolvem os atores sociais estão sempre abertas à inclusão de novos contatos, uma vez que a organização dessas relações está em constante mudança. Como pôde-se observar, as redes de contato formadas pelos atores sindicais envolvem relações com outros atores de diversas organizações e entidades com as mais diferentes causas, formas de organização e objetivos. Esses contatos são estabelecidos conforme as

necessidades que vão surgindo e têm um tempo específico de duração, podendo ser restabelecidos quando necessário for. Dessa forma, essa rede está sempre em movimento, incluindo sempre novos participantes e assumindo articulações diferenciadas conforme o momento.

Outra questão refere-se ao fato de que as redes de relações e as interações entre o Sindicato e outras entidades são predominantemente de caráter informal. Nota-se que os mesmos procuram atuar como parceiros em busca de causas comuns. Assim, suas relações objetivam proporcionar ações conjuntas, troca de experiências, realização de debates e discussões de diferentes visões de mundo, visando à construção de conhecimentos, ao compartilhamento de estratégias de ação e à proposição de novas.

Ainda de acordo com o modelo proposto por Marteleto (2000) para análise de redes destaca-se a importância da criação de símbolos e significados próprios da categoria dos trabalhadores em educação em suas redes de sentido. Processo que retoma a questão da trajetória de organização da classe e a percepção dos dirigentes da necessidade de resgatar a história de luta da categoria para evocar símbolos característicos da classe, construídos ao longo do tempo. O objetivo do resgate desses símbolos é constituir sentidos que unam a categoria em torno da consciência comum de organização de classe. Para Certeau (1994), os atores atribuem sentidos próprios à realidade e por meio dessa atribuição podem realizar o que o autor caracteriza como reconstrução dessa realidade. Então, ao trabalharem símbolos próprios da categoria, os dirigentes sindicais podem alcançar a mobilização necessária à transformação da realidade dos trabalhadores em educação.

Outra questão que os atores destacaram como um ponto a ser trabalhado junto à categoria, com vistas na constituição da consciência de classe, diz respeito à necessidade de promover debates entre grupos de trabalhadores. Essa ação visa conscientizar os atores de que os problemas que enfrentam não são causados por questões individuais, mas decorrentes de toda uma conjuntura desfavorável que afeta a classe como um todo. Assim, ao perceber que os outros trabalhadores também estão enfrentando os mesmos problemas que ele, o indivíduo pode ser motivado a participar do movimento organizado da classe. Essa estratégia de mobilização é um exemplo que ilustra o pensamento de Touraine (1998) sobre a construção da identidade dos atores sociais. Pelo reconhecimento do outro, o indivíduo percebe-se como inserido em um contexto social de construção coletiva da identidade de classe.

Salienta-se ainda que a pesquisa realizada aponta para a existência de diferenças na forma como cada ator percebe e organiza suas práticas informacionais. Enquanto alguns recorrem a mecanismos de busca mais convencionais, outros constroem redes de contatos com outros atores ligados a entidades acadêmicas, políticas ou de organizações populares. Entretanto, a despeito dessas diferenças, a constante interação entre esses atores para o alcance de objetivos comuns possibilita um compartilhamento de conhecimentos e a troca de informações obtidas por diferentes estratégias de busca. Embora os atores tenham também formas diferenciadas de trabalhar as informações e os conhecimentos, todos realizam alguma forma de reelaboração dessas informações, seja nos grupos de interação, seja individualmente, de forma a atribuir significados próprios, em decorrência de suas visões de mundo e das mediações que realizam, como salientado por Martín-Barbero (1987).

Para os entrevistados, os espaços de interação constituem-se em locais de troca de informações e experiências, de construção de sentidos e conhecimentos, de expressão de seus pontos de vista e de elaboração de conflitos. É também por meio da interação com a base, em suas visitas às escolas, nas assembléias e demais instâncias, que os diretores acompanham mudanças nas demandas dos trabalhadores, de forma a adequar ações, incentivar a participação e o atendimento das reais necessidades dos mesmos.

Esses espaços de interação que ganham maior relevância, tendo em conta a importância da informação na sociedade contemporânea, a existência de desigualdade na partilha social da informação e a influência disso no exercício da cidadania pelos atores sociais. Constatações que vêm confirmar os argumentos de Sfez (1996) de que os processos de disseminação da informação, observadas as condições de partilha social da informação, podem gerar conhecimentos para inclusão e para independência dos atores sociais. Para Lojkine (1995), isso torna-se possível por meio da criação de processos autogestionários de disseminação da informação, a partir da tomada de consciência dos atores de que são responsáveis por propor alternativas aos processos excludentes de gestão da informação.

Nota-se que a forma como os atores percebem e organizam suas práticas informacionais e o modo como valorizam os conhecimentos acumulados em suas vivências e experiências influenciam a forma como esses atores interpretam a realidade. Além de constituírem-se em aspectos importantes para embasar suas escolhas e suas atuações no movimento sindical e na luta pelos seus direitos. Fato que corrobora a importância da observação de momentos de interação entre dirigentes e base, tendo sido importante para entendermos o papel essencial da interação para promover o intercâmbio de informações, a construção de

conhecimentos e de estratégias de ação, condutores a avanços nas conquistas de seus direitos.

Para os entrevistados, o Sindicato representa um espaço contextualizado, onde desenvolvem suas práticas informacionais. Isso porque permite reunir os trabalhadores em torno de questões de interesse comum, seja em torno da problemática que envolve a educação pública, seja nos aspectos relacionados especificamente à própria profissão desses trabalhadores.

Assim, por meio da interação, os atores são incluídos em espaços de produção e disseminação da informação que os capacitam a filtrar as informações disseminadas pelos meios de comunicação de massa, assim como a saberem interpretar e construir conhecimentos, criando redes de contatos. Isso porque esses espaços proporcionam uma comunicação bilateral, onde os atores sociais podem intervir, participar e expressar suas próprias idéias. Portanto, nesse contexto, as práticas de informação desenvolvidas nos espaços de interação têm uma contribuição efetiva para a construção da cidadania dos atores sindicais, o que confirma o pressuposto norteador desta pesquisa.

Essas conclusões vêm reforçar o pensamento de Aun (2001) de que, para serem integrados à Sociedade da Informação, não basta que os atores tenham acesso à informação, mas sim que sejam capazes de interpretar essas informações, de criar novos conhecimentos e de interagir em redes informacionais. Ou seja, que esses atores sejam incluídos nos processos de gestão da informação.

A pesquisa trouxe também resultados interessantes para nossa reflexão, no que concerne ao papel dos atores em intervir nas decisões que afetam a vida em sociedade. Papel, na visão de Santos (1987), fundamental para a formação do cidadão integral, como vimos no capítulo 4. Nesse sentido, os entrevistados consideram de grande importância incentivar a participação da categoria, em instâncias de debate na sociedade. Fóruns que são estabelecidos com o fim de promover uma discussão ampliada das políticas públicas e dos problemas sociais existentes.

Outra questão importante diz respeito ao questionamento que os atores fazem da estrutura sindical. Discussão essencial ao movimento devido à permanência do sindicalismo dependente do Estado, como apontado por Boito Júnior (1991). Durante a pesquisa realizada, pudemos presenciar um momento em que se destaca a relevância do debate

sobre a estrutura sindical e sobre as políticas propostas pelo Governo Lula para alterar essa estrutura. Os atores sindicais consideram essencial sua participação nesse processo. Ou seja, reconhecem seu próprio papel em discutir essas questões, de forma a não permitir que o governo tome decisões que venham prejudicar a organização dos trabalhadores e retroceder os avanços conquistados pelo movimento sindical no País.

Outro fator observado diz respeito às mediações que os atores sociais realizam, a partir das crenças e de outros espaços de interação social que participam. Como ressaltado por Martín-Barbero (1987) essas mediações contribuem na forma como os atores interpretam a realidade e entendem os processos de exclusão existentes, levando-os a questionar quaisquer restrições ao exercício de seus direitos. Aqui, retomamos o pensamento de Marshall (1967), que levanta o problema do exercício da cidadania nas sociedades capitalistas marcadamente desiguais, pois, no contexto dos trabalhadores da Rede Municipal de Belo Horizonte, o Sind-UTE desempenha um papel fundamental. Isso porque constitui-se em um dos espaços onde os atores trabalham a informação e o conhecimento, realizam mediações, constroem sua visão de mundo e inserem-se socialmente de forma a combater os processos excludentes da sociedade. Ou seja, nesse espaço é construída a percepção dos atores em relação aos acontecimentos que os cercam e são planejadas intervenções nesse meio, fatores importantes para a transformação da realidade dos mesmos.

O papel do movimento sindical para a construção da cidadania dos trabalhadores é exemplificado pela trajetória da Subsede Rede Municipal de Belo Horizonte. A entidade destaca-se como mobilizadora e organizadora dos trabalhadores do ensino e como local onde esses atores podem trabalhar informações e conhecimentos, a fim de que lutem por seus direitos. Papel que ganha maior importância uma vez que, historicamente, a entidade tem conquistado uma efetiva inserção junto à categoria, de forma a mobilizá-la para a luta, em um contexto desfavorável onde observa-se uma desmobilização geral dos trabalhadores e um declínio da capacidade do movimento sindical em corresponder às necessidades desses trabalhadores.

Diante do exposto, conclui-se, portanto, que os espaços de interação e as redes de contato proporcionam a inserção dos atores em processos democráticos de acesso a informações e construção de conhecimentos. Inserção que instrumentaliza esses atores para lutarem por seus direitos. Nota-se, portanto, que as práticas informacionais estão sempre permeando as ações desses atores no que concerne ao exercício de sua cidadania. Além disso, a troca de

experiências e vivências contribui para que os atores percebam soluções para seus problemas, mobilizem-se para lutar e participar da construção de uma nova realidade.

Finalizando este capítulo, apresentamos algumas sugestões de estudos futuros devido à importância, destacada por Freitas (2003), de se realizarem um maior número de pesquisas, na área da Ciência da Informação, sobre os impactos sociais, culturais, educacionais da informação:

- ✓ estudos em outros contextos, para entender como as práticas informacionais nos espaços de interação podem contribuir para a construção da cidadania dos atores sociais;
- ✓ pesquisas sobre os papéis que os atores sociais desempenham em suas redes de relações e a influência desses papéis na forma como trocam informações e constroem conhecimentos;
- ✓ estudos sobre as trocas de informações nas redes construídas a partir das relações de consumo e a contribuição disso para que os atores sociais se conscientizem de seus direitos;
- ✓ pesquisas que apontem outras alternativas para inserção dos atores sociais nos processos elitizados de gestão da informação;
- ✓ estudos sobre a produção da informação e do conhecimento nas comunidades locais e sobre o valor que a cultura tem nesse processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). *Pós-neoliberalismo; as políticas sociais e o Estado democrático*. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo no Brasil*. Campinas, SP: Ponte, 1995.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. *A construção social da informação: práticas informacionais no contexto das organizações não-governamentais/ ONGs brasileiras*. 1998. Tese. (doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

AUN, Marta Pinheiro. A informação e o seu papel contemporâneo na construção da cidadania. In: *XIX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação*, 2000. CD ROM

_____. *Antigas nações, novas redes: as transformações do processo de construção de políticas de informação*. 2001. 208 f. Tese (doutorado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica e Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

BARROS, Maria Helena T. C. de. Informação e cidadania – uma questão das bibliotecas públicas. In: *XIX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação*, 2000. CD ROM

BEMFICA, Juliana do Couto. *Estado, mercado e redes transnacionais na constituição da 'sociedade da informação': um estudo sobre princípios norteadores das políticas para infra-estrutura da informação*. 2002. 238 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

BITTENCOURT, Epaminondas. Competência e competitividade. In: FABRIS, C. C.; OKAZAKIKOWE, D. E.; BITTENCOURT, E. *Gestão de competências em organizações: teoria e prática*. Belo Horizonte: Ensaio de Administração/ CEPAD/ UFMG, 2004.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação*. Porto/ Portugal: Porto Editora, 1994.

BOITO JÚNIOR, Armando. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: _____ (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de *habitus* e campo. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989a. Cap. 3, p. 59-74

_____. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989b. Cap. 2, p. 17-58.

_____. O mercado de bens simbólicos. In: _____. *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974. Cap. 3, p. 99-181.

_____. Sobre o poder simbólico. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989c. Cap. 1, p. 7-16.

BUCKLAND, Michael K. Information as a thing. *Journal of the American Society for Information Science (Jasis)*. Berkeley, v.42, n.5, p.351-360, Jun., 1991.

CABRAL, Ana Maria Rezende. *A vez e a voz das classes populares em Minas*. 1995. Tese. (doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, ECA/USP, São Paulo, 1995.

CARDOSO, Ana Maria Pereira. Pós-modernidade e informação: conceitos complementares? *Perspectivas em Ciência da Informação*. Belo Horizonte, v. 1, n.1, p. 63-69, jan./jun. 1996.

CARMO, Paulo Sérgio. *História e ética do trabalho no Brasil*. São Paulo: Moderna, 1998.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

COGO, Anna Lúcia. *Corporativismo, Novo Sindicalismo e Formação Sindical Cutista*. 1995. 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Faculdade de Filodofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 1995.

DEMO, Pedro. *Cidadania menor: algumas indicações quantitativas da nossa pobreza políticas*. Petrópolis: Vozes, 1992.

_____. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

DIAS, Eduardo Wense. O específico da Ciência da Informação. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque. *O Campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades*. João Pessoa: Universitária, 2002.

DU CASTEL, François. *La révolution communicationnelle: les enjeux des multimedia*. Paris: L' Harmattan, 1995.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. De bairros operários sobre cemitérios de escravos: um estudo de construção social de identidade. In: LOPES, José Sérgio Leite (coord.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ENCARNAÇÃO, Juliana Lofêgo. *A transferência da informação em redes de movimentos sociais: o caso da região da Leopoldina*, Rio de Janeiro. 1999. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia- CNPq, Escola de Comunicação – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.

FREIRE, Isa Maria. O olhar da consciência possível sobre o campo científico. In: *V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia – Enancib* (Anais), 2003. CD ROM

FREITAS, Lídia Silva de. A teia dos sentidos: o discurso da Ciência da Informação sobre a atual condição da informação. In: *V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia – Enancib* (Anais), 2003. CD ROM

FURTADO, João Pinto. *Trabalhadores em educação: experiência, imaginário e memória sindical nos anos 80 e 90*. Ouro Preto: UFOP, 1996.

GARCIA CANCLINI, Néstor. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Da organização do conhecimento às políticas da informação. *Informare*. Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p.58-66, jul./ dez., 1996.

GUARINELLO, Noberto Luiz. Grécia: cidades-estados na antigüidade clássica. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, C. B. (orgs.). *História da cidadania*. 2ª ed. SP: Contexto, 2003.

HARRIS, Kevin. Cidadania e localidade na sociedade em rede: criando a riqueza da diversidade. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (org.). *O campo da Ciência da Informação*. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.

LASTRES, Helena. M. M.; FERRAZ, João Carlos. Economia da informação, do conhecimento e do aprendizado. In: LASTRES, Helena. M. M.; ALBAGLI, Sarita. (org.). *Informação e Globalização na era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas*. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LE COADIC, Yves-François. *A Ciência da Informação*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

LIMA FILHO, Dirceu Tavares C. Mediações sobre o projeto mediador de Jesus Martín Barbero. INTERCOM: *Revista Brasileira de Comunicação*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 130-149, jul./dez. 1992.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes. *O significado do trabalho humano: mito e ilusões do homem moderno*. 1986. 319 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1986.

LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.

LUCA, Tânia Regina de. Trabalhadores: direitos sociais no Brasil. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, C. B. (orgs.). *História da cidadania*. 2ª ed. SP: Contexto, 2003.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. Cidadania, cultura e sujeitos. In: SPINK, Mary Jane Paris (org.). *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTELETO, Regina Maria. Conhecimento e Sociedade: pressuposto da antropologia da informação. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (org.). *O campo da Ciência da Informação*. João Pessoa: Editora Universitaria, 2002.

_____. *Cultura, Educação e Campo Social*; discursos e práticas de informação. 1992. 390 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

_____. Informação e sociedade: novos parâmetros teóricos-práticos de gestão e transferência da informação. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v.12, n.4, p.78-82, out./dez. 1998.

_____. Redes e configurações de comunicação informação: construindo um modelo interpretativo de análise para o estudo da questão do conhecimento na sociedade. *Investigación Bibliotecológica*, México, v. 14, n.29, p. 70-94, jul-dez 2000.

_____.; RIBEIRO, L. B. Informação e construção do conhecimento para a cidadania no terceiro setor. *Informação e Sociedade*, v. 11, n.1, p.57-85, 2001.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonia*. México: G. Gili, 1987.

MATTELART, Armand. A regulação internacional dos fluxos de informação: autópsia de uma dupla interpenetração. In: _____. *Comunicação-mundo: história das idéias e das estratégias*. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MEDEIROS, J.W. de M. Informação televisiva e espaço escolar: pedagogia de participação e cidadania para o ensino fundamental brasileiro. In: *XIX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação*, 2000. CD ROM

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo, Rio de Janeiro: HUCITEC/ ABRASCO, 1994.

MONDAINI, Marco. Revolução Inglesa: o respeito aos direitos dos indivíduos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, C. B. (orgs.). *História da cidadania*. 2ª ed. SP: Contexto, 2003.

ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, Renato (org.) *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983. p. 7-36.

PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite (coord.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987.

PEREIRA, Armand F. Sindicalismo Internacional: dilemas e propostas. In: CARVALHO NETO, Antônio Moreira de.; CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de. (orgs.). *Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90*. Belo Horizonte: IRT/PUC Minas, 1998. p.15-22.

PINHEIRO, E. G. Informação e cidadania: uma articulação dinâmica que se descortina na terra da desigualdade "Brasil". In: *XIX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação*, 2000. CD ROM

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Infra-estrutura da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação* – v.1 n.6 dez. 2000.

PHIPPS, Linda. Controle social pelos excluídos: modelos para a sociedade da informação. *Informática Pública*, Belo Horizonte, v. 2, p. 97-144, maio. 2000. Disponível na Internet: <<http://www.ip.pbh.gov.br/>>

ROBREDO, Jaime. Epistemologia da Ciência da Informação e Biblioteconomia revisitada. In: *V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia – Enancib (Anais)*, 2003. CD ROM

RODRIGUES, Iram Jácome. As comissões de empresa e o movimento sindical. In: BOITO JÚNIOR, Armando. (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 157-170.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O sindicalismo corporativo no Brasil. In: _____. *Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política*. São Paulo: Ática, 1990.

SANTOS, Milton. *O espaço cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Wanderley Guilherme. Reflexões sobre a questão do liberalismo: um argumento provisório. In: LAMOUNIER, B.; WEFFORT, F.C.; BENEVIDES, M.V. (org.) *Direito, cidadania e participação*. São Paulo: : T.A. Queiroz, 1981.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*. Belo Horizonte, v.1, n.1, p.41-62, jan./jun. 1996.

SFEZ, Lucien. Informação saber e comunicação. *Informare*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1 p. 5-13, jan./ jul., 1996.

SILVA, Sara Maria de Andrade. O espaço da informação: dimensão de práticas, interpretações e sentidos. *Informação e Sociedade*, v. 11, n.1, p.35-56, 2001.

SMIT, Johanna W., TÁLAMO, Maria de F. G., KOBASHI, Nair Y. A determinação do campo científico da Ciência da Informação: uma abordagem terminológica. In: *V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia – Enancib (Anais)*, 2003. CD ROM

SVEIBY, Karl Erik. *A nova riqueza das organizações*. SP: Campus, 1998.

TAVARES, Rosilene Horta. *Os trabalhadores da educação e suas formas de luta em Minas Gerais*. 1995. 242 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

TOURAINÉ, Alain. *Igualdade e diversidade: o sujeito democrático*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

WEFFORT, F. C. A cidadania dos trabalhadores. In: LAMOUNIER, B.; WEFFORT, F.C.; BENEVIDES, M.V. (org.) *Direito, cidadania e participação*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1981.

WERSIG, Gernot. Information science and theory: a weaver bird's perspective. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. *Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives*. London: Taylor Graham, 1992.

_____. Information science: the study of postmodern knowledge usage. *Information Processing & Management*. Oxford, U. K., v.29, n.2, p. 229-239, mar. 1993.

ANEXO 1 – DOCUMENTOS CONSULTADOS

Sind-UTE RMBH. **Ata do IV congresso dos trabalhadores em educação da rede municipal de Belo Horizonte – Sind-UTE/MG**, Belo Horizonte, 27 de outubro de 1995.

Sind-UTE/MG. **Estatuto do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais**. Araxá, 14 de novembro de 1999.

Sind-UTE RMBH. **Regimento interno da subsede do Sind-UTE** - Rede Municipal de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 11 de maio de 2003.

Sind-UTE RMBH. **Resoluções do VII congresso dos trabalhadores em educação da rede municipal de Belo Horizonte – Sind-UTE/MG**, Belo Horizonte, de 2003.

Sind-UTE RMBH. **O retrato das escolas públicas municipais**. Abril, 2002.

Foram consultados, ainda, os arquivos referentes as campanhas salariais e educacionais realizadas no período de 1995 a 2004.

ANEXO 2 – EVENTOS QUE CONSTITUÍRAM-SE EM OBJETO DE OBSERVAÇÃO DESSA PESQUISA

- ✓ 09/03/04: **Assembléia do Sind-UTE Subsede da Rede Municipal de Belo Horizonte.** Local: Av. dos Andradas, 841.
- ✓ 11/03/04: **Debate sobre Reforma Sindical e Trabalhista.** Promoção: Sind-UTE Subsede da Rede Municipal de Belo Horizonte Local: Imaco.
- ✓ 19/03/04: **2ª Reunião com a Comunidade Escolar.** Local: Sind-UTE Rede Municipal de BH
- ✓ 22/03/04: **Reunião dos Representantes da Escolas da Rede Municipal de BH.** Local: Sind-UTE Rede Municipal de BH.
- ✓ 24/03/04: **Assembléia do Sind-UTE Subsede da Rede Municipal de Belo Horizonte.** Local: Av. dos Andradas, 841.
- ✓ 26/03/04: **Seminário: Inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar.** Local: Sind-UTE Rede Municipal de BH.
- ✓ 05/04/04: **Primeiro Encontro do Seminário sobre Educação de Jovens e Adultos (EJA) e sobre Ensino Regular Noturno.** Promoção: Sind-UTE Rede Municipal de BH. Local: Av. João Pinheiro, 161 – 3º andar.
- ✓ 22/04/04: **Segundo Encontro do Seminário sobre Educação de Jovens e Adultos (EJA) e sobre Ensino Regular Noturno.** Promoção: Sind-UTE Rede Municipal de BH. Local: Colégio Marconi.
- ✓ 23/04/04: **Palestra sobre Reformas na Previdência.** Local: Sind-UTE Rede Municipal de BH.
- ✓ 24/04/04: **Encontro Estadual de Sindicalistas sobre a Reforma Sindical e Trabalhista.** Local: Sesc Venda Nova.
- ✓ 07/05/04: **Terceiro Encontro do Seminário sobre Educação de Jovens e Adultos (EJA) e sobre Ensino Regular Noturno.** Promoção: Sind-UTE Rede Municipal de BH. Local: Av. João Pinheiro, 161 – 3º andar.
- ✓ 08/05/04: **Debate Educação em Foco: as políticas dos governos Lula, Aécio e Pimentel e suas implicações na educação.** Local: Sind-UTE Rede Municipal de BH.

ANEXO 3 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Tema 1: Informações relativas ao perfil do entrevistado

- ✓ Nome:
- ✓ Idade:
- ✓ Formação:
- ✓ Área de trabalho:
- ✓ Tempo de serviço:

Tema 2: Interação nos espaços de informação

1. O que levou você a integrar o quadro de direção do Sind-UTE?
2. O que motivou você a escolher participar do departamento _____?
3. Quais conhecimentos e informações que você precisa buscar para o desempenho das funções de direção no Sindicato?
4. Onde se localizam esses conhecimentos e informações necessários?
5. Quais as dificuldades ou quais os obstáculos enfrentados para obter tais conhecimentos ou informações?
6. Que fontes de informação você mais utiliza para acompanhar mudanças nas demandas dos trabalhadores sindicalizados?
7. Você recorre para trocar idéias e informações a pessoas ligadas a outras entidades que interagem com o Sindicato? Pode dar exemplos de algumas dessas entidades a que você recorre com mais freqüência?
8. Em quais espaços e eventos você pode trocar idéias ou pedir alguma orientação em relação à sua atuação no Sind-UTE?

9. Em quais fontes você busca informações para se atualizar sobre a vida política, econômica e cultural da sociedade?

Tema 3: Interação dirigentes e base do Sindicato

10. O que faz o Sind-UTE para promover o exercício dos direitos dos trabalhadores?
11. Como o Sindicato faz essas ações chegarem às bases?
12. Poderia dar exemplos de como os resultados dessas ações chegam às bases?
13. A partir desses resultados, como o Sindicato tem atuado para quebrar a resistência individual de alguns trabalhadores em função do interesse da classe como um todo?